

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIELA MARIA ALVES PEDROSA

**A FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL**  
**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TROCAS SOCIAIS NO COMÉRCIO DE RUA DE JUIZ DE FORA-MG**

JUIZ DE FORA  
2015

DANIELA MARIA ALVES PEDROSA

**A FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL**  
**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TROCAS SOCIAIS NO COMÉRCIO DE RUA DE JUIZ DE FORA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração: Diversidade e Fronteiras Conceituais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Rogéria Campos de Almeida Dutra

JUIZ DE FORA  
2015

DANIELA MARIA ALVES PEDROSA

**A FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL**  
**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TROCAS SOCIAIS NO COMÉRCIO DE RUA DE JUIZ DE FORA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de Concentração: Diversidade e Fronteiras Conceituais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 18 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

CARLOS FRANCISCO PEREZ REYNA  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

JÚLIA O'DONNELL  
Fundação Getúlio Vargas

JUIZ DE FORA  
2015

## AGRADECIMENTOS

Penso em uma estrada cheia de curvas e ladeiras. Acredito que as curvas e ladeiras de uma estrada são importantes para nosso crescimento. Nós nunca sabemos o que vamos encontrar em uma curva. Nós nunca sabemos o que vamos enxergar do alto da ladeira, mas a todo instante somos movidos a chegar lá. Seja por obrigação ou pelo simples desejo de explorar o desconhecido, de ganhar o mundo. E é esse desejo que me move. É meio Ednardo: “a estrada me seduz”. Explorar o desconhecido e trilhar novos caminhos me apetece.

Acredito que no decorrer da nossa grande caminhada pelas estradas da vida passamos por uma série de questões que nos edificam. É então que fico pensando em um caminho específico: o meu caminho nas Ciências Sociais. Penso em como ele está extremamente vinculado à feira e à minha construção como pessoa. Penso em como duas coisas tão lindas, e a primeira vista tão distantes, me (trans)formaram.

Meu pai sempre me ensinou, dentre muitas outras coisas, que, nessa minha longa caminhada, eu não posso esquecer as minhas raízes. O que eu não sabia é que voltar para as minhas raízes e tomar um café com ele e minha madrinha seria tão prazeroso. Então, antes de tudo, gostaria de agradecer aos dois pelo primeiro incentivo neste itinerário. Sentar na mesa da vó, mesa com tantos significados, conversar sobre a feira e escutar um “é maravilhoso!” foi um grande incentivo para eu continuar essa minha caminhada.

No meio desta jornada encontrei alguém para me direcionar não só academicamente, mas, também, “pra vida”, como ela mesma me disse um dia. Por me mostrar as rotas que poderia seguir durante esse percurso, agradeço à minha orientadora, Rogéria Dutra, pela paciência e pela força desde os tempos de graduação. Agradeço por compreender minhas fraquezas e por demonstrar preocupação com as inquietações e inseguranças do meu coração.

Mas, no decorrer desse trajeto, percebi que muito mais do que alguém para me guiar eu tinha pessoas que seguiram comigo. Pessoas que enfrentaram as ladeiras e curvas desta estrada ao meu lado. E esse meu “eu viajante” não seria possível sem a companhia delas. Compreendi que o meu “eu viajante” não existiria sem aqueles que já faziam parte da minha trajetória e que continuam caminhando comigo, e nem mesmo sem aqueles que eu encontrei ao longo do caminho.

E o embrião desse meu “eu viajante”, do seguir adiante, da sede do novo, dessa vontade de continuar percorrendo as trilhas da vida, está em duas pessoas que caminham comigo antes mesmo de eu saber o que era caminhar: Halber e Marilda. A eles, meus pais, agradeço por “não deixarem a peteca cair” e me ensinarem que, apesar de todas as

dificuldades, temos sempre que seguir em frente. Aos dois, agradeço pelo carinho, pelas lições ao longo da vida e, por mais clichê que seja, agradeço pelo amor incondicional. Aos dois, agradeço por sempre me mostrarem o caminho.

Além dos meus pais, nesta estrada em que caminhei, sempre contei com minha família. A eles agradeço pelos ensinamentos e afeição. Em especial gostaria de agradecer à minha prima Ana, Cacá, amiga de todas as horas, pela arte, músicas e poesias. A você, minha flor, agradeço por toda sensibilidade e afeto ao longo desses (muitos) anos. Ao João, Kuririn, agradeço por me emocionar com sua forma de encarar os preconceitos que enfrenta. À Thamyres, Tatá, minha carrapatinho, agradeço pela serenidade e pelas lindas declarações expressas em pequenos gestos e desenhos coloridos, enquanto eu escrevia meu “livro”.

À Sabrina e à Raquel, amigas desde sempre, agradeço pela cumplicidade, pelas risadas e pelos desabafos que extrapolam qualquer fronteira. A vocês, agradeço por me ajudarem a retirar os obstáculos que encontrei nessas andanças.

À Janaina Morais e à Marina Barbosa, agradeço por toparem encarar comigo as chuvas, o sol, as madrugadas de trabalho na estrada que ainda estava por vir. A vocês, suas lindas, agradeço por abraçarem a feira comigo e me ensinarem coisas que vou carregar pra sempre (de abóboras e/ou de morangas). Agradeço por toda entrega e envolvimento em um algo tão grandioso pra mim. O cuidado com que fizeram isso eu jamais vou esquecer. Muito obrigada!

Pela certeza de que ainda nos encontraremos em outras travessias, agradeço aos meus companheiros de graduação Paulinho, Will, Jhow, Paula, Samuel, Matheus, e Rafael pela longa jornada que seguimos juntos, jornada de ensinamentos e aprendizagem na qual compartilhamos nossos sensíveis. A vocês, agradeço pelo papel que cada um teve nessa empreitada e na construção desse meu caminho, desse meu “eu viajante”.

À Nara, à Nádia e ao Léo, meus presentes de mestrado, agradeço pelas conversas e troca de saberes, além da amizade construída. Agradeço a vocês por todas as músicas que ouvimos juntos nas rádios da vida. Tenham certeza que todas essas músicas e melodias, que embalarão minha caminhada, ficaram gravadas no meu coração.

À CAPES e ao PPGCso/UFJF agradeço por financiarem parte desse trabalho.

Aos feirantes agradeço pelos sorrisos, brincadeiras, afeto e pela receptividade com que me receberam em sua “cidade”.

E depois de chegar ao meu destino, o que fica é a certeza de que este caminho não terminou e que ainda tenho muito que construir. O que fica é a certeza do papel de cada um de vocês nesse longo itinerário e a certeza de que, nos caminhos da vida, as construções são

coletivas. O que fica é a certeza de que sou muito grata a cada um de vocês pelo papel que exerceram na minha caminhada. A vocês eu deixo o meu muito obrigado.

*“No descomeço era o verbo.  
Só depois é que veio o delírio do verbo.  
O delírio do verbo estava no começo, lá  
onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.  
A criança não sabe que o verbo escutar não  
funciona para cor, mas para som.  
Então se a criança muda a função de um  
verbo, ele delira.  
E pois. Em poesia que é voz de poeta, que é a voz  
de fazer nascimentos –  
O verbo tem que pegar delírio.”*

(Manoel de Barros)

## RESUMO

A presente dissertação traz como objeto de investigação a feira livre realizada aos domingos na cidade de Juiz de Fora-MG. Baseando-se na pesquisa etnográfica, procura dar visibilidade a este comércio de rua que, ao se manter no local há 46 anos, tornou-se evento tradicional na cidade. A regulamentação das feiras livres em Juiz de Fora no princípio do século passado foi resultado da mobilização de setores da sociedade civil, juntamente com membros da Câmara Municipal, no intuito de garantir o acesso das populações menos favorecidas a produtos alimentares de primeira necessidade de forma a controlar a especulação de preços no comércio local. Apesar de ocorrer, no presente momento, cerca de quinze feiras semanais, distribuídas no território urbano, a Feira Livre da Avenida Brasil se destaca tanto pela diversidade de produtos e comerciantes que abrange, quanto pelo número expressivo de frequentadores. Localizada na região central da cidade, define-se como evento que extrapola os fins de abastecimento e trocas econômicas. A partir da reapropriação do espaço urbano, ao ocupar uma grande avenida, promove sua (re)significação. Apresentando-se como espaço de trocas sociais, da interação entre feirante e freguês, bem como momento de lazer para grande parte de seus frequentadores, contribui para a configuração da paisagem urbana em Juiz de Fora.

Palavras-chave: Cidade, Feira-Livre, Comércio de rua, Etnografia de rua.

## ABSTRACT

This thesis aims to investigate the street market held on Sundays in Juiz de Fora, Minas Gerais. Based in an ethnography research, seeks to give visibility to this street commerce; that is held on the same place since 1968 and it is now a traditional event on the city. The creation of the street markets in Juiz de Fora happened in the beginning of the last century due to the mobilization of sectors of the civil society, with members of the city council. To ensure access for less favored people to food products of first necessity in order to control price speculation. Nowadays there are about 15 street markets weekly in Juiz de Fora; the one held on Sundays at Avenida Brasil stand out because of the diversity of products, dealers and the impressive number of regulars. It's located in the central region of the city and extrapolates the means of supply and economic exchanges. It contributes to the urban landscape. By using the urban space, promotes a place of social exchange, an interaction between marketer and customer. As well as a moment of recreation for a big part of it's regulars.

**Keywords:** City, Street market, street commerce, Street ethnography

## LISTA DE FIGURAS

- FIG. 1 – MAPA DA REGIÃO CENTRAL DE JUIZ DE FORA EM 1959. f. 23
- FIG. 2 – FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL – 1967. f. 29
- FIG. 3 – FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL – 1982. f. 30
- FIG. 4 – FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL – 2010. f. 30
- FIG. 5 – FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL – 2014. f. 31
- FIG. 6 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO ATUAL DA FEIRA LIVRE DOMINICAL f.38
- FIG. 7 – CAIXOTES – 2013. f. 41
- FIG. 8 – NOVA PADRONIZAÇÃO DAS BARRACAS – 2012. f. 41
- FIG. 9 – BARRACA REI DAS LARANJAS – 2013. f. 42
- FIG. 10 – BARRACA DE VERDURAS – 2014. f. 46
- FIG. 11 – BARRACA DE PASTÉIS – 2014. f. 46
- FIG. 12 – BARRACA BAR – 2015. f. 46
- FIG. 13 – O SOM CENTRAL – 2012. f. 50
- FIG. 14 – PIMENTAS – 2012. f. 61
- FIG. 15 – PEQUENO PRODUTOR DE HORTALIÇAS – 2012. f. 61
- FIG. 16 – BANCA DE JORNAL – 2014. f. 63
- FIG. 17 – BISCOITOS – 2014. f. 63

## LISTA DE TABELA

TABELA 1 – DIAS, LOCAIS E NÚMERO DE FEIRANTES E FEIRAS EM JUIZ DE FORA EM 1967. f. 26

TABELA 2 – DIAS, LOCAIS E NÚMERO DE FEIRANTES E FEIRAS EM JUIZ DE FORA EM 2014. f.27

## LISTA DE SIGLAS

ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados  
CEASA – Central de Abastecimento  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
DAT – Departamento Autônomo de Turismo  
DEMLURB – Departamento Municipal de Limpeza Urbana  
EPU – Economia Popular Urbana  
IVC – Imposto sobre Vendas e Consignações  
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar  
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
SAA – Secretaria de Agropecuária e Abastecimento  
SAN – Programa de Segurança Alimentar  
SAU – Secretaria de Atividades Urbanas  
SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial  
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A FEIRA LIVRE .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 A cidade de Juiz de Fora e sua trajetória econômica: o caminho para a feira dominical .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 A década de 1960: a consolidação da principal feira livre da cidade .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 As transformações da feira dominical: rumo a uma etnografia de rua .....</b>	<b>28</b>
<b>1.4 Adentrando o espaço: primeiros passos em direção à feira .....</b>	<b>32</b>
<b>1.5 Um programa de domingo.....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 2 – FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL: TROCAS SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 A formação do cenário estético .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 Uma barraca com produto diferente: “Som Central” .....</b>	<b>48</b>
<b>2.3 Do direito de exercer a função de feirante .....</b>	<b>52</b>
<b>2.4 As modificações espaciais e sua interferência na feira de domingo .....</b>	<b>56</b>
<b>2.5 A respeito dos produtos: manipulação, transporte, conservação e origem .....</b>	<b>58</b>
<b>2.6 O ofício do feirante.....</b>	<b>65</b>
<b>2.7 Os artifício de venda e o trato com o freguês.....</b>	<b>69</b>
<b>2.8 Do atacado ao varejo: práticas comerciais entre os feirantes .....</b>	<b>72</b>
<b>2.9 No caminho da “Boca”:<i>brincadeiras e jocosidades</i> .....</b>	<b>78</b>
<b>CAPÍTULO 3 – O COMÉRCIO VAREJISTA: ENTRE FEIRAS E MERCADOS.....</b>	<b>80</b>
<b>3.1 Relações de troca e o mercado .....</b>	<b>80</b>
<b>3.2 Os supermercados como centros de comércio varejista .....</b>	<b>86</b>
<b>3.2.1 <i>E no Brasil?</i> .....</b>	<b>88</b>
<b>3.3 Entre feiras e mercados: diferentes espaços de troca .....</b>	<b>91</b>
<b>3.4 A intervenção do Estado: o limite entre formal e informal.....</b>	<b>96</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>102</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>104</b>
-----------------------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Derivada do latim *feria*, a palavra feira significa dias de folga, parada do trabalho, dia de mercado<sup>1</sup>. Assim como a feira, domingo<sup>2</sup>, ou *dominicus* em latim, quer dizer o dia do descanso. E é a esse dia de descanso, dia de mercado, de festa pra uns, folga para outros, que o presente trabalho se dedica. O objetivo desta dissertação é esmiuçar as idiosincrasias que abarcam a feira livre realizada todos os domingos, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Estabelecidas no município com a finalidade de abastecer as classes menos favorecidas face ao elevado custo de vida citadino, as feiras livres transformam o espaço citadino juiz-forano há 91 anos. Em quase um século de existência, esse comércio a céu aberto se faz presente há 46 anos, sempre aos domingos, no período matutino, em uma das maiores vias da cidade: a Avenida Brasil.

Chegar à Avenida Brasil no domingo de manhã é adentrar um universo particular. Um mundo de sentidos, onde as cores, os odores, os sons e os sabores se mesclam. O barulho dos carros, comum nos demais dias da semana, é substituído pelos gritos peculiares vindos das vozes dos feirantes, do moedor de café, da moenda de cana-de-açúcar, do fritar dos pastéis. O cheiro do café, dos churrasquinhos e das frutas começam, aos poucos, dominar a rua, substituindo o forte “odor do asfalto”. O colorido das frutas, verduras, legumes, o verde da lona das barracas, os caixotes deixados no chão, transformam a rua em uma grande aquarela. Caminhar por ali, no domingo de manhã, é andar no meio da rua e não mais na calçada. É grudar o pé no melado proveniente do suco da fruta que se perdeu no chão, é esbarrar em vários carrinhos e sacolas onde as compras são transportadas, é sentir as sutilezas que compõem a feira, é perceber o espaço que se transforma e se cria ao mesmo tempo.

Mas, como compreender essas sutilezas? Como desvendar os acontecimentos que muitas vezes passam despercebidos aos nossos olhos? A jornada etnográfica ocasionalmente pode ser tortuosa. Os desafios do campo trazem ao antropólogo – e a qualquer outro pesquisador que dele se ocupa – indagações e preocupações derivadas no decorrer da pesquisa. O contato com o objeto pode trazer surpresas a todo momento e eu, enquanto antropóloga, fui constantemente surpreendida no andamento da pesquisa em questão.

Meu maior questionamento, após adentrar com mais afinco o campo, se fez diante da relação estabelecida entre eu e os feirantes aos quais fiz os primeiros contatos. A delicadeza

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/domingo/>> e <<http://tvcultura.cmais.com.br/nossalingua/nossa-lingua-feira-etimologia>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/o\\_domingo\\_sempre\\_foi\\_dia\\_de\\_descanso\\_falso.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/o_domingo_sempre_foi_dia_de_descanso_falso.html)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

com que me receberam, sempre solícitos e dispostos a sanar minhas dúvidas e responder minhas perguntas, despertaram em mim a necessidade de retribuir todo o cuidado que tiveram comigo. Jamais um feirante, ou qualquer outro entrevistado, reivindicou o direito de ler meu trabalho. Jamais um feirante, ou qualquer outro entrevistado, me pediu algo em troca das informações e do acolhimento que eles me deram. Foram seis anos de dedicação de ambas as partes.

Entendo a necessidade de manter um distanciamento em relação ao nativo (MAGNANI, 2002; VELHO, 1978), sobretudo quando se faz uma antropologia “na cidade”, nos termos de Magnani (2002). Como bem assinala Merleau-Ponty: a partir do momento que nos distanciamos do objeto que pertence ao nosso dia-a-dia, viramos etnólogos da nossa própria sociedade (1984, p. 199-200).

E foi virando etnólogo da minha própria sociedade que me envolvi intensamente com os que dela fazem parte. Minha participação no cotidiano dos feirantes provocou inquietações que eu não tinha. Foi nesse ínterim, que percebi o quanto o trabalho de campo modifica e edifica a pesquisa antropológica. Como ele te faz crescer, não somente como pesquisador, mas também como pessoa. Como te ensina e te apresenta meandros que vendo “de fora” (MAGNANI, 2002) jamais conseguiria enxergar. Como bem assinala Magnani (2002), os estudos etnográficos são alicerçados por um *insight* que leva consigo marcas tanto do nativo, vinculado às peculiaridades do seu contexto, quanto do pesquisador que iniciou a pesquisa a partir do “concreto vivido” (MAGNANI, 2002).

Assim, narrar a cidade polifônica (CANEVACCI, 2004), a partir do “concreto vivido” (MAGNANI, 2002) e compreender as diferentes significações que os espaços que compõem a urbe podem adquirir em meio as suas redefinições, faz parte do universo de observação do presente trabalho. Composta por uma multiplicidade de territórios e estilos que se mesclam no espaço urbano, a cidade ou *Cidade Patchwork* nos termos de Calvino (1990) engloba uma série de ritmos que transpassam a cidade como espaço urbano e comportamental (CALVINO, 1990). Neste sentido, a realização de uma antropologia urbana, mais ainda, uma etnografia de rua, possibilitou o entendimento dos elementos cotidianos que se misturam na urbe a partir da estruturação da feira aos domingos. Tais elementos propiciam uma nova redefinição do espaço pré existente, dando a ele um novo sentido, constituindo-se parte das diferentes paisagens que compõem a cidade.

Intimamente ligados aos processos de transformação da vida cotidiana, a diversidade do território urbano, constituída pela heterogeneidade de saberes, costumes, hábitos, crenças,

entre outros fatores que envolvem os ambientes da sociedade contemporânea são foco de grandes análises na antropologia bem como nas ciências sociais em geral.

Velho (1978), ao analisar a pesquisa antropológica no âmbito urbano, enfatiza a dicotomia existente entre o “exótico” e o “familiar”. Com uma abordagem diferente da proposta por DaMatta (1978) que defende o fato de que o “exótico” jamais será “familiar” e vice-versa. Gilberto Velho afirma que o “familiar” pode ser muito mais desconhecido do que o “exótico”. Se partimos deste pressuposto, a feira não é nada familiar. Logo, “vivenciar esse concreto” (MAGNANI, 2002) e desvendar a “familiaridade” (DAMATTA, 1978; VELHO, 1978) da/na feira dominical foi uma tarefa árdua.

A complexidade de se fazer uma etnografia urbana fora ressaltada por Magnani (1996) quando afirma que as análises antropológicas dos fenômenos citadinos geram novos desafios e problemas para o antropólogo. Neste mesmo sentido Velho (1980) ratifica que a existência de distâncias culturais no interior do meio em que vivemos permite ao antropólogo investigar sua própria sociedade e foram essas distâncias que permitiram esta etnografia de rua.

Percebemos então que a familiaridade que o antropólogo possui em relação ao objeto de estudo está estreitamente relacionada aos lugares habitualmente frequentados por ele, locais corriqueiros e comuns do cotidiano das grandes cidades. Neste contexto, o interesse de análise do pesquisador está pautado tanto na ocupação desses espaços – que podem ser públicos tais como ruas, bairros, praças, ou privados, a citar edifícios e lojas –, quanto nos atores que os ocupam, ou seja, o que o antropólogo busca compreender ao analisar o espaço citadino é a maneira como esses sujeitos vivenciam o espaço. No caso da feira, o que se procura perceber é a forma com a qual este evento semanal integra e constitui a atmosfera da rua dando a ela um novo significado. Desta feita, ao ser ocupada pela feira, a Avenida Brasil deixa de ser local de passagem e passa a ser um lugar sujeito às relações identitárias (AUGÉ, 2007).

Nessa mesma perspectiva, Lefebvre (2008) assevera que a rua é muito mais do que um lugar de passagem, ela é espaço de ações simbólicas no contexto da urbe, local no qual os atores e a própria cidade se manifestam ao apropriar-se desses espaços. Partindo desse princípio, verificamos que a feira se apodera da rua para se consolidar, logo, a rua se torna um espaço-vívido (LEFEBVRE, 2006), isto é, espaço onde uma atividade social ou até mesmo de troca é desenvolvida por um determinado período. Mas como analisar essa ocupação temporária da rua?

Rocha e Eckert (2003) afirmam que é a partir da etnografia de rua, isto é, o deslocamento do pesquisador em sua própria cidade, que o antropólogo observa a urbe como

objeto temporal moldada pelos trajetos humanos. Segundo as autoras uma etnografia de rua desafia o antropólogo a experimentar as ambiguidades da urbe, um misto de sensações traçadas pelos que vivem e convivem na cidade. Neste contexto, percorrer os corredores da Feira dominical e observá-los como um objeto temporal (ROCHA; ECKERT, 2003) foi um grande desafio.

Adentrar o ambiente da feira livre da Avenida Brasil e ir percebendo aos poucos suas ambivalências e vicissitudes trouxeram a mim uma série de preocupações em relação ao campo e como me comportar mediante a ele. A partir do momento que optei por analisar as relações de troca, fui penetrando vagarosamente em seus meandros. A realização de minhas compras semanais na feira livre da Avenida Brasil foi um dos recursos utilizados por mim para me aproximar dos feirantes. Neste cenário, no decorrer da pesquisa de campo, me peguei praticando algo que é muito comum entre alguns fregueses: a fidelidade à barraca (ou seria ao feirante?).

Comprar alimentos para abastecer minha dispensa deixou de ser algo simples. No decorrer do trabalho de campo, fui conhecendo uma série de feirantes que se tornaram informantes cruciais para a pesquisa em questão. Sempre solícitos, estes feirantes me cativaram pelo tratamento, qualidade dos produtos e informações passadas. Por mim, manteria contato somente com eles durante todo o trabalho. Contudo, a necessidade de “cruzar dados” e obter uma “veracidade” para a pesquisa fez com que eu me aproximasse de outros feirantes. Porém, eu não abria mão de fazer minhas compras com os conhecidos inicialmente. Os laços que criei com eles foram tão grande que sentia a obrigação de retribuir tudo que fizeram por mim, fazendo minhas compras em suas barracas e não nas demais. Marinho<sup>3</sup> e sua esposa, por exemplo, muitas vezes doavam mandioca e milho para mim. Embora eu manifestasse o desejo de pagar, aquilo era visto por eles como uma ofensa. De duas uma: ou aceitavam a quantia equivalente ao valor do produto que estava comprando e acrescentavam uma quantidade maior do alimento requerido; ou não aceitavam nenhum dinheiro em troca da mercadoria, fazendo “cara feia”, expressando reprovação. Neste contexto, comecei a me questionar, novamente, qual seria o meu papel diante do casal e dos demais feirantes: seria apenas de uma pesquisadora desfrutando de seu objeto? Confesso que não consegui ser tão imparcial a esse ponto e, cada vez mais, sentia a obrigação de retribuir tudo que eles me proporcionaram.

---

<sup>3</sup> Visando preservar a identidade dos entrevistados, todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

A solução encontrada para resolver esse impasse foi a realização de um documentário<sup>4</sup>, que contasse um pouco da história da feira, bem como dos feirantes que ali trabalham. Foi uma maneira de retribuir a eles, através de uma linguagem popular e não acadêmica, tudo que fizeram por mim. O documentário surge como uma forma de retribuir a hospitalidade e atenção dos feirantes em relação ao meu trabalho, além de reconhecer o trabalho dos próprios feirantes e evidenciar a importância que esse comércio de rua tem para Juiz de Fora. Embora tenha contado com o auxílio de duas colaboradoras para realizar o documentário, creio ser de fundamental importância citá-lo como componente dessa pesquisa, haja vista que tal projeto proporcionou uma maior aproximação com os feirantes, além da possibilidade de adentrar ambientes que até então não era de meu conhecimento. Neste sentido, esta empreitada é uma construção coletiva onde as relações de reciprocidade estabelecidas entre eu e os feirantes foram marcantes. O que ficou evidente no decorrer do trabalho foi a forma perene e temporária desse mercado aberto, caracterizado, principalmente, pelos diferentes territórios construídos ao longo de sua existência, singularizados pela relação de reciprocidade existente nos atos de “fazer a feira” (VEDANA, 2004) além, é claro, do fato deste comércio abastecer a população com bens de primeira necessidade.

O primeiro capítulo versa sobre a consolidação da feira livre em Juiz de Fora, bem como sua transferência para Avenida Brasil na década de 1960, onde permanece até os dias atuais. Ademais, temos um breve relato sobre o comércio informal, popularmente conhecido como “Feira das Muambas”, que se organizou paralelamente à feira regulamentada. Neste contexto, procuro ressaltar minha experiência em campo, bem como a opção por analisar as relações de troca que se fazem presentes apenas no lado regulamentado deste comércio de rua, relações estas que são minuciosamente tratadas no segundo capítulo.

Intitulado “Feira Livre da Avenida Brasil: local de trocas sociais, econômicas e simbólicas no espaço urbano” o segundo capítulo é fortemente marcado pela forte etnografia da maior feira livre do município de Juiz de Fora. Nele, descrevo o início da transformação da rua para a formação da feira. Neste ínterim, perpasso pelos processos que compõem este comércio a céu aberto, que vão desde a chegada dos feirantes à Avenida Brasil, até a desmontagem das barracas, o que me permitiu analisar com clareza como as relações de troca ocorrem neste cenário.

---

<sup>4</sup> O documentário “**Não tem abóbora, carregado de moranga**” – um documentário sobre a Feira Livre da Avenida Brasil, tem duração de 25min. Lançado em 2015, o curta foi financiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura – Lei Murilo Mendes e foi realizado em parceria com as antropólogas Janaina Moraes e Marina Barbosa.

Por fim, a última parte desta dissertação, faz uma comparação entre os espaços abertos e fechados destinados à comercialização de bens de primeira necessidade. Tendo os supermercados como referência de “espaços fechados” de trocas comerciais e as feiras como “espaços abertos”. Venho ressaltar, no decorrer deste capítulo, que embora novas formas de comércio tenham surgido, as feiras livres continuam se mantendo em meio às transformações do mundo moderno, mesmo com a interferência do poder público. Neste âmbito, evidencio como este comércio de rua se mantém no limiar existente entre a formalidade e a informalidade.

## **CAPÍTULO 1 - O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A FEIRA LIVRE**

### **1.1 A cidade de Juiz de Fora e sua trajetória econômica: o caminho para a feira dominical.**

A trajetória do comércio popular de Juiz de Fora está diretamente atrelada ao crescimento da cidade. Elevado à categoria de município no ano de 1853, quando ainda se chamava Vila de Santo Antônio do Paraibuna, a cidade se encontrava na rota do Caminho Novo<sup>5</sup>. Historicamente o município teve seu povoamento intensificado a partir da chegada de imigrantes no século XIX, principalmente alemães que, em 1857, correspondiam a 20% da população juiz-forana.<sup>6</sup> A vinda desses novos habitantes está relacionada a dois fatores: ao incentivo dado pelo Governo Imperial para o povoamento de regiões que até então eram pouco habitadas; e à construção da (antiga) Estrada União e Indústria. O objetivo de tais fomentos eram, respectivamente, suprir a escassez de mão de obra para a manufatura de alimentos que iriam guarnecer as lavouras de café e trazer trabalhadores qualificados, tais como engenheiros e arquitetos, para a construção da estrada.

Inaugurada em 1861, a União e Indústria foi a primeira estrada de rodagem nacional, possuía 144 km e ligava Juiz de Fora à cidade de Petrópolis. Sua construção fora autorizada mediante a assinatura de um contrato entre o governo imperial e Mariano Procópio Ferreira Lage, sob a condição da não utilização de mão de obra escrava o que, segundo Periera (2002), colaborou com a expansão das relações de trabalho assalariado na região. Com o objetivo de escoar a produção de café, que até então ocupava o centro do desenvolvimento econômico juiz-forano, e ampliar a circulação de outras mercadorias produzidas no estado, a estrada possuiu um papel de suma relevância no desenvolvimento econômico do município. Foi nesse ínterim, entre a vinda de imigrantes, que acarretou no aumento populacional, logo, no crescimento da demanda de bens de primeira necessidade, e o desenvolvimento urbano que a primeira feira livre foi oficialmente instalada nesta cidade.

Embora no dia 23 de julho de 1857 o então vereador Oliveira Horta tenha sugerido em reunião da Câmara a instauração de um mercado popular na cidade, foi somente entre os anos de 1860 e 1865 que a feira se consolidou em Juiz de Fora. Erguida no largo da Câmara Municipal, a partir da proposta realizada pelo vereador Antônio Rodrigues Milagres, a feira

---

<sup>5</sup> Construído por Garcia Rodrigues Paes no século XVIII, o Caminho Novo tinha como objetivo unir o litoral do estado do Rio de Janeiro às regiões auríferas de Minas Gerais.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

possuía poucos trabalhadores que, em sua maioria, eram intermediários entre os produtores e consumidores (OLIVEIRA, 1966).

Em 1866 houve, por parte da população local, a assinatura de um abaixo assinado contra a opção dos feirantes em vender, preferencialmente, para os atacadistas, o que fazia elevar de maneira relevante os preços dos gêneros alimentícios. Contudo, o pedido foi negado e este comércio continuou a funcionar no largo da Câmara Municipal até meados do ano de 1879, quando foi realizado o processo de ajardinamento da praça. Embora não se saiba onde este mercado funcionou durante o processo de restauração do largo, é certa sua existência e transferência dos feirantes para um local fechado. Porém, no ano de 1881, após um contrato firmado em 04 de março de 1880, o mercado municipal passa a funcionar em um prédio construído na esquina das ruas Direita – atual Avenida Rio Branco – e Imperatriz – hoje, Rua Marechal Deodoro.

Passara-se um pouco mais de 20 anos e no dia 28 de abril de 1903, de acordo com a Resolução nº 483, foi aberta uma licitação para a construção de um novo Mercado Municipal em Juiz de Fora, sob a alegação de que o atual não atendia às necessidades do público como, por exemplo, a umidade contida em seu interior e a sua localização desfavorável. Em 20 de dezembro de 1904, a Resolução nº 500, firmada pela Câmara Municipal em 14 de novembro de 1903, outorgou o direito de explorar o Mercado Municipal de Juiz de Fora – erguido na Rua da Gratidão, hoje Avenida dos Andradas – à empresa “Teperini, Sista & Cia” durante os próximos 20 anos. No ano de 1923, com o fim do contrato o Mercado Municipal foi extinto se formando, ali, um grande cortiço.

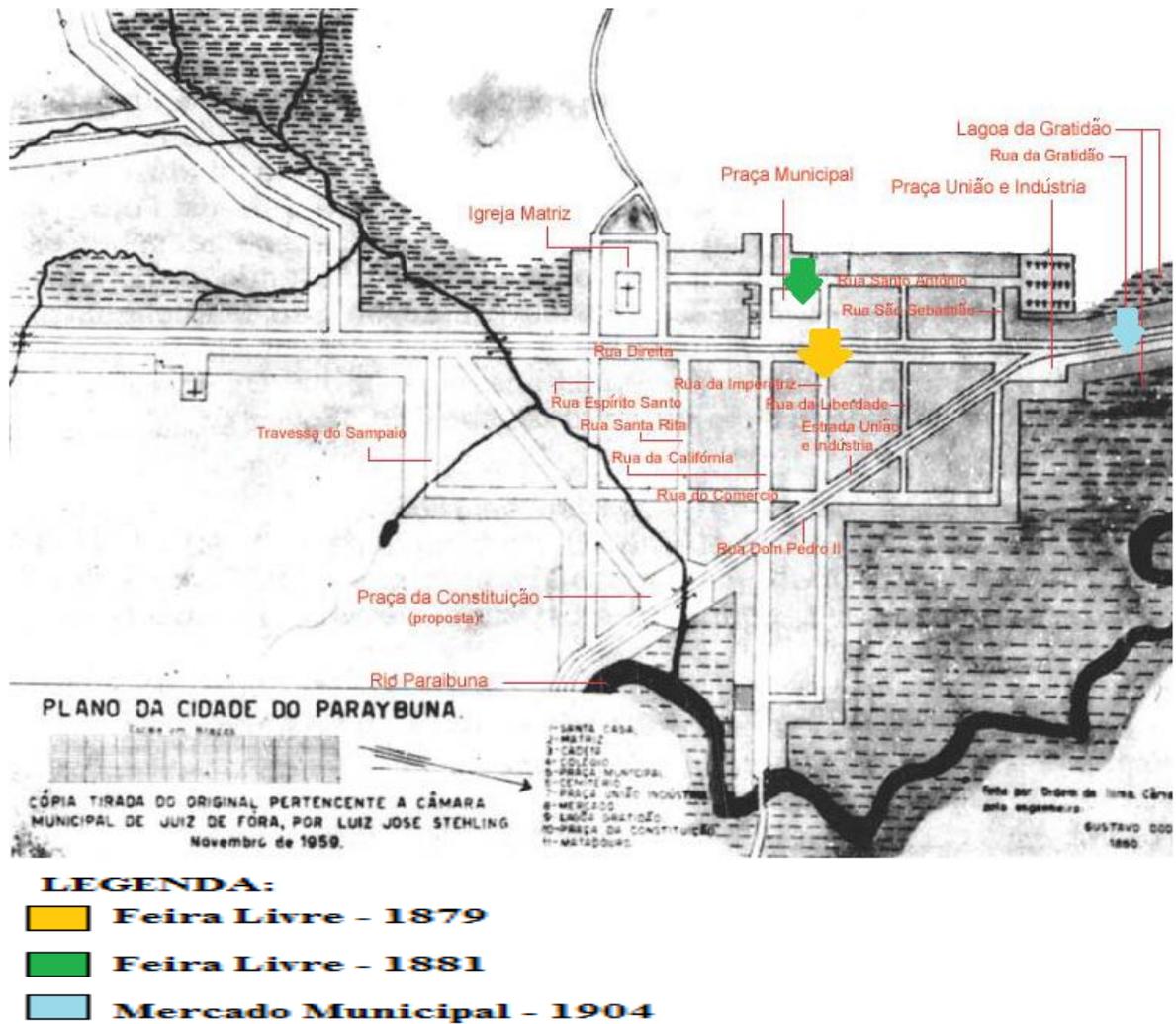


Fig. 1. Mapa da Região Central de Juiz de Fora em 1959<sup>7</sup>

No cenário nacional, no ano de 1924, o Brasil passou por uma forte crise econômica acarretada pela queda das exportações em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Tal situação influenciou diretamente a economia de Juiz de Fora, sendo realizada uma série de protestos contra a elevação do custo de vida, suscitando, assim, uma greve geral dos trabalhadores urbanos. Em sete de julho do mesmo ano, segundo Oliveira (1966), o então vice-presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Menezes Filho, confirmou que a cidade passava por uma forte penúria. Neste contexto, diversos setores da sociedade pressionaram Menezes Filho para estabelecer feiras livres com o intuito de abastecer a cidade e suprir às necessidades locais. Foi então que o presidente da Câmara em exercício, Theodomiro G. de Campos, dirigiu-se à Capital Federal a fim de pleitear, através do Governo, o fornecimento

<sup>7</sup> Figura extraída de ABDALLA, Gustavo, 2012. Disponível em: <<http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/735>>. Acesso em: 15 jan. 2015. Adaptações: PEDROSA, Daniela, 2015.

dos bens reivindicados pela população (OLIVEIRA, 1966; LESSA, 1985; arquivo Biblioteca Municipal – BMMM – setor de memória).

Em meio às diversas discussões políticas e no encadeamento econômico que a cidade vivia, as feiras livres foram estabelecidas no município de Juiz de Fora, desagradando aos comerciantes que, por intermédio da Associação Comercial<sup>8</sup> propuseram a sua extinção através de um abaixo assinado contendo 115 assinaturas. Os argumentos eram vários. Dentre eles, o que se destacava era o fato de que os feirantes não produziam seus produtos. Segundo os comerciantes juiz-foranos, era mais fácil comprar vestido, meia e boneca na feira do que uma penca de banana (Jornal do Comércio 27/07/1926 - arquivo Biblioteca Municipal – BMMM- setor de memória).

Entretanto, o pedido foi arquivado, haja vista que a Câmara Municipal reconheceu que as Feiras Livres, instituídas por imposição popular, haviam surtido o efeito desejado. No dia 20 de julho de 1924, um domingo, às sete horas da manhã, no cruzamento da Avenida Barão do Rio Branco e Rua da Gratidão – hoje Avenida dos Andradas – a Feira Livre volta a ser oficialmente realizada na cidade de Juiz de Fora. Nela foram comercializados legumes, rapaduras, meias, copos e pratos – a maioria deles trincados. (Revista O LYNCE nº552 p.1, 29 jun. 1924 – arquivo Biblioteca Municipal – BMMM- setor de memória)

Embora a proposta inicial do estabelecimento das feiras livres em Juiz de Fora fosse que estas acontecessem de domingo a sexta-feira, entre 7h e 18h, e aos sábados, de 7h às 15h<sup>9</sup>, isto não ocorreu uma vez que a Câmara deliberou seu funcionamento apenas aos domingos. Assim, a segunda feira livre de Juiz de Fora ocorreu no dia 27 de julho de 1924, na Praça Dr. João Penido e a terceira em três de agosto, do mesmo ano, no entroncamento das ruas Santa Rita e Espírito Santo, em frente à antiga cadeia municipal<sup>10</sup>, e assim sucessivamente, em endereços alternados, de sete horas da manhã ao meio dia durante o inverno e de seis horas da manhã ao meio dia durante o verão.

Os feirantes, ancorados na legislação municipal, representada pelo vice-presidente da câmara e diretor da feira livre, Theodomiro Campos, gozavam de certos privilégios em relação aos comerciantes locais<sup>11</sup>. Provenientes do estado do Rio de Janeiro direto para as

---

<sup>8</sup> Somente para registro histórico, a Associação Comercial de Juiz de Fora foi a primeira associação comercial do estado de Minas Gerais e a quarta do país. Criada em 1896, esta associação tem o objetivo de defender os interesses dos industriais, comerciários e agricultores. Em 1918 sua sede foi construída no conjunto arquitetônico da Praça Doutor João Penido, popularmente conhecida como Praça da Estação.

<sup>9</sup> Aos sábados as feiras teriam seu horário de funcionamento reduzido para que após seu término fosse realizado a higienização do seu local de funcionamento.

<sup>10</sup> Atual prédio da Escola Normal

<sup>11</sup> A concessão do direito de exercer uma barraca na feira era dada pela Câmara aos interessados que possuíssem alguma garantia exigidas no contrato assinado entre as partes, pelo período de 2 anos.

feiras, onde o pagamento era realizado, os produtos que seriam ali comercializados eram transportados gratuitamente pela estrada de ferro da União, ou com 50% de desconto quando transmovidos pela empresa de navegação Loyd Brasileiro. Isento de impostos, os gêneros vendidos nas feiras eram comprados por intermédio da Câmara Municipal na Superintendência do Abastecimento de Alimentação Pública com, no mínimo, cinco dias de antecedência. Na ausência de alguma mercadoria, previamente solicitada, os feirantes poderiam comprá-las de terceiros. Para além, competia à fiscalização das feiras, composta pelo diretor das feiras livres e seus assessores, recolher os produtos que foram deteriorados ou estragaram durante o transporte – aqui cabe ressaltar que caso isto ocorresse as despesas eram de inteira responsabilidade da Superintendência, ficando a administração das feiras isenta de qualquer prejuízo – e conferir a margem de lucro de cada feirante – que deveria ser de, no máximo, 10%.

Instaladas na cidade com a finalidade de baratear o custo de vida das classes menos favorecidas, a concorrência com os demais comerciantes era crucial para a continuidade das feiras regulamentadas em solo juiz-forano. Desta feita, ficou estabelecido que caso algum comerciante local vendesse qualquer gênero a um valor inferior ao vendido nas feiras, os feirantes perderiam o direito de mercenciar tais artigos. Por fim, cabe salientar que de acordo com o Decreto nº1 de 25 de julho de 1924, elas precisavam seguir o regulamento da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Segundo este as vendas nas feiras deveriam ser realizadas exclusivamente em dinheiro, não era permitido a comercialização de bebidas alcoólicas e os produtos possuíam um limite máximo de preço. Além disso, as feiras tinham como objetivo facilitar o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, utensílios domésticos e vestuário para a classe operária (arquivo Biblioteca Municipal – BMMM – setor de memória).

Cabe ressaltar que não se têm registros documentais acerca da continuação das feiras na cidade de Juiz de Fora entre as décadas de 1930 e 1950. Contudo, é certo sua permanência no município face às políticas de assistência alimentar criadas no governo de Getúlio Vargas, dentre as quais se destacam a criação do Serviço de Central de Alimentação, em 1939 e do Serviço de Alimentação da Previdência Sociais (SAPS) em 1940. Elaborados com base nos inquéritos coordenados por Josué de Castro, que afirmava que a fome era um problema de cunho político, os programas tinham como objetivo proporcionar alimentação adequada à população além de baratear o custo dos alimentos (MACEDO et al, 2009). Assim, as feiras cumpriam tais papéis haja vista que estes foram os principais objetivos de sua instalação em Juiz de Fora.

## 1.2 A década de 1960: a consolidação da principal feira livre da cidade.

A década de 1960 foi decisiva para o progresso das feiras em Juiz de Fora. Em nove de março de 1964, durante o mandato do prefeito Adhemar Rezende de Andrade, foi criado o Departamento Autônomo de Turismo (DAT) que, desde então, passou a ficar responsável pelo controle e fiscalização das feiras juiz-foranas. Neste período este comércio varejista já funcionava de terça a domingo, em horários e locais previamente estabelecidos. As feiras dos dias úteis (incluindo o sábado) eram de menor porte e ocorriam nos bairros Poço Rico, São Mateus, Manoel Honório, Bom Pastor e Benfica. A maior, realizada aos domingos, reunia todos os feirantes na Avenida Francisco Bernardino e, posteriormente, na Rua Caliu Ahouagi, ambas nas margens da Estrada de Ferro Central do Brasil, atual MRS Logística. Contudo, é no ano de 1967, quando reunia todos os feirantes locais nas 300 barracas – barracas estas que em três de junho de 1967 foram padronizadas pela primeira vez – que a maior feira da cidade passa a funcionar na Avenida Brasil.

DIA	LOCAL	Nº DE FEIRANTES
TERÇA-FEIRA	Praça da República	20
QUARTA-FEIRA	Bairro São Mateus	120
QUINTA-FEIRA	Bairro Manoel Honório	90
SEXTA-FEIRA	Bairro Bom Pastor	90
SÁBADO	Bairro Benfica	40
DOMINGO	Rua Caliu Ahouagi – Região central	Todos os feirantes/300 barracas

Tabela 1. Dias, locais e número de feirantes das feiras em Juiz de Fora - 1967<sup>12</sup>

Com o tempo, a realização das feiras em Juiz de Fora se tornou mais frequente e, atualmente, a cidade conta com quatorze feiras<sup>13</sup> que ocorrem em diferentes bairros a citar: Alto dos Passos, Mariano Procópio, São Mateus, Vitorino Braga e Manoel Honório – localizados na região central da cidade; Francisco Bernardino, Monte Castelo, Joquei II e Benfica – zona noroeste; Vila Ideal e Bairro Nossa Senhora de Lurdes – região leste; Vale dos Bandeirantes – região nordeste; Santa Luzia – zona sul; São Pedro – região oeste; e, por fim, Jardim Esperança – localizado na zona sudeste do município. O Departamento Autônomo de Turismo (DAT), que até então era responsável pela manutenção deste comércio de rua, foi extinto e seus encargos ficaram a cargo de duas novas secretarias: a Secretaria de

<sup>12</sup> PEDROSA, Daniela – tabela baseada nos dados disponíveis no arquivo da Biblioteca Municipal – BMMM – setor de memória

<sup>13</sup> No presente trabalho não estamos levando em consideração as feiras de artesanato e de produtos caseiros.

Agropecuária e Abastecimento (SAA), que coordena e organiza as feiras, e a Secretaria de Atividades Urbanas (SAU), que é responsável pela fiscalização das mesmas.

Contudo, a feira dominical continua sendo a principal dentre as quatorze existentes no município. Com 274 feirantes, 676 barracas e cerca de 500m de extensão, ela funciona há 48 anos, de 6h às 14h, na Avenida Brasil, região central da cidade, no trecho compreendido entre a Rua Professor Joaquim Henrique Viana e a Ponte Wilson Couri Jabour Júnior. Além disso, este comércio recebe cerca de 15.000 pessoas<sup>14</sup>, entre feirantes, frequentadores, fiscais, atravessadores e fregueses, todos os domingos de manhã se configurando, assim, como a principal feira livre de Juiz de Fora. O quadro a seguir nos dá uma dimensão dessas proporções:

<b>DIA</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>Nº DE FEIRANTES</b>	<b>Nº DE BARRACAS</b>
<b>TERÇA-FEIRA</b>	Mariano Procópio	108	48
	Francisco Bernardino	134	14
<b>QUARTA-FEIRA</b>	São Mateus	157	68
	Bandeirantes	45	18
<b>QUINTA-FEIRA</b>	Manoel Honório	201	106
	Monte Castelo	23	12
<b>SEXTA-FEIRA</b>	Alto dos Passos	101	41
	Bairro de Lourdes	63	27
	Jóquei Clube II	29	14
<b>SÁBADO</b>	Santa Luzia	141	62
	São Pedro	28	11
	Benfica	131	54
	Jardim Esperança	12	12
<b>DOMINGO</b>	São Mateus	12	23
	Avenida Brasil	264	676

Tabela 2. Fonte: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora<sup>15</sup>

Esses foram alguns dos fatores que alimentaram meu interesse pelos estudos da Feira Livre da Avenida Brasil. Para além, desde que comecei a residir em Juiz de Fora, há cerca de nove anos, já ouvia falar sobre a feira dominical. Frequentemente, em conversas familiares e, até mesmo, em papos descontraídos com os amigos, me contavam um pouco sobre a feira, suas curiosidades, excentricidades, os produtos e os diversos componentes dessa forma de “comércio de rua”.

No geral, as pessoas com a qual eu conversava, destacavam a “Feira das Muambas” e a singularidade das mercadorias ali vendidas como, por exemplo, ferramentas enferrujadas e roupas usadas. Ademais, comentavam sobre a gritaria, o corre-corre entre os corredores das barracas, o número de pessoas que lá circulavam, falavam sobre a “Rádio Feira” – que existe

<sup>14</sup> Segundo dados da SAA, arquivo jornal tribuna de minas 2012 - SMBMMM

<sup>15</sup> Tabela retirada da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/saa/feira\\_livre.php](http://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/saa/feira_livre.php)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

apenas na parte regulamentada pela prefeitura – os doces caseiros e, principalmente, sobre o tamanho da Feira Livre da Avenida Brasil. Porém, ainda não havia em mim o interesse em conhecê-la.

Após assistir a uma reportagem em um telejornal local sobre esta feira, surgiu a curiosidade por este cenário e seus atores. Tema desta reportagem, me chamou a atenção a história de Amadeu, que iniciou suas atividades na feira há cerca de oito anos juntamente com sua esposa, em situação de desemprego e necessidade de sustentar os cinco filhos e que conseguiu se consolidar como comerciante de temperos. Com cerca de um quilo e meio de alho, o casal decidiu fazer os temperos caseiros – já conhecido no seu círculo de amizade utilizados em churrascos e confraternizações familiares – e comercializá-los na feira: dos vinte e quatro potes produzidos inicialmente, o casal ampliou sua produção mensal com a aquisição de equipamentos modernos para fabricação de temperos em larga escala, manufaturando cerca de 250kg do produto por dia, produtos estes que, hoje em dia, além da Feira Livre da Avenida Brasil, são comercializados em bares, restaurantes e açougues da cidade.

Logo depois de acompanhar atentamente a reportagem e anotar todos os dados ali contidos, comecei a fazer uma série de questionamentos acerca daquele universo: Como pode um casal desempregado se “reerguer” vendendo temperos em uma Feira? Qual o papel dessa e de outras feiras na expansão e na história de Juiz de Fora? O que faz com que a Feira dominical se perpetue por todo esse tempo? Qual o diferencial que ela tem? Foram essas e outras indagações que me instigaram pesquisar a Feira Livre da Avenida Brasil.

### **1.3 As transformações da feira dominical: rumo a uma etnografia de rua.**

Após definir meu objeto de pesquisa, dei início a uma série de visitas ao local. Posteriormente, busquei artigos que pudessem estar relacionados à temática da feira livre abordando questões como trabalho informal, história do município de Juiz de Fora, desenvolvimento das feiras no período medieval, processos de trocas sociais e simbólicas ali presentes, permanência da feira livre no espaço urbano entre outros. Além disso, realizei entrevistas com alguns feirantes, buscando em arquivos pessoais de feirantes, ex-feirantes e feiristas<sup>16</sup> do município – jornais, sites, fotografias, etc. – fontes que pudessem auxiliar e ampliar meu conhecimento sobre o tema. Ainda cursando o segundo período da graduação em

---

<sup>16</sup> Denominação dada pelos feirantes aos fregueses da Feira.

Ciências Sociais, decidi iniciar de forma voluntária esta investigação a partir de agosto de 2009, foi quando passei então, a frequentar a feira com regularidade.

A análise documental realizada a partir dos arquivos de leis e decretos municipais disponíveis no site da Prefeitura local, dos jornais impressos, datados dos séculos XIX e XX, encontrados no setor de memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes e no arquivo municipal foram cruciais para o resgate histórico das feiras em Juiz de Fora. As evidências contidas nesses materiais, em junção a livros de pesquisadores locais, proporcionaram, a mim, um mergulho no desenvolvimento econômico da cidade, além do recolhimento de fotografias antigas, que demonstram as metamorfoses das feiras locais, mapas e plantas da cidade que revelaram as modificações do espaço urbano juiz-forano. Tal imersão deixou claro, como já relatado, que o papel das feiras nessa localidade ultrapassa o viés mercadológico haja vista que surgiram aqui com o propósito de suprir a falta dos bens de primeira necessidade, além, é claro, de serem fundamentais para o abastecimento alimentar juiz-forano.



Fig. 2. Feira Livre da Avenida Brasil 1968. Fonte: Jornal Diário da Tarde – Caderno especial – maio de 1968



Fig. 3. Feira Livre da Avenida Brasil 1982. Fonte: Maria do Resguardo<sup>17</sup>



Fig. 4. Feira Livre da Avenida Brasil 2010 – Fonte: JF em Foco<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.mariadoresguardo.com.br>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://jfemfoco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 07 jun. 2015.



Fig. 5. Feira Livre da Avenida Brasil 2015 – Arquivo Pessoal

Contudo, embora tenha me utilizado de outros artifícios para a realização do presente trabalho, ao desenvolver minha pesquisa utilizei como principal fonte metodológica a observação participante. Mesmo fazendo uso de outros recursos, foi a partir de tal procedimento que explorei a estrutura da Feira Livre da Avenida Brasil, isto é, suas barracas, o horário de funcionamento, os feirantes, entre outros fatores que integram sua estrutura, identificando, ali, os costumes, as relações sociais, as relações econômicas, o comércio e demais componentes do ambiente analisado.

Por se tratar de uma “etnografia das práticas de comércio de rua na cidade”, o presente trabalho conta com “uma disposição do pesquisador para o deslocamento constante, para um “vai-e-vem” intenso de pessoas de todos os lados, tendo em vista que seu objeto de estudo, mesmo alojado em um lugar determinado no espaço, é puro movimento” (VEDANA, 2004, p. 44). Seja pelo diário de campo seja pela observação participante, a metodologia qualitativa se faz presente em todo o percurso de minha etnografia.

Desta forma, a partir de uma investigação guiada por uma visão etnográfica, bibliográfica e documental, busco compreender a importância da Feira Livre da Avenida Brasil no cotidiano dos indivíduos que participam direta ou indiretamente de sua composição.

Acompanhando de perto sua dinâmica, venho procurando perceber as minúcias que envolvem as relações e os vínculos criados por este ambiente.

#### **1.4 Adentrando o espaço: primeiros passos em direção à feira.**

A pesquisa encontrava-se no início de seu desenvolvimento, ainda imatura e crua. As indagações eram grandes e a inexperiência gigantesca. Como “jovem pesquisadora”, saía de minha casa em horários alternados e circulava nos corredores que começavam a se formar entre as barracas erguidas às margens do Paraibuna, aos domingos de manhã. Com prancheta, caneta e gravador percorria a Feira Livre em busca de feirantes que tivessem dispostos a responder perguntas que se encontravam em um pequeno (e mal elaborado) questionário.

Ainda sem orientação, o roteiro fora produzido por mim e contava com diversas perguntas. Ora abertas, ora fechadas, elas se referiam à origem dos produtos comercializados pelo feirante, à aquisição da barraca – se esta havia sido adquirida por herança ou através de formulário cadastrado na Prefeitura Municipal – ao número de funcionários, quanto tempo de feira, se possuía outra profissão e assim por diante.

Quando optei por realizar as primeiras entrevistas semi-estruturadas acreditava que este seria o principal método a ser utilizado em meu estudo. Para mim, um bom script, repleto de perguntas acerca daquele ambiente, me proporcionaria um amplo conhecimento do espaço analisado sem necessitar de muitas outras informações. A “flexibilidade” ocasionada por esse tipo de método, a princípio, me parecia ser suficiente.

Geralmente, as entrevistas ocorriam no começo da manhã enquanto os feirantes ainda montavam suas barracas e ajeitavam seus produtos na mesma. Os entrevistados, a princípio, eram escolhidos de maneira aleatória. A falta de conhecimento sobre o ambiente analisado não me permitia um enfoque mais centrado. Durante o tempo que eu os abordava, fazendo as perguntas contidas no questionário, os feirantes ajeitavam seus produtos e pouco se importavam com minhas indagações. Sempre muito educados, respondiam sem entrar em muitos detalhes. A partir desse momento percebi a necessidade de acompanhar os “processos de produção” da feira livre para compreendê-la melhor, haja vista que as entrevistas não bastariam por si só.

Ao constatar a precariedade das entrevistas formais, a possibilidade de fazer observações interessantes a respeito do cenário a partir da investigação do Outro se tornou, a meu ver, a forma mais propícia de combater os obstáculos por mim encontrados. A partir

disso procurei um maior envolvimento com o ambiente pesquisado, mergulhando nas sutilezas que circundavam o cenário da feira. Nesse momento a observação participante começou a se fazer presente em meu trabalho.

Foi como quando andei de avião pela primeira vez. Ao decolar, senti um frio na barriga, um nervosismo típico da “primeira vez”. A curiosidade tomava conta de mim e o início foi emocionante. Contudo, pouco tempo depois, já estava “entediada”. Olhava a paisagem pela janela e a curiosidade acerca do que se passava “lá embaixo” me dominava. Sentia a necessidade de o vento “bater na minha cara” enquanto observava a paisagem de perto, feito janela de ônibus. Do alto, via a curva dos rios, as casas minúsculas, algumas plantações, mas não sabia suas peculiaridades. Lá de cima, as minhas maiores indagações eram acerca do que se passava naquelas cidades, do que eram aquelas plantações e qual a profundidade daqueles rios: para onde a correnteza nos levaria? Qual a cor da sua água? E sua temperatura? Os detalhes me instigavam. Foi assim com a feira. Sair de uma perspectiva *macro* para a *micro* era como deixar de ver as coisas pela janela do avião e senti-las de perto. Daí a escolha por privilegiar a observação participante: a necessidade de entender o “Outro na cidade” (ECKERT; ROCHA, 2001), para que, assim, pudesse ter uma descrição interpretativa (GEERTZ, 1974) de sua forma de viver e sobreviver.

Neste contexto, estabelecer um “encontro etnográfico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) passou a ser minha principal meta. Com isso, cerca de seis meses depois de iniciar minhas visitas na feira dominical, recorri a conhecidos meus que frequentavam a feira, trabalham ou já trabalharam nela durante algum período a fim de adentrar mais “intimamente” no espaço da Feira Livre da Avenida Brasil. Foram estes contatos que me possibilitaram uma aproximação maior com outros feirantes o que resultou, posteriormente, no recolhimento de material documental dos próprios feirantes como, por exemplo, contratos de prestação de serviço, fotografias antigas e reportagens de jornal, além de propiciar a possibilidade de conhecer o dia de trabalho de alguns deles.

Aqui cabe ressaltar o papel de Marinho que, assim como “Doc”, informante de William Foote Whyte (2005) quando este realizou um estudo em Cornville, foi o principal intermediário entre eu e os demais componentes da feira livre. Foi ele que me apresentou grande parte dos feirantes, ex-feirantes, fiscais, fregueses e frequentadores entrevistados neste trabalho, colaborando, assim, de maneira surpreendente para a pesquisa em questão. Desta feita, meu trabalho de campo vai ao encontro do pensamento de Valladares (2007) quando esta afirma que:

Uma observação participante não se faz sem um "Doc", intermediário que "abre as portas" e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade. Com o tempo, de informante-chave, passa a colaborador da pesquisa: é com ele que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação. Pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de "assistente informal". (VALLADARES, 2007, p.154)

Outro recurso que utilizei para realizar esta investigação e me aproximar dos feirantes foi me transformar em uma "freguesa", fazendo minhas compras semanais na própria feira. Ali comprei doces na barraca da dona Conceição – feirante da cidade de Piau que produz suas compotas e doces cristalizados –, pães, biscoitos e pão com pernil da barraca da Luiza e do Carlos, milho verde e mandioca na barraca da Camila e Marinho, fumo na barraca do Damião, e frutas, legumes e verduras em diferentes barracas, o que propiciou um maior contato com estes trabalhadores, além da possibilidade de recolher uma gama de informações passadas muitas vezes de forma espontânea que, segundo Becker (1994)

são menos propensas a refletir as preocupações do observador e possíveis bases do que uma declaração feita em resposta a alguma ação do observador, pois a própria questão do observador pode levar o informante a dar uma resposta que poderia nunca lhe ocorrer de outra maneira (BECKER, 1994, p.53)

A aproximação com os frequentadores deste espaço, particularmente o "freguês", por sua vez, se deu de maneira dinâmica. Grande parte das vezes, minha abordagem ao consumidor foi feita na própria barraca em que eu, assim como ele, estava comprando. Um dos lugares mais marcantes para o contato com "feiristas" foi a barraca de café da Cleuza, localizada próxima ao cruzamento da Avenida Brasil com a Avenida Garibaldi Campinhos. A barraca é uma das únicas da feira livre que possui fila – e das grandes: o café, moído na hora, exala um cheiro magnífico que chama atenção de quem passa e atrai o freguês de maneira surpreendente. Ali, tive a oportunidade de ter muitas conversas com os frequentadores.

### **1.5 Um programa de domingo: a Feira Livre da Avenida Brasil.**

A Avenida Brasil, local onde ocorre a feira que constitui o palco da minha etnografia, é uma das principais vias de acesso da cidade. Ela liga o Centro à Zona Norte cortando cerca de oito bairros. Com aproximadamente 12km de extensão, a Avenida percorre as duas margens do rio Paraíba e reúne em suas proximidades alguns pontos importantes da cidade como o Museu Ferroviário, o Corpo de Bombeiros, o Museu Mariano Procópio e a

Mata do Krambeck. Nela também são realizados eventos do calendário juiz-forano como o desfile das escolas de samba no carnaval e a própria feira dominical.

De segunda a sábado, o trecho da Avenida Brasil onde ocorre a feira livre mescla os carros, que transitam a todo o momento, com moradores de rua, as pessoas que fazem caminhada as margens do rio, os que passeiam com seus cães, além de transeuntes que fazem seu trajeto para o centro da cidade. Revitalizada recentemente, com instalação de equipamentos de musculação ao ar livre, disponíveis para a população, calçadas reestruturadas, asfalto refeito, a Avenida Brasil, além de local de lazer e passagem para muitos juiz-foranos, tem fortalecido sua vocação comercial. No mesmo perímetro onde sucede a feira encontramos supermercados, lojas de produtos agropecuários, de peças automotivas, borracharias, bares, posto de gasolina, casa de show, departamentos da Prefeitura, igrejas e poucas residências.

Contudo, aos domingos de manhã, a dinâmica deste cenário é alterada pela realização da feira livre. O trânsito da margem esquerda do Rio Paraibuna é desviado para a Avenida Sete de Setembro, rua paralela à Avenida Brasil, e ali se mantém até o término da feira, para que ocorra a festa que é a Feira Livre da Avenida Brasil. Na margem direita, o fluxo de veículos é mantido paralelamente à realização do comércio informal que ali se instalou em decorrência da feira regulamentada. E assim este espaço público dedicado à mobilidade urbana amplia seu uso para as atividades comerciais e de lazer. O engarrafamento, os atrasos dos ônibus, o “buzinação” e as gritarias tornam-se fator constante na constituição do domingo matutino aos arredores da Avenida Brasil. Como Brugger (2014) afirma:

Durante os domingos não há nenhum tipo de intervenção para que os vendedores possam realizar a montagem das feiras; isso ocorre devido a falta de regulamentação pelos órgãos públicos frente ao comércio existente; não há interesse devido a baixa qualidade dos produtos e lucratividade, o que não atrai o interesse do capital para o local. A feira informal é baseada na demanda da população pobre da cidade, composta em grande parte por excluídos, nada atrativa para a entrada de capital. (BRUGGER, 2014, p. 80)

O fato de a feira dominical ser a maior realizada na cidade e atrair um grande número de frequentadores, fez com que, na sua longa permanência no decorrer dos anos, um grande número de vendedores informais se instalassem nos arredores da feira regulamentada, configurando-se uma grande “mancha” (MAGNANI, 2002) de atividades comerciais.

Funcionando na margem direita do Rio Paraibuna, na “Feira das Muambas”, “Robauto” ou “Troca-troca”, como é popularmente conhecida são comercializados produtos que variam da lâmpada queimada ao lampião à gás, ferramentas enferrujadas, celulares

usados, toca-fitas antigo, aves, bijuterias, roupas, antiguidades, brinquedos usados e novos, entre outros. Ali, na grande maioria das vezes não há barracas, os produtos são expostos em cima de panos ou lonas estendidos no chão, nos carros dos comerciantes ou em pequenas bancas não padronizadas, confeccionadas pelos próprios trabalhadores.

Os pontos de venda, por sua vez, são decididos através de regras próprias. Contudo, mesmo já tendo a posição da banca previamente estabelecida, os feirantes chegam na noite do dia anterior, por volta das 23h, para marcar seus locais de venda, pernoitando no local, dentro de seus veículos. Caso o vendedor se ausente por dois domingos consecutivos, ele pode perder seu ponto para outro comerciante ou para um novo, ficando o vizinho responsável por tomar conta do ponto do vendedor ausente. Aline Brugger (2013) ao analisar os circuitos da economia urbana presentes na “Feira das Muambas” da Avenida Brasil afirma que:

As relações de poder, nesse primeiro local [*lado oficial*], acontecem através de um órgão fiscalizador, enquanto do outro lado [*lado não oficial*], essas relações se constituem por meio de “favores”, ou “pagamentos informais”. O uso da territorialidade depende da relação de controle entre indivíduos (quem controla quem) e do contexto espaço-temporal, cujas fronteiras (controle do acesso) são elementos essenciais. Sabemos que se houverem discordâncias nas relações de poder entre um e outro espaço, então procede a “exclusão”, quando aquelas pessoas que permanecem na margem esquerda são “protegidas” pelo controle dos fiscais públicos, enquanto que os indivíduos que ficam do outro lado desenvolvem suas atividades sem qualquer controle dos órgãos públicos locais. (BRUGGER, 2013)

Neste lado da feira, existe certa divisão setorial definida pelos próprios comerciantes. Ocupando a Avenida Brasil, o Terreirão do Samba e mais cinco ruas, a “Feira das Muambas” se divide no setor de antiguidades, roupas, cd’s, acessórios e brinquedos, peças e ferramentas, carros e “muambas” – produtos usados e em péssimo estado de conservação.

As ruas que formam este complexo, cercadas pelos muros de um antigo clube da cidade, a quadra de uma escola de samba local, terrenos baldios e pontos comerciais, são apelidadas pelos próprios feirantes de acordo com o tipo de produto comercializados nela. Assim, o local onde a venda de roupas e cd’s prevalecem, por exemplo, é popularmente conhecido como vinte e cinco de março, fazendo uma referência à popular rua paulista.

A ligação que entre a “Feira das Muambas” e a feira regulamentada ocorre através da “Ponte da Amizade”, ou “Ponte Leopoldina”<sup>19</sup>, como é comumente conhecida entre os feirantes. Funcionando como elo entre as duas feiras, a pequena ponte exclusiva para pedestres, que liga as duas margens do rio, permite que os fregueses circulem pelos dois lados

---

<sup>19</sup> Quando a denominam de “Ponte da Amizade” fazem referência à ponte que liga o Brasil ao Paraguai. Já a nomenclatura “Ponte da Leopoldina” faz menção a antiga linha férrea onde passavam os bondes da cidade.

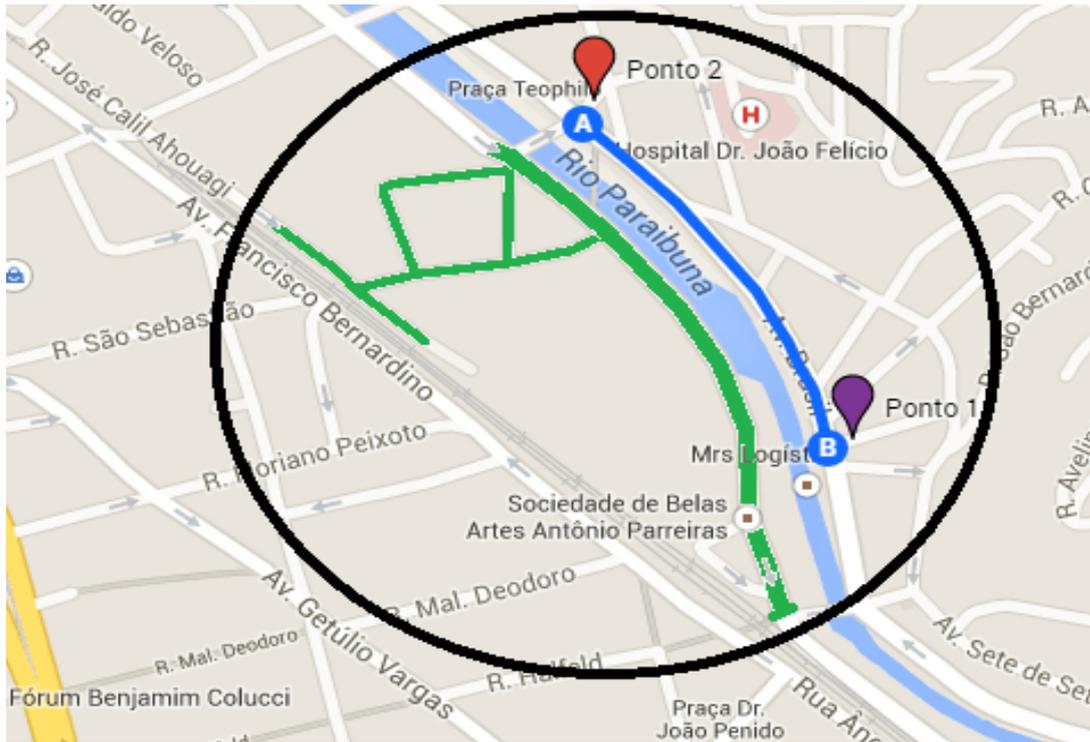
da feira com maior facilidade. Atravessá-la é ir para outra dimensão. Independente do seu ponto de partida, seja a margem direita ou esquerda do Paraibuna, ao percorrê-la e chegar no seu destino, perceberá que cada feira possui sua peculiaridade, ora se destacando pelos produtos comercializados, ora pelas relações de proximidade existente entre seus frequentadores, para além do grande mercado que ali se forma o que se destaca são as sutilezas de cada uma. Nas palavras de Luiz, feirante que pertence ao lado regulamentado:

A feira do outro lado ela é uma soma... eu acho que a prefeitura deveria legalizar aquelas pessoas que trabalham lá... porque eu vejo que eles chegam aqui de véspera... sábado cinco, seis horas da tarde já estão lá... e aquele comércio lá é uma soma do lado de cá... então eu acho que os dois lados precisa disso... tem pessoas que vejo que faz coleção de antiguidades, pessoas assim que tem o poder aquisitivo legal... que vem na feira... que eu encontro na rua e fala: “não, eu vou na feira, vou naquele outro lado de lá”... a gente fala outro lado, né!? “que lá eu vou encontrar talvez aquilo que eu desejo”... então eu legal isso... eu acho que a prefeitura deveria legalizar, se puder, aquelas outras pessoas lá... pra que elas possam chegar mais cedo igual a gente chega... ter espaço delas reservado pra não haver conflito... porque ali eles vem sempre pra demarcar local... então eu acho desconfortável... a pessoa podia tá em casa com sua família, indo em um evento... mas tá ali marcando pra conseguir seu sustento... (informação verbal<sup>20</sup>)

Contudo, o interessante para mim, no presente trabalho, é apenas destacar a existência desta parte da feira como forma constituinte do circuito de trocas no qual se insere a feira dominical, como componente integrante do cenário público da cidade, pois, quando iniciei meus estudos na Feira da Brasil com intuito de conhecer a imensidão deste comércio de rua, senti a necessidade de fazer um recorte no meu objeto. Desta feita, ao procurar por artigos, vídeos ou reportagem referentes à feira dominical, pude perceber a ênfase existente em relação à “Feira das Muambas”. As excentricidades encontradas no lado não regulamentado eram constantemente destacadas. Foi então que optei por estudar apenas o lado regulamentado da feira, haja vista que sua simplicidade e beleza me chamaram atenção. Neste sentido, senti a necessidade de demonstrar que as peculiaridades deste espaço são tão belas e “exóticas” quanto do outro. Para além, havia em mim o desejo de não deixar que a “Feira das Muambas”, de certa forma, apagasse o brilho da feira realizada a margem esquerda do rio Paraibuna.

---

<sup>20</sup> CASTRO, Luiz. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.



**Legenda:**

**— Feira Regulamentada - ponto A ao ponto B**

**— Feira das Muambas**

Fig. 6. Mapa da localização atual da Feira dominical.<sup>21</sup>

Assim, conforme dito, o espaço urbano da Avenida Brasil, aos domingos de manhã, é ocupado pelos feirantes devidamente registrados na Prefeitura Municipal e outro “*ilegal*” - dito por membros do poder público como apropriação – respectivamente margem esquerda e margem direita do Rio Paraíba. Apesar das diferenças que cada feira apresenta, a junção entre ambas – que para a população juiz-forana não são desvinculadas – funciona como um hipermercado ao ar livre pela variedade de produtos ali encontrados.

<sup>21</sup> PEDROSA, Daniela.

## CAPÍTULO 2

### FEIRA LIVRE DA AVENIDA BRASIL: TROCAS SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO.

#### 2.1 A formação do cenário estético.

Vindos de bairros e distritos juiz-foranos e de cidades próximas ao município como, por exemplo, Rio Pomba, Rio Novo, Piau, Santos Dumont, Matias Barbosa, Tocantins e Bicas, os primeiros feirantes começam a chegar à Avenida Brasil em torno das quatro horas da madrugada para montar suas barracas e dar origem à nova paisagem da rua.

Ainda em suas residências, estes comerciantes ajeitam em seus carros – Kombis, caminhões e caminhonetes – as estruturas de ferro e lona necessárias para a montagem das barracas e os caixotes de plástico<sup>22</sup>, sacos de linhagem, caixas de papelão e outras embalagens, onde são armazenados os produtos que serão comercializados na manhã dominical.

De acordo com o decreto municipal Nº 3253 - de 17 de abril de 1985, a descarga e arrumação das mercadorias nas barracas dominicais devem ocorrer entre quatro e sete horas da manhã e sua montagem deve ser realizada a no mínimo um metro de distância dos muros e muretas das casas. Porém, é por volta das 5h30min, antes de todas as barracas estarem funcionando, que os primeiros fregueses começam a chegar. Geralmente são jovens saindo de alguma festa, ou as dançarinas e clientes da casa noturna que ali se encontra, em busca de um “café da manhã” reforçado que, na grande maioria das vezes, é o pastel com caldo de cana.

Ainda conversava com seu Waldir, entre 6h e 7h da manhã, no momento este havia acabado de retornar de sua “ronda” na feira, quando um barulho intenso e diferente me chamou atenção. Olho para o lado e vejo um grupo de jovens que aparentavam ter entre 18 e 25 anos, não mais que isso. Eram quatro moças e um rapaz que se destoavam dos demais fregueses que ali circulavam. Com roupas de gala já amarrotadas, os penteados e maquiagens se desfazendo e chinelo de dedo nos pés, o grupo cantava em voz alta o trecho de uma música do MC Marcinho [Princesa, por favor volte pra mim... já não aguento a solidão] carregando latas e copos de cerveja que trouxeram de uma festa de formatura. A formanda, que vinha guiando o grupo, usava uma coroa de plástico, aos moldes das princesas dos desenhos animados, enfeitada com miçangas que imitavam pedras preciosas e um colar com um pingente de estrela, na cor verde claro, que não parava de piscar, disse a uma outra pesquisadora que se encontrava no local que “é lei vim pra feira depois da formatura... é minha formatura com a graça do Senhor... a feira de Juiz de Fora é o point depois das formaturas... todo mundo tem que vim (Diário de campo<sup>23</sup>)

<sup>22</sup> No ano de 2013 os caixotes de madeira foram substituídos pelos de plástico para melhor higiene e conservação dos alimentos.

<sup>23</sup> PEDROSA, Daniela. Caderno de Campo. Juiz de Fora, 2015.

Em torno das 6h da manhã o público é majoritariamente constituído de idosos, em sua maioria homens, que aproveitam o orvalho da manhã e o sol ainda baixo para caminharem entre os corredores formados pelas barracas e comprar os produtos mais frescos. Embora o público seja predominantemente masculino, entre 10h e 12h é comum encontrarmos famílias fazendo suas compras semanais na feira da Brasil. As crianças, ainda tem a opção de pedir de presente para os pais os balões, que são vendidos a preços populares, e brinquedos, como o pato que bota ovo, a galinha pintadinha que faz bolinha de sabão, o bicho de pelúcia e as roupas de boneca confeccionadas a mão por uma das feirantes, comercializados neste mercado.

Às 7h da manhã, quando os fiscais iniciam seus trabalhos, todas as barracas já estão montadas e a feira já se encontra em plena atividade. A desmontagem das barracas, por sua vez, deve ser realizada entre 12h e 30min e 14h e 30min para que, posteriormente, os funcionários do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB) realizem a limpeza da rua e esta volte a servir como via de trânsito de carros. Dado o caráter provisório, inerente à atividade das feiras livres (MIRANDA, 2008) a utilização do espaço urbano, volta ao seu arranjo original, sendo indispensável, na próxima semana, a recriação deste ambiente (a feira) onde as trocas possam a ser realizadas (ALMEIDA, 2009).

Mesmo que as especificações institucionais determinem um horário para a desmontagem das barracas, isso nem sempre acontece conforme as normas. O grande fluxo de fregueses, principalmente na “época de pagamento”, isto é, último dia do mês – quando os funcionários municipais são pagos – e do primeiro ao quinto dia útil – quando geralmente são pagos os demais salários, em união com a disponibilidade das mercadorias, que ora são em pouca quantidade e ora estão acessíveis em poucas barracas, faz com que alguns feirantes vendam seus produtos em um espaço de tempo menor. Deste modo, após terminarem suas transações os mesmos iniciam o processo de desmontagem das barracas deixando as peças da estrutura das mesmas amontoadas no chão. Por motivos normativos e de segurança, os carros utilizados pelos feirantes não podem transitar na feira durante seu horário de funcionamento, por isso, é muito comum no decorrer desta encontrarmos funcionário com carrinhos de carga levando caixotes vazios em direção ao transporte utilizado por eles para levar a carga até a Avenida Brasil.

As barracas, de regra, são padronizadas, todas com estrutura de ferro, distribuídas em quatro fileiras que formam corredores onde os transeuntes circulam. A cobertura tem um formato triangular que lembra o telhado de uma casa. Uma das modificações constatadas no

decorrer desta etnografia foi a mudança do padrão das lonas que revestem as mesmas, de azul royal para listras verde e branco. Segundo o ex-presidente da Associação dos Feirantes, Renato, em entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2010, esta troca teve como objetivo melhorar a apresentação e conservação dos produtos trazendo mais luminosidade para o ambiente interno da barraca, não interferindo assim na cor dos produtos, além de evitar a concentração de calor.



Fig. 7. Feirante recolhendo caixotes no decorrer da feira - Arquivo pessoal

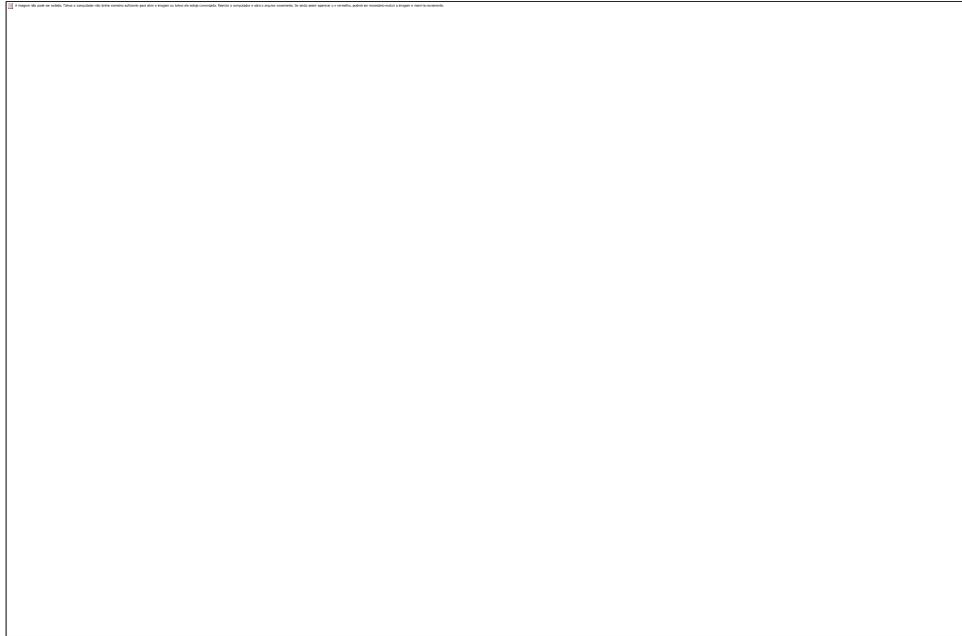


Fig. 8. Padronização das barracas – Arquivo pessoal



Fig. 9. Barraca Rei da Laranja – Arquivo pessoal

Para além, vale ressaltar que algumas delas possuem, em sua fachada, um nome como a “Pastelaria da Juliana”, o “Rei do Frango”, “Barraca do Pastel” e o “Rei da Laranja”. Outras, por sua vez, são reconhecidas pelos nomes populares, tais como “barraca do Adão” e a “barraca da Neide”. Contudo, todos funcionam como referencial para o freguês na hora de encontrar o que deseja ou encontrar um feirante de sua preferência. Ademais, através das observações realizadas em campo, pude perceber que na feira é muito comum referenciar uma barraca a partir da identidade atribuída ao feirante. É o caso da barraca do Jânio, o feirante que foi carinhosamente apelidado por seus companheiros e fregueses:

Enquanto escolhia mexerica pokan, olho para o lado e uma barraca me chama atenção. A ampla variedade de pimentas, que vão desde pimenta biquinho a pimenta dedo de moça, vendidas em garrafas ou a granel, forma um arco-íris em meio às barracas a sua volta. O feirante fica sentado em seu banco, com um sorriso largo, um homem com seus 60 e poucos anos que conta com auxílio de duas moças: uma com uns 12 anos e a outra aparenta ter uns 30. Quando olho para seu lado direito, vejo um cesto quadrado com alguns saquinhos de erva e um pedaço de cipó seco por cima. Dentro desse cesto, vejo uma grande quantidade de algo que se parece com uma semente, meio arredondado, com uma faixa mais escura no meio e pergunto a ele o que era aquilo... prontamente o feirante me responde: é olho de boi, Coleguinha! Serve pra tirar mal olhado... pode levar que você vai ver... e pra arrumar namorado é bom que é uma beleza! Sorri o feirante ao brincar comigo. Segundos depois um possível freguês lhe pergunta sobre o valor de uma das pimentas por ele comercializadas e ele responde: tem o pacotinho ali, ó! É R\$2,50 o pacotinho com um punhado... isso fica uma delícia com carne moída, Coleguinha! Pode levar que você vai gostar!... Logo em seguida passa um frequentador que o cumprimenta em voz alta: ô Coleguinha, bom dia! E ele responde: bom dia, Coleguinha!... Eu não resisti... o senhor chama todo mundo de Coleguinha!? É, minha filha! [respondeu ele] aqui todo mundo me conhece assim... pode perguntar pra qualquer um onde é a barraca do Coleguinha que vão te falar... me fala ele sorrindo. (Diário de campo<sup>24</sup>)

<sup>24</sup> PEDROSA, op. cit., passim.

As referências dadas aos feirantes vão ao encontro da análise de Geertz (2002), quando este investiga o conceito de pessoa existente em Sefrou e nos apresenta o *nisba*. A palavra, que é oriunda de “uma raiz trilátera, n-s-b” (2002, p.100), pode atribuir relações de propriedade às pessoas o que, para os marroquinos, possui uma série de significados. Desta feita, o autor assevera que os “eus” que circulam em Sefrou adquirem sua definição a partir das associações contextuais atribuídas pelos que os cercam, e ainda que:

A contextualização social das pessoas é difusa, e na sua maneira curiosamente não-metódica acaba sendo sistemática. Os homens não flutuam como entidades psíquicas fechadas, que se destacam de seu contexto e recebem nomes individuais. Por mais individualizadas e até obstinados que sejam os marroquinos – e na verdade o são –, sua identidade é um atributo que tomam emprestado do cenário que os rodeia. (GEERTZ, 2002, p.102)

Neste contexto, o apelido dado a Jânio, por exemplo, assume uma marca registrada de sua individualidade (KOURY, 2004), haja vista que o fato de tal feirante ser popularmente conhecido como coleguinha se tornou uma forma dos fregueses e demais feirantes o reconhecerem.

Nas barracas que formam o cenário da feira encontramos também o preço dos produtos que são expostos em suas fachadas através de varais com placas – em papelão, algumas digitalizadas, outras escritas a giz – banners ou preços fincados em seus produtos. Para fixá-los no varal os feirantes fazem uso de pregadores de roupa ou encaixam pequenos ganchos nas placas. O interessante é que fiquem sempre à vista para que os fregueses possam comparar o valor das mercadorias nas diferentes barracas. Tarefa essa que segundo a “feirista” Beatriz e o feirante Cássio não é muito fácil:

Eu venho aqui todos os domingos... faço minhas compras na feira porque é tudo mais barato do que no supermercado, tem mais qualidade, as coisas estão fresquinhas... e eu gosto também. Pra mim vim pra cá domingo é ter alguma coisa pra fazer... melhor do que ficar em casa dormindo. Eu venho pelo lado de lá [referindo à feira das muambas] porque eu gosto de olhar, sabe!? Depois eu passo na ponte e vou até lá no final por esse corredor [corredor da esquerda tendo a Ponte da Amizade como referência] olhando os preços... tem lugar que eu já sei que posso comprar porque não vou achar nada mais barato e o produto é bom... que nem a barraca de banana ali da frente... depois eu volto pelo outro lado olhando os preços aí já sei onde posso comprar... dá trabalho pesquisar... tem que ficar indo e voltando se você quiser encontrar algo bom e barato aqui, mas como eu não faço nada, pra mim é gostoso.  
- e se faltar barraca? [pergunta eu]

se faltar barraca que eu tô acostumada comprar? Ah... eu compro em qualquer uma desde que o preço esteja bom. Mas essas que eu já compro eu nem comparo... vou lá que é batata. (informação verbal<sup>25</sup>)

Em outra fala:

o feirante não é dono do ponto... a gente paga uma taxa que é pra manutenção e taxa de limpeza... então é só uma licença pra comercializar... isso aumenta o preço de tudo porque a gente vem aqui, suja tudo, não limpa nada e a prefeitura vem depois e lava tudo... o DEMLURB tem que limpar...então a gente tem a ideia de criar um sindicato pra unir todos os comerciantes de juiz de fora que dependem da prefeitura: camelôs, feirantes, ambulantes... porque você vê, aqui na feira até hoje ninguém se preocupou em organizar esse comércio livre... é o melhor que tem, porque você não tem aquela obrigação de vender fiado, você não cria vínculo com o freguês, a não ser um contato que você fez...então é aquilo que eu tô te falando, a feira é extensa e ela precisa de organização... tem uma mercadoria do lado de lá e tá longe da outra coisa... então tem que ter... você pode setoriar a feira colocando de quadro em quadro... em um quadro fruta, em outro legume, folhas... e jalecos, sabe?!... jalecos de folha é vermelho, de fruta é verde, hortaliça e legume é amarelo... sei lá... você setoriza pra ficar mais fácil pro freguês... você chega no mercado e o quê que tem? frios é lá no fundo, né? Você não vai comprar batatas no setor de frios... a ideia era fazer isso pra facilitar pro freguês... ele olha a cor e fala: frutas...ai ele compara preços... assim dá pra ele fazer o quê?... um equilíbrio de compras e uma ligação com o preço... porque hoje você [o feirante] vai no CEASA e pede dez sacos de batata, você não vai vender tudo em uma só feira...quando acaba você vai de novo lá e já tá mais caro... então o preço muda... então o freguês tem que comparar. (informação verbal<sup>26</sup>)

Neste sentido, tanto a fala de Beatriz quanto a fala de Cássio, prontamente nos remete ao conceito de clientelização exposto por Geertz (1979), quando este analisa a cultura do mercado marroquino localizado na cidade de Sefrou e evidencia as relações de troca existentes neste espaço. Em seu trabalho, o autor busca provar que o mercado é uma forma diferenciada de economia, haja vista que este possui um sistema de correlação social pautado na produção e consumo de bens de serviço. Para ele, as relações de troca que ocorrem no bazar são complexas, contudo, são traçadas na fidelidade existente entre fornecedores, mercadores e fregueses. Esta fidelidade é dada pelo processo de clientelização, onde os laços entre as partes são frequentes.

Aqui, cabe salientar que embora a análise de Clifford Geertz esteja focada na assimilação das relações sociais inseridas no contexto do bazar, o autor afirma que este mercado é, acima de tudo, um local de trocas comerciais. Desta feita, é a partir das trocas materiais e econômicas efetivadas pelos fornecedores, mercadores e frequentadores no

<sup>25</sup> CUNHA, Beatriz. Entrevista I. [nov. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

<sup>26</sup> SILVA, Cássio. Entrevista I. [ago. 2010]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2010.

contexto do bazar (no caso do presente trabalho, a feira) que as relações sociais são possíveis. Neste curso, os compradores mantêm um elo de fidelidade com o vendedor, quando não procuram a mercadoria em outro local – como é o caso de Beatriz. Para além, o autor evidencia que esses vínculos de parceria entre o mercador e o consumidor é uma das estratégias fundamentais para limitar o tempo da procura do produto desejado, deste modo, a proposta de organização das barracas na feira livre da Avenida Brasil, citada por Cássio, também funcionaria como um aparato de atração da clientela.

Contudo, embora as barracas não sejam divididas setorialmente, e os preços sejam diferenciados, atrair os clientes não é tarefa tão difícil para as barracas de pastel. Tradicionais e famosos nas feiras, o caldo de cana, juntamente com o pastel, é figura marcante na feira livre da Avenida Brasil. Mesmo estando sempre cheias, depois das 11h, quando a feira está quase no término, podemos constatar o horário de maior movimento nestas. Dentre as barracas que vendem esse produto, quatro se destacam no cenário da feira pelo seu tamanho, localização e número de fregueses. A primeira é montada transversalmente, logo no início da feira, próxima à Rua Professor Joaquim Henrique Viana e tem o nome de “Barraca da Kina”. Ali, além dos pasteis (carne, queijo, pizza e frango) e do caldo de cana, são vendidos refrigerantes em lata, água mineral, bolinho de mandioca com carne-seca e a massa de pastel em embalagens de meio e um quilograma. Na parte inferior desta barraca, no lado de dentro, ficam caixas térmicas onde os feirantes armazenam o gelo que, posteriormente, serão colocados nas jarras onde ficam as garapas que serão comercializadas. As duas fritadeiras, que possuem uma aparência industrial pelo seu tamanho, ficam localizadas nos fundos da barraca, próximas à Kombi, onde o moedor de cana fica instalado.

A segunda é a “Pastelaria Rolante Ipanema”, o trailer que fica na região central da feira e, diferentemente das demais, não comercializa o caldo de cana para acompanhar o pastel. Temos ainda a “Pastelaria Juliana”, localizada entre a região central e a “Ponte da Amizade”, possuindo sete funcionários: um dedicado ao caixa, um para moer a cana-de-açúcar, um para fritar os pasteis e quatro para servir aos clientes. Entretanto, a barraca não oferece aos fregueses os molhos caseiros e o vinagrete ofertado na barraca de pasteis da dona Lena. Situada em frente a “Ponte da Amizade” a barraca da dona Lena comercializa, além dos pasteis, salgados, peixe frito, bolinho de mandioca. O adesivo pregado no interior da barraca escrito: “aqui trabalha minha família, para servir bem a sua. Obrigado! Volte sempre!” ressalta a importância da presença de seus fregueses, a receptividade da feirante com os mesmos, além de apontar para uma das estratégias frequentes entre os feirantes, o trabalho familiar.



Fig. 10. Barraca de verduras – Arquivo pessoal

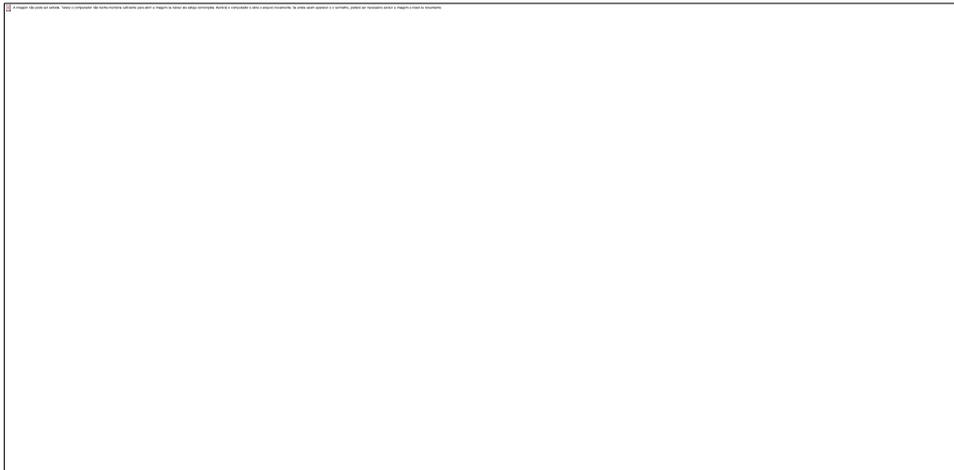


Fig. 11. Barraca de pastéis – Arquivo pessoal

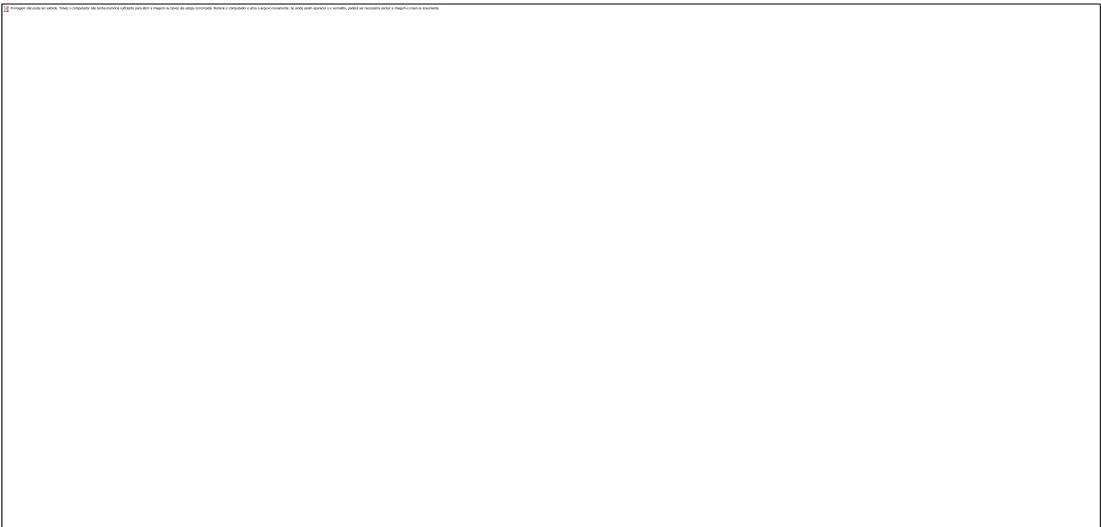


Fig. 12. Barraca bar – Arquivo pessoal

Outras barracas que marcam o domingo na feira são as “barracas bar”. Localizadas em todo o percurso da Avenida Brasil, principalmente na região central, as “barracas bar” vendem cervejas, “churrasquinho de gato”, feijão tropeiro, aquela cachacinha e vários tipos de tira-gosto que exalam odores fascinantes durante o trajeto do freguês. Nestas, alguns fregueses levam instrumentos musicais como sanfonas e violões para tocar e agradar quem passa e quem fica. Parte integrante da feira, as “barracas bar” são locais marcantes de lazer neste comércio dominical atendendo, principalmente, aos homens e às mulheres adultas. Ali os fregueses param em torno dos balcões ou sentam nas mesinhas destinadas a eles e ficam por um longo tempo:

Eu venho na feira todo domingo só pra beber cerveja... adoro chamar o Décio e sentar naquela barraca que parece um bar... uma grandona que fica perto de uma rua... depois nós vamos pra lá... fico até a hora do almoço e vou pra casa depois. (Diário de campo - Dedé<sup>27</sup>)

A prática de ir à feira, exclusivamente para consumir nas “barracas bar”, é algo muito comum entre os frequentadores deste comércio de rua. Embora alguns não as frequentem no sentido de comprar mercadoria, frequentam-nas indiretamente quando param pra ver quem está tocando a música ao vivo ou pra cumprimentar um conhecido, por exemplo. Neste sentido, as “barracas bar” são um espaço de sociabilidade, local de confraternização e conversas na feira dominical.

Tomemos aqui o conceito de sociabilidade elaborado por Simmel (1983), quando este afirma que a interação entre indivíduos é oriunda dos instintos humanos reciprocamente organizados. Segundo ele, essas interações são fundamentais na medida que obrigam os indivíduos se agruparem em unidades de interesse comum, rompendo com sua individualidade. A essa união George Simmel denomina de sociação. Para o sociólogo:

Sociedade propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida e propósito. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos de sociabilidade. (SIMMEL, 1983, p.168)

---

<sup>27</sup> PEDROSA, op. cit., passim.

Desta feita, não negando que as demais barracas também funcionem como locais de sociabilidade propício para troca de saberes, as “barracas bar” são uma *mancha* (MAGNANI, 2002) de lazer dentro do *circuito* (MAGNANI, 2002) da feira livre da Avenida Brasil. Ali, o caminhar pelos corredores da feira em busca dos melhores preços e/ou produtos, o “trocar ideia” com os feirantes, a pechincha, entre outros atos inerentes aos frequentadores deste comércio de rua, são deixados de lado e a “barraca bar” passa ser um local de trocas sociais, espaço propício para a integração entre os indivíduos. Percebe-se, então, que as práticas sociais pertinentes à feira livre da Avenida Brasil transcendem os espaços que compõem este ambiente, quando extrapola seu caráter econômico, transformando-os em locais favoráveis à sociabilidade.

As relações de interação existente entre o feirante e o freguês, por sua vez, são percebidas com grande intensidade dentro da barraca de Marinho, por exemplo. O tempo de feira do comerciante, bem como de sua esposa, permitiu que as relações entre o freguês e o mercador fossem estreitadas. Camila, que além de ser esposa é filha de feirante, frequenta o ambiente onde trabalha há muitos anos. Já na barraca de mandioca, a feirante conquistou o afeto e a confiança de muito de seus fregueses como, por exemplo, dona Pepa. A feirista, já idosa, relata que tem certa dificuldade em descascar a mandioca devido às limitações físicas. Assim, Camila auxilia sua cliente, descascando as mandiocas encomendadas por telefone, com pelo menos uma semana de antecedência: “ela me liga e fala: ‘Camila, quero dois quilos amanhã?... né, dona Pepa!?... aí eu trago pra ela... tudo já descascadinho, arrumadinho... é só ela cozinhar...”

Aqui, as relações de reciprocidade (MAUSS, 2011) são novamente resgatadas se pensarmos em um referencial mais abrangente que é o do consumidor final, ou seja, o freguês de banca do feirante. As relações de amizade, sociabilidade e os vínculos afetivos formados entre o feirante e seu freguês cativo são retomadas, posto que a intensificação dessas relações ocorrem a partir de pequenos favores, sem qualquer custo monetário adicional ao valor do produto vendido na banca.

## **2.2. Uma barraca com produto diferente: “Som Central”.**

Cabe salientar que existem feirantes legalizados que se utilizam de algum tipo de veículo ou uma barraca não padronizada para comercialização de seus produtos. A distinção entre o tipo de barraca a ser utilizada ocorre de acordo com normas estabelecidas pela

Prefeitura Municipal a fim de manter a conservação adequada dos produtos ali comercializados. O “Açougue Vieira Bartels”, uma entre as duas barracas que aceita cartão de crédito como forma de pagamento<sup>28</sup>, é uma dessas exceções. O trailer, localizado na região central da feira, necessita de uma estrutura especial, que envolve refrigeração do alimento, para conservar as carnes por eles negociadas. A “Pastelaria Rolante Ipanema” e a peixaria encontrada logo no início da feira, também são exemplos de barracas não padronizadas. Contudo, dentre todas essas barracas, uma se destaca: a do “Som Central”.

De propriedade do Seu Waldir, a barraca é um veículo Kombi do ano de 1977, da cor azul claro e branco, e se difere pela mercadoria comercializada: o som. Mas nem sempre foi assim. Nascido em Juiz de Fora, senhor Waldir trabalha na feira dominical desde 1959. Na antiga barraca de nome “Tentação”, o comerciante vendia produtos como queijos, mel natural de abelha e doces – goiabada cascão, goiabada lisa, doce de leite e doce de amendoim – que eram divulgados através de um pequeno aparelho de som instalado por ele em sua barraca. Por este recurso, senhor Waldir era regularmente procurado pelos frequentadores, seja para anunciar o desaparecimento de crianças na feira, seja para transmitir recados amorosos. Assim, este comerciante visualizou para si um novo espaço de trocas, especializando sua barraca, a partir de 1980, na difusão de comunicação no espaço da feira. A rotina semanal Seu Waldir se inicia por volta de uma hora da manhã, quando este chega na Avenida Brasil e começa a montar sua aparelhagem. O “Som Central” é composto por sete cornetas de 100 watts cada, em três postes de seis metros de altura e 210 metros de cabo. Tais cornetas são fixadas no decorrer da feira, em três pontos: dois próximos a Rua Professor Joaquim Henrique Viana, três na região central da feira, onde a Kombi fica estacionada e, por fim, outros dois nas mediações da Ponte da Amizade.

---

<sup>28</sup> A outra barraca que me refiro está localizada no início da feira e comercializa queijos e pimentas.



Fig. 13. O Som Central – Arquivo pessoal

O estúdio encontra-se montado no interior do veículo Kombi – equipado com baterias que permitem o funcionamento da aparelhagem mesmo se houver falta de energia. Aprovado pela Lei Municipal N.º8734 em 21 de setembro de 1995, o “Som Central” da Avenida Brasil é o único serviço de alto falante da cidade de Juiz de Fora que tem permissão para funcionar mais de uma hora por dia.

Em torno das três horas da madrugada, após preparar o “Som Central”, o feirante testa seus equipamentos e, logo após, tira um cochilo em uma cama improvisada dentro do veículo. Às seis horas, Seu Waldir circula pela feira em busca de alimentos doados a ele por outros feirantes. Neste cenário, o ato dos feirantes doarem mercadorias para seu Waldir reafirma o aspecto fundamental da feira como um espaço público de trocas, seja pela reciprocidade – o “Som Central” atua como elo de comunicação entre os feirantes, de vigilância quando, por exemplo, anuncia que existe trombadinhas na feira – seja pela a formação de vínculos afetivos (SERVILHA & DOULA, 2009).

Ao retornar à sua barraca, o feirante começa os preparativos finais para iniciar publicamente seus trabalhos: a porta direita frontal da Kombi é aberta e, segurada por um pequeno pedaço de madeira, serve de apoio para a colocação da lona em verde e branca, em PVC, existente nas demais barracas.

Todos os domingos, exatamente às sete e quarenta e cinco, o feirante faz seu primeiro anúncio: “AMIGOS FEIRANTES... É HORA! É HORA DE COLOCAREM OS SEUS JALECOS. É HORA, TAMBÉM, DE COLOCAREM OS PREÇOS NAS MERCADORIAS. PEDIDO DOS COORDENADORES DA FEIRA LIVRE”<sup>29</sup>

Quinze minutos depois, pontualmente às oito horas da manhã, senhor Waldir inicia, oficialmente, suas atividades, ao som da cantora Xuxa, com a música “Bom Dia” como plano de fundo:

É ISTO AÍ, AMIGOS...ESTÁ ENTRANDO NO AR O SERVIÇO DE AUTO-FALANTE FEIRA LIVRE [pausa]... E O NOSSO CORDIAL BOM DIA A VOCÊS AMIGOS FEIRANTES E FEIRISTAS [pausa]... BOM DIA AMIGOS COORDENADORES DA FEIRA LIVRE [pausa]... BOM DIA AMIGOS VIZINHOS DA FEIRA LIVRE [pausa]... BOM DIA AMIGOS DO ALTO DO SÃO BERNARDO, DO EDIFÍCIO MINHOCÃO [pausa]... BOM DIA AMIGOS AÍ DO OUTRO LADO DO RIO, NO TERREIRÃO DO SAMBA E DA RUA LEOPOLDO SCHIMIDT [pausa]... E O NOSSO BOM DIA ESPECIAL A TODAS AS CRIANÇAS. BOM DIA, BAIXINHOS! E UM BOM DIA, TAMBÉM, AMIGOS QUE MANTÊM ESSE SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA NO AR (...) ENFIM, AMIGOS, BOM DIA PARA TODOS VOCÊS QUE ESTARÃO EM CONEXÃO CONOSCO EM UM DOMINGO DE FEIRA LIVRE NA AVENIDA BRASIL [pausa]... E LEMBREM-SE, AMIGOS, EU ESTOU DESEJANDO A VOCÊS UM BOM DIA, MAS, É PRECISO, É CLARO QUE É PRECISO, QUE VOCÊS PENSEM POSITIVAMENTE, SENÃO ESTAREI FALANDO EM VÃO.<sup>30</sup>

Após o término da canção, o “*serviço de alto falante Feira Livre: uma utilidade pública ao seu dispor*” anuncia promoções das lojas patrocinadoras, toca hino de times de futebol, músicas – que podem variar conforme datas comemorativas como, por exemplo, dia das mães, carnaval e natal –, agradecimento a amigos, agradecimentos eleitorais, sempre destacando como interlocutor o freguês. Desta forma, o “Som Central” se torna uma peculiaridade da Feira Livre da Avenida Brasil.

Em atividade nesses 35 anos, sempre comandado pelo Sr. Waldir, o “Som Central” sobrevive graças aos patrocinadores. Os contratos são assinados com, no máximo, cinco patrocinadores diferentes, não podendo haver anúncio de empresas do mesmo ramo. Os empresários – geralmente do setor varejista popular – pagam ao senhor Waldir o valor de um

<sup>29</sup> PEDROSA, op. cit., passim.

<sup>30</sup> PEDROSA, op. cit., passim.

salário mínimo para terem o direito de exclusividade de seus anúncios nesta feira. Além disso, as propagandas são feitas ao vivo com intervalos fixos de trinta minutos e duração de, no máximo, um minuto. Assim, o som passa a ser caracterizado como mercadoria, haja vista que gera um valor de troca estabelecido, principalmente, entre o feirante e o patrocinador que mantêm o serviço em funcionamento.

Sr. Waldir afirma não trabalhar com anúncios de feirantes, pois, a seu ver, esta atitude acarretaria em uma série de inimizades. Ele apenas agradece as doações recebidas, priorizando os laços afetivos em seu grupo, o que Miranda (2009) identifica como a construção das relações de vizinhança.

Embalados pela música “Tchau, Amor” interpretada pelo cantor Sérgio Reis, o “Som Central” encerra suas atividades ao meio-dia, não desrespeitando, em nenhum momento, os níveis sonoros previstos em lei.

SÃO EXATAMENTE 12 HORAS. BOA TARDE, MEUS AMIGOS... AGORA É HORA DE DESPEDIDA... VAI DEIXANDO AGORA, INDO EMBORA O SERVIÇO DA FEIRA LIVRE DE JUIZ DE FORA. PRA VOCÊS MEUS AMIGOS QUE ESTÃO COM A GENTE DIRETA OU INDIRETAMENTE, MUITO OBRIGADO POR MAIS UM DOMINGO COM O SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA DA FEIRA. FELICIDADE A TODOS. EU DISSE TODOS... TCHAU, FUI!<sup>31</sup>

Encerra senhor Waldir.

Considerado por muitos como uma tradição da feira dominical, o “Som Central” faz parte das “sonoridades da feira livre” juntamente com os demais feirantes, que lançam mão de vários recursos sonoros para capturar a atenção dos fregueses para suas barracas e promoções. Com os passos dos fregueses que circulam entre as barracas, com as vozes e conversas soltas no espetáculo da feira, constituem-se as “sonoridades da feira livre” que “evocam uma particularidade destas formas de comércio de rua e de apropriação do espaço público” (VENDANA, 2003, p.66).

### **2.3 Do direito de exercer a função de feirante.**

Existem duas maneiras de se adquirir uma barraca na Feira Livre da Avenida Brasil. A primeira é através da herança, ou seja, em caso de falecimento ou desistência de um feirante, a barraca passa automaticamente para seu herdeiro direto, desde que seja comprovada sua

---

<sup>31</sup> PEDROSA, op. cit., passim

morte. Como é o caso do Luiz: feirante há 31 anos, Luiz, atualmente é vendedor de flores; iniciou seus trabalhos ainda jovem quando acompanhava seus pais, que vendiam flores e legumes na labuta dominical.

Para formar o conjunto de plantas dispostos em sua barraca, Luiz recorre a dois artifícios: o cultivo próprio de algumas espécimes e a aquisição de produtos oriundos de outras cidades como Petrópolis e São Paulo, como o próprio feirante relata:

Algumas variedades, como plantas embasadas... bromélia, orquídea... a gente tem um pequeno cultivo... porque a gente compra até mesmo as matrizes até mesmo já formadas, mas no decorrer do comércio elas caem a beleza... então a gente tem lá um local onde nós podemos cuidar delas... de forma que elas tenham beleza novamente para serem comercializadas na feira... aquelas que a gente não planta a gente adquire em outros lugares... tipo assim... a gente vai em Petrópolis, vai em São Paulo... isso pra poder formar um produto de acordo com a necessidade do cliente, aquela pessoa que vem na feira à procura daquele produto que é a flor... (informação verbal<sup>32</sup>)

A rotina do feirante começa por volta das cinco e meia da manhã. Luiz explica que o fato de sua barraca se localizar em frente a uma casa noturna, que funciona até de manhã, dificulta o estacionamento de seu veículo em um determinado horário para descarregar seus produtos e as peças de sua barraca que, além da estrutura metálica comum a quase todas as barracas, conta com algumas prateleiras e espécies de estantes para acomodar a grande variedade de flores existentes em seu comércio. Nessa lógica, Luiz opta por chegar um pouco mais tarde para respeitar aqueles que frequentam a casa noturna, dividindo, desta forma, o cenário (MAGNANI, 2000) comum entre ambos. Assim, os papéis econômicos e não econômicos da feira, isto é, a sociabilidade, a reciprocidade e as trocas comerciais (SOUZA, 2010) são evidenciados pela preocupação do feirante em relação aos demais atores que ocupam o mesmo ambiente.

Luiz relata ainda que aos quinze anos, quando assumiu a barraca após o falecimento de seu pai, o hábito de comprar flores para decorar casa ou jardins estava começando a surgir em Juiz de Fora. Segundo ele:

Eu faço feira em outros lugares também... Bandeirantes, Bom Pastor, São Pedro... mas as melhor são as daqui e a do São Pedro... Lá no São Pedro o público é mais direto, a pessoa já sabe o que quer... a de domingo aqui a pessoa vem, dá um passeio e automaticamente oferecendo o produto ela aceita e acaba comprando... Quando eu tinha quinze, dezoito anos de profissão aqui na feira é que realmente veio esse mundo de flores para a cidade. A gente sempre traz variedades... é que sem a feira, eu acho que a cidade perde muito... porque nós buscamos variedade, coisas

<sup>32</sup> CASTRO, Luiz. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

diferentes... então a pessoa já tem essa coisa de que eu posso ir na feira que lá eu vou encontrar... então ela já sabe que aqui não vai perder a viagem... porque a feira de certa forma é cultura, né!? O próprio freguês a gente vai se acostumando com ele, tem certo cliente que a gente tem um certo tipo de atendimento e a gente vai purificando isso aí pro resto da vida... porque a própria feira nos ensinou isso... o próprio cliente... e nisso aí foi feito muitas amizade também... coisa legal que eu tenho certeza que é pra vida toda. (informação verbal<sup>31</sup>)

Neste contexto, evocando a fala de Luiz, a importância das feiras, espaço de troca, ultrapassa os sistemas econômicos trazendo consigo um valor social intrínseco que é manifestado através da ampla variedade de mercadorias comercializadas que constituem o dia-a-dia de seus frequentadores e, com o decorrer do tempo, se transforma em referência na formação da identidade cultural de um povo (MIRANDA, 2009) representados, por exemplo, no ato de comprar flores – ato este que foi constituído ao longo dos anos, segundo o próprio feirante. Segundo Gustavo Miranda, este tipo de mercado de rua é especial devido ao caráter social estabelecido nas relações de compra e venda dos produtos. Para o autor, o senso de comunidade presente nos vendedores é valorizado através da interação destes com seus fregueses, interação essa que é percebida na própria fala de Luiz, quando este relata sua preocupação em dividir o espaço com os frequentadores da casa noturna e, mais ainda, quando relata das amizades que faz com fregueses do seu ambiente de trabalho. Para além, Miranda salienta que:

As atividades desenvolvidas nas feiras livres mostram como são fortes atrativos culturais. Atreladas à importância desse comércio informal estão a identidade e a memória coletiva de um povo, criadas a partir de elementos do cotidiano (...). Se quisermos ter uma visão mais abrangente de cultura, pode-se dizer que tudo nela é cultural. A forma como os feirantes expõem produtos, como chamam fregueses, como se organizam no espaço, tudo contribui para que a cultura da feira seja um processo que se forma dia a dia na interação das pessoas que nela convivem, feirantes ou compradores, desocupados, e até mesmo aquelas figuras estranhas que se fazem existir à sua sombra. (MIRANDA, 2009, p.47-48)

Assim, devemos pensar a feira como um conjunto de práticas sociais (PANDOLFO, 1987) valorizando, desta maneira, a vivência do feirante e o seu afeto com seu meio de sobrevivência (SILVA, 2011).

O segundo modo de se tornar um feirante dominical é através de um processo seletivo que atualmente é realizado pela Secretaria de Agropecuária e Abastecimento (SAA) de Juiz de Fora. O cidadão que deseja se tornar feirante deve se cadastrar através de um formulário disponibilizado no Departamento de Atenção ao Cidadão dos Serviços (JF informação) para, posteriormente, quando houver a disponibilidade de um ponto, ser analisado e aprovado pela

Secretaria de Agropecuária e Abastecimento. Serão privilegiados, respectivamente, os produtores de hortifrutigranjeiros, pequenos agricultores, artesãos e os vendedores de hortigranjeiros. Por fim, os cidadãos que visam comercializar outros produtos como, por exemplo, roupas, peças para bicicleta, utensílios domésticos. Seu Noel é um dos feirantes que se encaixa no perfil descrito.

O feirante conquistou seu ponto através do cadastro feito junto à prefeitura, porém, seu registro foi realizado quando a feira era de responsabilidade do DAT. Feirante desde 1967, logo que a feira foi transferida para a Avenida Brasil, comerciante de utensílios de cozinha – tabuleiros, panelas, conchas e panos de prato, Seu Noel é o dono da barraca número 58. Todas as barracas possuem um número para auxiliar no controle realizado pela Secretaria de Atividades Urbanas, contudo a única barraca que deixa à vista sua numeração é a de Seu Noel. Apesar da obrigação dos feirantes em manter esta identificação em local visível isto não ocorre.

Porém, atualmente, para que um ponto fique disponível é necessário que um ou mais feirantes, já registrados, desistam de seus direitos de comercializar na feira dominical, já que é inviável acrescentar mais barracas no circuito urbano da Avenida Brasil onde a feira se insere. Tal acréscimo acarretaria em uma maior ocupação da rua, logo, as modificações no espaço urbano onde a feira se instala seriam maiores, exigindo uma ampliação do perímetro da Avenida que é destinado à montagem das barracas. Embora seja possível constatar “buracos” em meio às barracas ali montadas, esse fator deve-se ao fato de algum feirante se ausentar<sup>33</sup> no domingo em questão.

Cada mercador possui o direito de dispor de, no máximo, duas barracas<sup>34</sup>. Para garantir o funcionamento de suas barracas, o comerciante paga uma taxa mensal de aproximadamente R\$70,00 (setenta reais), por banca aprovada, à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, destinados à manutenção da feira. É importante destacar que não há uma divisão setorial das barracas, ou seja, elas se misturam no decorrer da feira com diferentes produtos em pontos distintos dificultando, deste modo, a comparação do consumidor no que diz respeito ao preço, qualidade e conservação do alimento. Entretanto:

Na feira não nos deparamos com a preocupação padronizada existente em hipermercados, nem tão pouco com ambientes resfriados pelo ar condicionado, mas

---

<sup>33</sup> O feirante pode se ausentar da feira por até três domingos consecutivos, mais que isso ele perde o direito do ponto.

<sup>34</sup> Cada barraca é composta por um número de banca cujo tamanho é padronizado. Contudo, os feirantes mais antigos possuem o direito de ter bancas maiores devido ao tempo de trabalho na feira.

nos deparamos com as raízes de uma comunidade que visa tornar a prática da feira livre a mais viva possível. (SILVA & RODRIGUES, 2011, p.6)

Por fim, há também a exigência, para se tornar um feirante, do atestado de sanidade física e mental, da mesma maneira que um trabalhador formal deve comprovar quando faz seu exame admissional. Tal exigência pode ser compreendida como uma forma do poder público controlar os comportamentos possíveis a um vendedor da feira e também regulamentar a informalidade que circunda este tipo de arranjo comercial fundamentado, em grande parte, em maior margem de atuação de seus atores.

#### **2.4 As modificações espaciais da Avenida Brasil e sua interferência na feira dominical.**

No decorrer da pesquisa, no perímetro onde é realizada a feira livre, ocorreram modificações espaciais que afetaram diretamente a dinâmica comercial deste ambiente. A Ponte Wilson Coury Jabour Júnior<sup>35</sup> e a reforma da Praça Teophilo foram as mais significativas. Contudo, as reformas que ocorreram na Praça não são tão significativas quanto a construção da nova ponte.

Após a construção da “Ponte dos Três Poderes”, a Feira da Brasil passou por uma série de transformações que envolveram tanto o deslocamento das barracas dos feirantes, quanto a dinâmica comercial do ambiente, modificando, assim, a territorialidade (OLIVEIRA, 1998). Embora o autor tenha se embebido da análise das sociedades indígenas do Nordeste brasileiro para elaborar o conceito de territorialidade, é possível nele nos inspirarmos para o entendimento das transformações do ambiente da feira após a construção da ponte e o deslocamento das barracas, haja vista que os feirantes tiveram que se adaptar ao novo espaço, transmutado em prol do funcionamento do trânsito juiz-forano. Um universo microssocial da vida urbana desta cidade foi alterado em função de modificações externas a ele, como o fluxo do trânsito interconectando diferentes regiões da cidade. Neste sentido, a composição da feira livre da Avenida Brasil sofreu um processo de territorialidade (OLIVEIRA, 1998), uma vez que parte de suas barracas foram realocadas para outros perímetros da Avenida, metamorfoseando o espaço da mesma.

Contudo, o processo de modificação foi favorável na opinião dos feirantes:

---

<sup>35</sup> Popularmente conhecida como Ponte dos Três Poderes.

A ponte? A ponte não me atrapalhou em nada não... muito pelo contrário. Ela me trouxe aqui pra frente e aqui eu vendo muito mais porque os fregueses circulam... os que já me conheciam continuam comprando, os que não conheciam agora sabem que eu to aqui... foi muito bom pra mim vim pra cá. (informação verbal<sup>36</sup>)

Assim, cabe acentuar que os feirantes, cerca de vinte, que tinham suas barracas situadas no trecho da Avenida Brasil onde, atualmente, se encontra a “Ponte dos Poderes”, foram transferidos para o início da feira. Outros, apenas foram realocados próximo à “Ponte da Amizade”, reduzindo, desta maneira, o espaço existente ente as barracas. Ademais, tanto os que hoje trabalham no início da feira, quanto os que estão no seu final, que agora tiveram seu lugar alterado, afirmam que as vendas aumentaram, haja vista que a circulação de pessoas por ali é maior do que quando a feira excedia a pequena ponte de pedestres.

O fato de a ponte ligar as duas feiras fazia com que alguns fregueses caminhassem somente até a “Ponte da Amizade” e, posteriormente, se dirigissem à “Feira das Muambas”, localizada na outra margem do rio Paraibuna. Logo, as barracas instaladas após a mesma eram pouco visitadas. Essa é a principal justificativa dada pelos feirantes para explicar o aumento das relações comerciais estabelecidas na feira.

A realocação das barracas que estavam situadas da Ponte da Amizade até o final da Praça Teophilo foi realizada pela Secretaria de Atividade Urbana (SAU) que, além de definir o ponto de instalação das mesmas, fiscaliza o horário de montagem, desmontagem, os produtos comercializados por cada feirante e o descarregamento da mercadoria, que deve ser feito no mesmo horário da montagem e da desmontagem das barracas de forma que não prejudique e nem ofereça riscos à população e, principalmente, aos consumidores.

Aqui precisamos destacar algo relevante na construção deste cenário: a alocação dos pontos de (re)instalação das barracas que, segundo alguns feirantes, foi privilegiado. Embora seja de responsabilidade da Secretaria de Atividade Urbana designar o local onde o feirante irá acomodar sua barraca, os trabalhadores que ali já se encontram questionam sobre os pontos escolhidos. Pontos localizados em locais de maior circulação, como por exemplo, o lado esquerdo dos corredores, são os preferidos pelos comerciantes. Porém, alguns alegam que a influência de certos feirantes com o poder público facilitou o estabelecimento de alguns feirantes nos melhores pontos. Como o próprio feirante relata:

---

<sup>36</sup> ALMEIDA, Márcio. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

Aqui acontece muita coisa de errado... tem gente que acabou de chegar, mas como conhece fulano, ciclano, vai e consegue um ponto melhor... é o caso do Bento, ele montou uma barraca agora, vende umas fruta lá, o certo seria ele pegar um ponto pior, mas como o irmão dele é feirante já tem um tempo, conhece o pessoal da prefeitura e já foi presidente da associação, conseguiu um ponto pra ele... aí cê já viu, né!? Fica difícil pra quem quer trabalhar... às vezes nem tem ponto vago, mas eles dão um jeitinho de conseguir... espreme daqui, espreme de lá... quem eles conhecem eles colocam mesmo... arredaram as barracas por causa da ponte, mas algumas tiveram que botar lá pra frente... ninguém pergunta se o cara gostou ou não. O freguês acostuma com o ponto, você tira o cara daqui e joga ele lá pro outro lado... tem que ver isso. (informação verbal<sup>37</sup>)

Para além das modificações físicas ocorridas no espaço onde ocorre a feira, mudanças essas que, como já dito, alterou a dinâmica deste comércio, existem as manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas verificadas na Praça Teophilo em decorrência da realização da feira dominical.

Aos domingos, paralelamente à feira, a Praça abriga roda de capoeira, apresentações teatrais, pregações religiosas, transações econômicas como, por exemplo, a locação de carrinhos elétricos e montagem de pequenos parques infantis, e campanhas públicas de caráter preventivo, como campanhas de vacinação e combate à dengue. Tais manifestações enaltecem a feira livre da Avenida Brasil para além do seu caráter comercial, ratificando a relevância social que esta tem para o município de Juiz de Fora. Ademais, as atividades desenvolvidas paralelamente à feira estão, de certa forma, atreladas ao desenvolvimento juiz-forano.

## **2.5 A respeito dos produtos: manipulação, transporte, conservação e origem.**

Apesar da variedade de produtos comercializados na Feira Livre da Avenida Brasil, o comércio de hortifrutigranjeiros tais como frutas, hortaliças, legumes, carnes e ovos, prevalece. As frutas e verduras, em sua maior parte, são provenientes de grandes propriedades situadas em estados como Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Para obter tais produtos, alguns feirantes recorrem à Central de Abastecimento de Juiz de Fora (CEASA-JF), como bem relata um feirante:

A maioria dos produtos daqui da feira vem de grandes propriedades que ficam em outros estados... Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro... O clima daqui dá nada não, menina! (referindo-se ao estado de Minas Gerais). Mamão, abacaxi e melancia precisam de sol. Aqui é tudo úmido. Aqui não dá nada não. Só no Norte de Minas, lá dá manga. Vem tudo do Rio e a gente busca no CEASA (Diário de campo<sup>38</sup>)

<sup>37</sup> MARQUES, Adão. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

<sup>38</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

As Centrais de Abastecimento (CEASA) surgiram no Brasil na década de 1960, a partir da criação de um grupo de trabalho para formular programas de estímulo e financiamento para o setor. O objetivo do programa, que teve a sua primeira central fundada no ano de 1962, em Pernambuco, era aperfeiçoar o sistema nacional de abastecimento de dois modos: através da institucionalização de mercados regionais; e do aumento da produtividade e da estrutura da distribuição (CUNHA et al, s/d).

Na década de 1980, as Centrais de Abastecimento (CEASA), que até então eram de competência do governo federal, passam a ser comandadas pelos governos estaduais e municipais. Contudo, no ano 2000, a CEASA MINAS volta a ser de propriedade do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Com sede em Contagem, a CEASA MINAS possui outras cinco centrais distribuídas no estado, dentre elas a de Juiz de Fora.

Composto por sete pavimentos e quarenta e quatro bancas de comerciantes, a Central de Abastecimento de Juiz de Fora fornece produtos para grandes mercados municipais, atravessadores e alguns feirantes. O CEASA de Juiz de Fora atualmente conta com 1500 clientes diretos que fazem a redistribuição dos produtos em feiras, supermercados e mercearias de Juiz de Fora e região. Percebemos, então, que a partir dos incentivos dados às centrais de abastecimento, grande parte dos produtos comercializados na Feira Livre da Avenida Brasil é proveniente dos mesmos locais que os hortifrutigranjeiros vendidos nos supermercados da redondeza. A maçã é uma dessas mercadorias. As etiquetas grudadas na fruta evidenciam o local de origem da mesma, desmistificando, assim, a ideia de que os alimentos comercializados na feira são sempre originados de pequenas propriedades.

Porém, para muitos, comprá-los na feira é diferente de comprá-los em supermercados e hortifrutigranjeiros. Pude perceber isso claramente pelo fato de que, mesmo havendo um supermercado próximo, os consumidores dão preferência aos produtos comercializados na feira. Em algumas visitas realizadas ao supermercado, pude constatar que o mesmo possui preços inferiores ou iguais aos da feira e fica lotado, contudo, os fregueses não adquirem hortifrutigranjeiros e sim outros produtos como, por exemplo, material de limpeza, biscoitos, cervejas e refrigerantes. O fato dos feirantes comprarem seus produtos no mesmo local que os supermercados evoca, mais uma vez, o diferencial que a feira possui dos demais locais de comércio de hortifrutigranjeiros.

Dona Jurema é uma dessas comerciantes que busca seus produtos na Central de Abastecimento. Feirante há trinta e oito anos, era empregada doméstica e viu na feira um local

para melhorar sua renda mensal e poder ajudar seus pais na criação dos irmãos menores. Com o fim do casamento, a feirante decidiu retomar seus estudos e tirar a carteira de motorista para poder dirigir a Kombi na qual atualmente transporta seus produtos. O curso técnico no SENAI auxiliou a feirante no trato com os clientes e na higiene com sua barraca:

Eu vim conhecer a feira na barraca de uma amiga. Ela cedeu um pedacinho pra mim, eu pesquisei e entrei pra feira (...) hoje eu vendo legumes: pimentão, tomate, cenoura, abóbora (...) essa abóbora aqui vem do Paraná. É tudo do CEASA. Eu sou uma compradora e vendedora... e o que sobra eu levo pro CEASA de novo porque vai tudo pra um projeto antidroga... Tem uma pessoa que encontra comigo lá e já leva tudo. (informação verbal<sup>39</sup>)

Na fala de dona Jurema percebemos outro aspecto inerente à feira: o ato da doação. Prática comum entre alguns feirantes, a oferenda da sobra dos alimentos evidencia a preocupação dos mesmos com o desperdício. A sobra das mercadorias podem ter os seguintes destinos: serem descartadas, projetos sociais, moradores de rua, alimento para animais de criação e funcionários do DEMLURB. O fato de a feira ser realizada no domingo e os produtos ficarem expostos ao sol por muito tempo faz com que os mesmos percam a qualidade, não sendo possível comercializá-los em outras feiras, haja vista que nenhum dos feirantes “fazem feira” durante todos os dias da semana. Além do mais, segunda-feira, dia posterior à realização da feira da Brasil, é o único dia que este comércio de rua não funciona.

Existem ainda feirantes que são pequenos produtores regionais e cultivam hortaliças como alface, agrião, almeirão, cebolinha, salsinha e couve, sendo os principais fornecedores de folhagens da feira-livre. A produção própria é característica marcante desses produtores que, para evidenciar a qualidade dessas hortaliças, as irrigam com água reservada em uma garrafa pet, cuja tampa possui pequenos furos fazendo com que a garrafa funcione como um regador, dando a elas uma melhor aparência após ficarem expostas ao sol.

---

<sup>39</sup> GOUVÊA, Jurema. Entrevista I. [ago. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.



Fig. 14. Pimentas – Arquivo pessoal



Fig. 15. Pequeno produtor de hortaliças – Arquivo pessoal

Outro recurso utilizado por um dos feirantes na conservação de seu produto é a forma de embalar a mandioca, desenvolvido por Marinho. O feirante da cidade de Piau lava as mandiocas, e as embala dentro de um saco preto com uma quantidade abundante de água e, posteriormente, as coloca em uma caixa de papelão. Tal processo conserva a cor original da mandioca, evidenciando sua qualidade. Além da mandioca, Marinho comercializa milho e inhame, todos plantados em sua propriedade.

A história de Marinho se difere um pouco da dos produtores de Piau que, em sua predominância, produzem banana. Marinho iniciou seu trabalho como feirante por influência

do sogro, que possui uma plantação de bananas no mesmo município. Porém, o feirante percebeu que o produto era muito comum sentindo, desta forma, a necessidade de possuir um diferencial. Foi a partir desse momento que Marinho decidiu plantar milho, mandioca e inhame para “fazer a feira”:

A produção é meia estação... Eu trabalho com cama de frango que é um produto mais bruto um pouquinho... e trabalho com adubo também, mas muito pouco... a cama de gato é o piso que os frangos ficam quando são novinhos... Coloca a serragem e deixa os frango lá em cima... Aí vai misturando com as fezes... É um bom adubo. Não é barato, mas é bom (...) aí chega nessa época, cê pode vê, só eu que tenho milho aqui... Porque banana todo mundo tem... Então eu precisava de um diferencial. (informação verbal<sup>40</sup>)

Piau, que é regionalmente reconhecida pela grande produção de banana, possui uma associação de produtores rurais que auxilia no traslado dos produtos até a feira dominical. Já na Avenida Brasil, cada feirante associado busca seus produtos, que já foram previamente identificados, no caminhão da associação fazendo com que assim o custo com transporte diminua.

Com o término da feira, os feirantes levam as embalagens já vazias para o caminhão que as transportará até o município. Já em Piau, por volta das quatro horas da tarde, compete a cada feirante ir até a sede da associação buscar suas embalagens e levá-las de volta para seus estabelecimentos para que no final de semana seguinte o processo se repita.

A presença de produtores regionais ainda se faz viva nos doces em compota e nos queijos minas (esses vendidos por unidade ou por quilograma) que são fabricados, em geral, na cidade de Rio Pomba. Os fumos, bem como os cigarros de palha, que são vendidos em duas barracas, são produzidos na cidade de Arapiraca, porém, os feirantes buscam na cidade de Tocantins para serem revendidos na feira juiz-forana.

Além de frutas, legumes e verduras, na feira são comercializados produtos como balão, bala de coco, espetinhos de carne, cerveja, caldo de cana, água de coco, peças de bicicleta, ferramentas, roupas, artesanatos, flores, jornais, frango assado, utensílios domésticos, biscoitos, pães, bombons, feijão, ovos, galinhas, refeições, peixe, salgados, mel, café moído na hora, temperos, brinquedos, sapatos e o bom e velho pastel.

---

<sup>40</sup> GONÇALVES, Mário. Entrevista I. [ago. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.



Fig. 16. Banca de jornal – Arquivo pessoal



Fig. 17. Biscoitos – Arquivo pessoal

Sobre as barracas de pastel já citadas neste trabalho, cabe ressaltar um fator relevante que as distingue das demais: todas possuem um funcionário destinado a receber o dinheiro pago pela mercadoria, nas demais é o mesmo feirante que manipula ambos. Neste sentido, a questão da salubridade se faz presente não somente no que tange a relação alimento e dinheiro, mas também na questão da higiene dos feirantes, que constantemente reclamam da precariedade do banheiro que, mesmo tendo sido recentemente reformado, não atende às

necessidades dos que ali trabalham. A sujeira e a falta de água potável são reclamações constantes dos trabalhadores:

- Tem que melhorar o banheiro. Eles coloca dois banheiros químicos lá na frente e esse aqui... a Cida toma conta da chave e só a gente usa, mas assim... não tem uma pia direito, o cheiro é desagradável... a gente sai dali e depois pega na fruta que o freguês come... isso é ruim pra eles e pra gente. (informação verbal<sup>41</sup>)

- o banheiro daqui que é ruim... tem que fazer outro... arrumaram e não melhorou nada... aquela sujeira lá e depois a gente tem que atender... pior é o banheiro químico que nem água tem... e pra ir no outro fica longe, né?... se tiver muito movimento até atrapalha a gente... a prefeitura tem que melhorar isso logo. (informação verbal<sup>42</sup>)

Mediante a isso, fico me questionando até que ponto a preocupação dos feirantes está ligada ao alimento comercializado por eles? Afinal, se pensarmos que tanto o dinheiro quanto a falta de higiene dos banheiros interferem na salubridade da mercadoria ali vendida, todos os feirantes deveriam ter um funcionário destinado exclusivamente para a manipulação da moeda, não é mesmo? Douglas (1991) nos ajuda a pensar essa conexão existente entre a figura dos feirantes e a manipulação do alimento quando a mesma analisa as noções de pureza e perigo contidas nos rituais das sociedades primitivas.

O que a autora afirma é o fato de que a pureza e o perigo são classificações simbólicas conferidas às práticas sociais. Segundo a antropóloga, a noção de higiene está diretamente associada à evolução dos conhecimentos que conquistamos ao longo do tempo, logo, para ela, na sociedade europeia contemporânea existem duas distintas visões de impureza: a primeira está relacionada a questão da higiene; a segunda diz respeito aos organismos patogênicos e sua relação com as ideias de impureza. Desta forma:

Concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados. A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objectos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é valido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para coisas da rua que estão dentro de casa para objectos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objecto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações. (DOUGLAS, 1991, p. 30)

<sup>41</sup> GOUVÊA, Jurema. Entrevista I. [ago. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

<sup>42</sup> LOPES, Amadeu. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

Se pensarmos por esse ponto de vista, no ambiente da feira livre as noções que os feirantes possuem de higiene podem ser “puras”, quando dizem respeito ao hábito dos mesmos manipularem o dinheiro e a mercadoria o que, para eles, é algo familiar, socialmente construído, e “impuras” quando os trabalhadores não dispõem de um sentimento de pertença em relação aos banheiros disponíveis.

## **2.6 O ofício do feirante.**

Acompanhar o processo de construção da feira livre da Avenida Brasil é acompanhar a história de vida dos feirantes e dos atores que fazem parte desse ambiente. Mais do que a venda de hortifrutigranjeiros, a feira engloba uma série de histórias, trocas e relações que vão se construindo. Neste contexto, além dos fregueses que circulam nos corredores arquitetados entre as barracas, a feira é formada, e transformada, pelos feirantes que se dedicam semanalmente a construir esse espaço.

Mesmo que este comércio popular seja palco de grandes transações comerciais fundamentais para a sobrevivência desses atores, ele é, antes de tudo, uma opção de trabalho encontrada pelos que ali se situam. O pequeno produtor reconhece neste local o caminho mais curto para comercializar seus produtos aumentando sua margem de lucro que seria menor caso houvesse a presença de um intermediário. O fato de não pagarem impostos é outra coisa que favorece os feirantes. Os incentivos dados a eles para abastecer a população com os bens de primeira necessidade se tornam então cada vez mais necessários para a perpetuação das feiras livres.

Desta feita, cabe aqui tratar um pouco da história dos personagens que compõem o ambiente da feira livre da Avenida Brasil, para compreendermos a importância deste sistema de transações comerciais, bem como na construção da vida social dos que formam e constituem este cenário, como é o caso do casal de padeiros Luiza e Carlos. Comercializando biscoitos, pães e bolos caseiros, que são produzidos de véspera pelos próprios feirantes, para conservar o frescor dos mesmos, macarrão na chapa e pão com pernil, a barraca dos conjugues funciona como uma padaria ambulante.

Luiza e Carlos se casaram quando ele tinha 18 anos e ela 17. Anos depois tiveram uma filha, de nome Ana, que atualmente é enfermeira, formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, curso esse financiado com recursos da feira. Cariocas, o casal veio para Juiz de Fora e, pouco tempo depois, iniciaram seu trabalho na feira-livre.

Carlos fez curso de padeiro e trabalhou nesse ramo durante algum tempo, foi dono de casa noturna e padaria, mas escolheu a feira como seu “ganha pão”.

Eu sou formado em Direito. Já tive padaria e boate quando morava no Rio, mas virei feirante. Hoje eu não penso em exercer a profissão. Gosto de trabalhar na feira e sou muito feliz aqui. Minha filha acabou de se formar em enfermagem na UERJ... tudo com dinheiro da feira. (informação verbal<sup>43</sup>)

A felicidade em ser feirante destacada no discurso de Carlos é constantemente ressaltada nas falas dos que escolheram esse comércio de rua como local de trabalho:

A feira pra mim é que nem cachaça... a gente sempre fica querendo mais... eu fiz amizade aqui que dá pra sacudir, sabe? É muito bom. (informação verbal<sup>44</sup>)

O lado bom da feira é o convívio com os fregueses o lado ruim pra mim não existe. (Jornal da feira)

Aqui é bom porque a gente faz muito amigo... mas nem dá pra conversar direito por causa do movimento... dia de domingo a gente quase não para. (Diário de campo<sup>45</sup>)

A participação familiar também aparece de forma notória nos sistemas de trocas existentes nas barracas da feira dominical. Embora nem todos os feirantes tenham iniciado seus ofícios em decorrência do trabalho de seus pais, a profissão é transpassada para outros membros da família:

Eu tenho 32 anos de feira... fiz o requerimento na prefeitura e comecei... o ponto é ganhado na prefeitura, a gente não compra não. Eu fui o primeiro da minha família, agora tem meus irmãos que tem ponto lá embaixo, meu filho que trabalha comigo aqui na banca... ele tá estudando, né? Tá pra fazer vestibular. [E como você começou a trabalhar na feira?]

Então... eu era da guarda mirim, aí eu saf e comprei uma Kombi pra fazer frete só que não consegui... aí um vizinho meu me chamou pra vim fazer frete pra ele aqui na feira e foi assim que eu comecei... muita gente veio de pai pra filho, eu não. Eu fui o primeiro mesmo... comecei com os legumes e depois vim pras frutas... fiquei 18 anos com legumes...(informação verbal<sup>46</sup>)

Passando de geração para geração, a partir das barracas adquiridas por hereditariedade ou pelo simples fato de se ensinar o ofício, as relações de parentesco transmitem saberes na arte de “fazer a feira” (VEDANA, 2004). Contudo, existem aqueles feirantes que, embora exerçam o ofício, quando são indagados a respeito de seus filhos e a continuidade da profissão

<sup>43</sup> DUARTE, Carlos. Entrevista I. [abr. 2011]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2011.

<sup>44</sup> GOUVÊA, Jurema. Entrevista I. [ago. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

<sup>45</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

<sup>46</sup> AMARAL, Vinícius. Entrevista I. [ago. 2010]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2010.

exercida por eles, a grande maioria me responde a mesma coisa: não quero que meu filho seja feirante.

Eu trabalho com feira têm muitos anos. Tenho casa própria. Minha casa é muito boa, dois carros, uma Kombi e acabei de comprar um caminhão novinho. Feira dá dinheiro. Mas não quero que meus filhos sejam feirantes. Eu não tenho final de semana. Pra você tirar você tem que parar. Hoje eu acordei 2:30h pra vim arrumar a barraca de churrasco. Meu irmão tem uma barraca de churrasco ali na frente. Ontem mesmo eu fui convidado pra um casamento e não fui não. O casamento era 20:30. Até os comprimento e as coisinha tudo... o cara ainda me chamou pra festinha. Aí ia demora muito e eu moro longe. É muito cansativo. Meu mais velho já formou, o do meio tá estudando e meu caçula tá aqui me ajudando. Ele quer ser feirante mas eu quero que ele estude” (informação verbal<sup>47</sup>)

Há ainda aqueles que incentivam os filhos a trabalharem como feirantes e seguirem seus passos, e outros que apenas querem passar a “lição do trabalho” para seus filhos. Certo dia um freguês ao ver um garoto (que aparentava ter entre sete e oito anos) ajudando o pai na barraca pergunta: “*mocinho trabalhando?*” o feirante prontamente responde “*tá na hora de aprender a trabalhar. Se passar 30 minutos passa da hora e não aprende mais*”(Diário de campo).

Sendo assim, notamos que a participação familiar no andamento da atividade econômica pode se fazer presente de diversas formas. Seja pela necessidade financeira, seja para auxiliar os pais na labuta dominical, seja simplesmente como recurso “educacional”, o trabalho em família é expresso no universo da feira livre. Porém, como já relatado, este mercado a céu aberto não é somente uma atividade familiar. Apesar da fiscalização da administração municipal, alguns vendedores informais se arriscam na exposição de seus produtos, não em barracas, mas de forma improvisada.

Personagem marcante na feira, Dona Olinda tem presença garantida nos domingos de manhã na Avenida Brasil. É produtora de sabão, residente do bairro Alto Grajaú, e leva sua sanfona todos os domingos para a feira a fim de alegrar seus fregueses e chamar atenção para seus produtos – sabão caseiro feito com sobras de óleo usado doado por habitantes da cidade – que são expostos na parte superior de caixas de papelão ou no chão, em cima de sacolas plásticas:

E eu fico aqui, minha filha... Se quiserem comprar meu sabãozinho ele tá ali, eu vendo... Se não, eu continuo tocando minha sanfona pra alegrar o povo... feira pra mim é alegria... se eu não venho a feira fica triste<sup>48</sup>

<sup>47</sup> CABRAL, Geraldo. Entrevista I. [out. 2010]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2010.

<sup>48</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

Declara Dona Olinda, com um sorriso estampado no rosto, em um conversa informal, sem deixar de tocar sua sanfona vermelha. Aposentada, Dona Olinda já foi gari, mas é na feira que encontra o refúgio dos problemas pessoais enfrentados em casa. A sanfona, a feirante aprendeu a “tocar sozinha”, ouvindo pai quando criança e é, na manhã dominical, que Dona Olinda faz suas apresentações para o público que transita entre os corredores formados entre as barracas da Avenida Brasil.

Uma terceira esfera de comerciante é o feirante informal de transição. Como é o caso de Ivone: a feirante não regulamentada comercializa maça do amor. Vinda de uma família de feirantes, Ivone afirma que sua maior herança foi a “lição do amor”: “Meu pai me ensinou que devemos fazer tudo com amor... nós devemos tratar o cliente com amor” (Entrevista, outubro de 2012)

O irmão, feirante regulamentado, possui uma barraca no início da feira, onde negocia frutas, compradas por ele no CEASA. Ivone, por sua vez, não possui registro na prefeitura. A feirante conta que constantemente precisa fugir da fiscalização, existente no lado regulamentado da feira, para vender seus produtos. Para tanto, a feirante dispõe de um carrinho, feito de metalom. O carrinho possibilita a transição da feirante entre os dois lados da Avenida Brasil haja vista que o mesmo funciona como uma barraca ambulante.

O fato de Ivone transitar entre as duas feiras, em união com sua simpatia, faz com que a feirante conheça um grande número de pessoas que frequentam a feira livre da Avenida Brasil. Desfrutando de sua popularidade, a feirante se engajou na vida política e nas duas últimas eleições pleiteou a cargos do poder público a citar: vereadora e deputada estadual. Ivone conta que o dinheiro proveniente da feira, sua única fonte de renda, não auxilia no material de campanha, sendo assim, a feirante acopla em seu carrinho uma pequena caixa de som para assessorá-la em sua diligência. Embora não tenha vencido nenhuma eleição, a feirante atribui à feira e seus frequentadores o considerável número de votos que recebeu ao longo de sua empreitada, fixando na barraca de seu irmão um cartaz, escrito à giz, em um pedaço de caixa de papelão, agradecendo a todos os votos recebidos.

A prática de utilização da feira livre da Avenida Brasil como local de campanhas eleitorais não é algo exclusivo de Ivone, segue um trecho do diário do campo:

No caminho até a Avenida Brasil, observei a presença constante de pessoas distribuindo santinhos de seus candidatos. Quando cheguei à feira, vi um grupo reunido, caminhando “em bando” pelo corredor direito da feira. De longe, as bandeiras se agitavam por cima da cabeça dos que passavam e faziam suas compras.

Quando me aproximei, vi que um dos candidatos ao cargo de deputado estadual estava fazendo campanha eleitoral na feira. Enquanto sua equipe distribuía seu material de campanha, o político cumprimentava seus possíveis eleitores que variavam dos feirantes aos transeuntes. Me aproximei de um dos membros da equipe e perguntei o motivo de escolherem a feira para a realização de campanha eleitoral e ela me respondeu que na feira circula muita gente, e que é sempre bom fazer campanha onde tem gente. Segundo ela, o público que frequenta a feira é muito misto e o contato do candidato com tal público acarretaria em alguns votos a seu favor. Não me contive e perguntei a um feirante, enquanto comprava laranjas próximo ao local movimentado pela equipe do político, o que ele achava daquela movimentação e do fato de utilizarem a feira para fazer campanha eleitoral e ele prontamente me respondeu que isso é muito comum. De acordo com o comerciante muitos políticos fazem esse tipo de abordagem nas feiras da cidade porque ali circulam muitas pessoas, então é muito bom para o político. Posteriormente o trabalhador fez a seguinte declaração: “eu acho isso uma palhaçada... tumultua muito a feira e a gente tá aqui pra trabalhar... eles vêm aqui só na época de campanha e oferecem um monte de coisa... depois a gente só vê eles pela televisão... só atrapalha nosso serviço” (Diário de campo<sup>49</sup>)

Mediante a trajetória dos atores que constroem este comércio de rua, percebemos a feira livre da Avenida Brasil com um espaço de construção social. Ali as relações de reciprocidade são latentes. Nas trocas simbólicas encontradas na relação de familiaridade entre os feirantes, por exemplo, são transmitidas as experiências vividas neste mercado: a arte da negociação, o funcionamento da feira, as experiências de trabalho.

## **2.7 Os artifícios de venda e trato com o freguês.**

Como já dito, é por volta das seis da manhã que começam a chegar os primeiros fregueses que, em sua maioria, são homens e idosos. Nesse horário, ocasionalmente, presenciei, tal como mencionado anteriormente, pessoas que saíam de festas com roupas de gala como, por exemplo, vestido longo, terno e gravata, ou outras com camisas de eventos tradicionais da cidade, como o JF Folia<sup>50</sup>, consumindo nas barracas de pasteis e salgadinhos. Em torno das oito horas da manhã, é possível constatar o aumento do número de fregueses.

Os fregueses circulam com seus carrinhos, bolsas e sacolas pelos corredores formados entre as barracas, passando por cima dos fios disponibilizados pela CEMIG<sup>51</sup>, misturando-se uns com os outros, buscando as melhores ofertas e produtos que tenham uma boa aparência.

<sup>49</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

<sup>50</sup> Micareta, geralmente realizado no mês de outubro, que atrai um grande público de Juiz de Fora e região, para assistir show de bandas de Axé.

<sup>51</sup> Aos comerciantes que necessitam de energia elétrica para o funcionamento de suas barracas – como é o caso dos que vendem caldo de cana, por exemplo – a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) alojou dois padrões ao longo da feira livre. Ambos se encontram na região central da mesma, o primeiro está anexo em um poste, protegido por grades que evitam furto e auxiliam na proteção dos que ali circulam; o segundo é subterrâneo e fica a cerca de dois metros do mesmo poste.

Essa estética é ainda enriquecida por um cheiro peculiar, revelando a mistura de tipos diferentes de frutas, verduras, legumes e carnes, expostos ao sol e ao toque de cada freguês. Trata-se de um cheiro que remete à durabilidade destes mesmos alimentos que, no decorrer da feira, passam por um rápido processo de deterioração, restando ao final da manhã apenas resquícios da beleza apresentada no início da feira. (VEDANA, 2004, p. 45)

É nesse ínterim, quando a feira caminha para seu término, que os sons se intensificam na gritaria e balburdia realizadas pelos feirantes na disputa pelo freguês. Popularmente conhecida como “a hora da xepa”, que na definição de Pandolfo (1987) “é quando um produto que, no início da feira, custa um preço muito alto para as camadas de baixa renda torna-se, no fim da mesma feira, bastante acessível”(p.28), é com o intuito de chamar a atenção do freguês para o preço dos produtos, que está abaixando, os comerciantes gritam:

“É BARRACA DO 99! TUDO 99! É O BANCÃO DO 99!”

“ABACAXI! ABACAXI É SUCO DE ABACAXI NATURAL! ABACAXI É DOCE!”

“BANANA MADURADA NATURALMENTE. NADA DE CARBURETO! NADA DE QUÍMICA!”

“ABAIXOU, FREGUÊS!” (Diário de Campo<sup>52</sup>)

Embora tenha ouvido outros gritos nesses seis anos de visitas à feira, como por exemplo, “BOTAFOGO, BOTAFOGO É FREGUÊS DO MENGÃO” – canta feirante ao ouvir o hino do botafogo tocado no “Som Central” um dia após o Botafogo perder para o Flamengo – “AH O PESADO, DÁ LICENÇA” – fala o feirante ao caminhar com o carrinho cheio de banana pelos corredores lotados da feira livre –, “O PATRÃO FICOU MALUCO! É TRÊS QUILOS DE BATATA POR DOIS REAIS”, “PERAE FREGUÊS... SE FICAR DE BLÁBLÁBLÁ NÃO CONSIGO ATENDER”. É entre dez e meio dia – horário de maior movimento na feira – que esses sons se intensificam, notando-se uma maior manifestação das peculiaridades existentes neste ambiente de diversificadas expressões, gestos, sons e tratamentos. A palavra passa a ser, então, um meio de troca. Para ganhar o cliente, o feirante aguça sua voz para fortalecer as propagandas feitas “no grito”.

Ainda é nesse momento que encontramos o maior número de promoções. Para não perder seus produtos e ter 100% das vendas, os feirantes se utilizam de vários recursos, a bacia a R\$1,00 é um deles. Geralmente, os comerciantes selecionam uma boa quantidade do

---

<sup>52</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

produto por eles comercializado e colocam tudo em uma bacia pequena para serem vendidos por um preço único. As bacias coloridas enchem a banca do comerciante e, rapidamente, se esgotam. Batata, inhame, cebola, cenoura e baroa são os produtos mais comuns nesse tipo de prática. Outros recursos utilizados por eles é colocar o preço bem abaixo do esperado ou dispor uma quantidade maior de produto na sacola do freguês mesmo que este pague um valor inferior. O importante mesmo é o feirante não voltar para casa com o produto.

A utilização desses recursos permite que o feirante não tenha prejuízo muito grande, haja vista que, como já relatado, na segunda-feira não é realizada nenhuma feira livre na cidade. Assim, caso sobre algum produto perecível não há como aproveitar na próxima feira, pois este ficou muito tempo exposto ao sol e, conseqüentemente, perdeu sua qualidade e boa aparência. Além disso: “Tem que abaixar o preço senão não consegue limpar a banca para o próximo dia” (diário de campo<sup>53</sup>)

Em dias de sol, a venda é boa e a circulação é grande – principalmente no primeiro e último final de semana do mês, quando saem os salários dos moradores juiz-foranos. Nos dias nublados a venda na feira livre cai cerca de 30%<sup>54</sup>. Já em dias chuvosos a vazão dos produtos diminui cerca de 70% aumentando, assim, a perda de produtos e o prejuízo dos feirantes.

O trato com o freguês é a característica mais marcante na feira livre. A informalidade existente na relação entre ambos é algo cativo que faz com que o freguês retorne posteriormente à feira. É neste cenário que percebemos uma rede de relações humanas, formadas entre os andarilhos que circulam pelos caminhos do comércio de rua e trocam conversas, saberes, fazeres, dizeres, brincadeiras, risos, jocosidades, estratégias, astúcias, experiências, enfim, tecem suas artes de comprar, vender, permutar, de realizar a feira e de fazer múltiplas histórias. (ARAÚJO, 2006, p.43). Como bem relatou um feirante em uma conversa informal:

Nosso diferencial aqui é atendimento e qualidade. Não é o preço. É um atendimento de qualidade, faz amizade, com o freguês. Os freguês já sabe a mercadoria que você tem. Aqui você atende com prazer, com amor. As coisa tem que ser feita com amor. Eu tenho uma afilhada de 22 anos que o cara fez amizade comigo aqui na feira.<sup>55</sup>

Luiz, o dono da barraca de flores, é outro trabalhador que ressalta essa relação de proximidade existente ente o freguês e o feirante. Segundo ele, a amizade construída na feira perpassa esse ambiente e chega na intimidade da sua casa, com um bom café da tarde e

<sup>53</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

<sup>54</sup> Dados dos próprios feirantes.

<sup>55</sup> AMARAL, Vinícius. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

telefonemas impessoais. Camila, a esposa de Marinho, é outra feirante que relata os laços existentes entre ela e sua freguesia. A trabalhadora frequentemente me contava que há fregueses cativos e fixos, que já encomendam o produto por telefone pra ela já deixar a mandioca descascada e separada sem nenhum custo adicional. Neste sentido:

Destacada por uma pluralidade de indivíduos, de grupos, de procedimentos de apropriar-se do espaço e de sistemas informais, a feira livre se apresenta como o local usado e ocupado por velhos aposentados, políticos em suas propagandas eleitorais, mendigos, pedintes, desempregados, camelôs, solitários anônimos, engraxates, vendedores ambulantes, pregadores da palavra do Senhor, isto é, pelas várias classes sociais que, amalgamadas, formam o elenco que atua e desenvolve os capítulos das teledramaturgias reais da vida cotidiana das cidades. É nesse universo da feira que ocorrem as perambulações à procura de compras, vendas, reciprocidades, consumos, paqueras, prazeres, desopilações, entretenimentos, diversões, diálogos, amizades, furtos, vícios, orgias, isto é, uma proteiforme rede de sociabilidades. (ARAÚJO, 2006, p. 43)

Na confluência desses aspectos nos deparamos, novamente, com o caráter de impessoalidade existente na feira, demarcado pela relação de proximidade existente entre o feirante e o “feirista”. Desta feita, as feiras ainda ocupam o espaço citadino, refletindo na (trans)formação da rua, proporcionando uma nova articulação para o espaço em que se insere. Seja pela pechincha, hábito tradicional dos frequentadores desse comércio de rua, seja pela “hora da xepa”, as peculiaridades desse sistema comercial resistem aos tempos e mantêm-se vivas diante das transformações do mundo moderno.

## **2.8 Do atacado ao varejo: práticas comerciais entre os feirantes.**

Os aspectos, acerca da atmosfera que envolve a feira livre, conduzem-nos à formação de um cenário urbano pautado na amplitude das redes de troca existentes. A partir dos elementos elencados anteriormente percebemos as diversas dinâmicas que envolvem a Feira Livre da Avenida Brasil como, por exemplo, o processo de montagem das barracas que dão início à (re)significação da rua no domingo matinal. Assim, a reflexão sobre as transações comerciais realizadas na feira livre da Avenida Brasil, são ponderadas não somente pela sua estrutura “estética”, mas também, através das vivências existentes entre os feirantes locais e demais atores que participam dessas trocas.

Neste cenário, a feira, enquanto *lócus* de escoamento e distribuição de alimento direto para o consumidor, ainda movimenta um sistema de comercialização paralelo denominado pelos próprios feirantes de “Boca de Feira”. Contudo, como já relatado, a obtenção do

alimento na perspectiva da feira, no tocante das transações econômicas, está pautado, antes de tudo, no simbolismo existente nas trocas ali presentes, haja vista que a obtenção do produto desejado não é regulada apenas em uma troca monetária. No presente tópico visamos tratar, a partir da etnografia desse tipo de comércio de rua, das dicotomias existentes entre as maneiras de se comercializar hortifrutigranjeiros na feira livre da Avenida Brasil, tendo como foco as trocas comerciais que são realizadas paralelamente à feira por produtores rurais, feirantes e atravessadores. Para além, procura-se compreender as diferenças entre os comerciantes que compõem o ambiente supracitado.

Para realizar tal análise, acompanhei a rotina de Marinho, o feirante da cidade de Piau, que já foi anteriormente citado nesta dissertação. Marinho chega à Avenida Brasil por volta das três horas da manhã, acompanhado de sua esposa Camila e seu funcionário, Jorge<sup>56</sup>. Após descarregarem seus produtos, que estão armazenados no caminhão da Cooperativa de Produtores Rurais de Piau, o casal, com auxílio de Jorge, monta sua barraca para, posteriormente, Camila e Jorge ajeitarem as mercadorias nas bancas.

A barraca dos conjugues localiza-se na região central da feira, próxima ao “Som Central”. Com duas bancas, o casal divide uma delas para expor o milho verde e os inhames e na outra coloca as mandiocas. Na parte central da barraca, logo no meio, os feirantes improvisaram um caixa para guardar o dinheiro das mercadorias comercializadas. Eles colocaram um caixote de madeira, onde antigamente os feirantes carregavam os alimentos, e na parte superior do caixote fizeram uma gaveta onde as notas ficam armazenadas. Na abertura existente na parte inferior da gaveta, onde a estrutura do caixote se encontra, os feirantes colocaram garrafas pet de 500ml cortadas ao meio com as moedas, para agilizar na hora de dar o troco. Na parte superior da gaveta, os feirantes colocam uma balança digital utilizada para pesar as mercadorias. Nos pilares da barraca, Marinho e Camila penduram as sacolas plásticas, onde os feiristas levarão seus produtos. Para que os fregueses selecionem os alimentos que lhes interessam, eles disponibilizam bacias de plástico, não muito grandes, comuns à maioria das barracas da feira livre da Avenida Brasil.

Logo após o processo de montagem, enquanto Camila desembala as mandiocas – que estão embaladas em um saco plástico preto, mergulhadas na água, sem ar, água esta que chega até a feira com aspecto de suja, um pouco amarronzada devido a terra encontrada na casca das mandiocas –, corta suas pontas para tirar a terra acumulada nas laterais da mesma, retira as imperfeições do alimento para deixá-lo com uma aparência melhor e descarta as sobras em

---

<sup>56</sup> Na ausência deste, Marinho e a esposa levam o filho caçula para auxiliá-los na labuta dominical.

uma pequena bacia, e Jorge espalha o inhame e ajeita o milho verde cuidadosamente na banca, Marinho toma café e começa a percorrer um trajeto incessante na feira dominical e realizar, assim, o “comércio paralelo”.

Aqui cabe fazer um parêntese para relatarmos um pouco sobre a rotina alimentar desse casal de feirantes e seu funcionário durante o domingo matinal. O fato de trabalharem desde cedo, longe de suas casas, sem horário de almoço e nem um tempo destinado exclusivamente ao café da manhã, faz com que o casal leve em seu carro uma pequena garrafa térmica com café “*que é para dar mais energia*”<sup>57</sup>, conta Camila. Os quitutes, que irão acompanhar o café trazido pelo casal, fica por conta de Tina. Tina também é uma feirante da Avenida Brasil (de banca e de “circulação”). A barraca de Tina fica localizada próximo à Ponte da Amizade. Lá é possível encontrar lanches tais como salgadinhos e bolos. Porém, o papel comercial de Tina na feira livre da Avenida Brasil não se restringe apenas a esse espaço. Às sete horas da manhã Tina inicia sua primeira “viagem” na feira dominical. Em um carrinho de supermercado a feirante coloca quatro garrafas térmicas: duas com café, uma com chocolate quente e a última com café com leite; alguns pães de sal com manteiga e pedaços generosos de bolo de cenoura com chocolate e broa de fubá para vender para outros feirantes. Às dez horas, Tina realiza um segundo trajeto pela feira a fim de vender suas guloseimas e alimentar os feirantes em mais um dia de labuta. Contudo, é no primeiro lanche que Marinho realiza suas compras com Tina e se fortalece para mais um dia de trabalho.

Feirante há quase 30 anos e somente aos domingos, Marinho é um pequeno produtor rural que trabalha em suas terras, de segunda a sexta, plantando inhame, mandioca e milho verde. No sábado, logo pela manhã, o feirante realiza a colheita dos alimentos, os leva para o depósito, lava as mandiocas, embala todos os produtos e, por volta das três horas da tarde auxilia no carregamento do caminhão que trará seus produtos, na madrugada de sábado para domingo, para Juiz de Fora.

Retomando as andanças de Marinho na feira dominical, é logo após auxiliar na montagem das barracas que o feirante pega seu carrinho para cargas, já um pouco enferrujado em virtude do tempo de uso, meio acinzentado, com sua tintura original desgastada, as rodas batidas pela intensa utilização do mesmo nas idas e vindas que o trabalhador faz entre sua barraca e a “Boca de Feira”, e coloca nele uma parte dos produtos que irá vender para outros comerciantes localizados na parte posterior à Ponte Wilson Coury Jabour.

---

<sup>57</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

Os produtos, embalados no dia anterior, estão contidos em sacos de linhagem, sacos plásticos resistentes ou caixas de papelão, como é o caso da mandioca. A opção em trabalhar com sacos e caixa de papelão é devido ao fato de não ter que pegar as embalagens na cooperativa quando chegar a sua cidade natal, terminando seu dia de trabalho mais cedo.

As mercadorias, previamente pesadas, são conduzidas por Marinho até a “Boca de Feira”, onde os compradores fixos, que encomendam a quantidade de alimento necessário com antecedência, se encontram e as primeiras transações são realizadas. Os produtos são pagos à vista e em dinheiro. As compras, por sua vez, são predominantemente realizadas por donos de mercados locais que, posteriormente, revenderão as mercadorias no varejo. Marinho relata que:

Aqui tem o que parece mais um centro de entrega... A pessoa para aqui e a gente vai lá e entrega... ali é praticamente um atacado... Tem uns outros caminhão ali... tem um de verdura, tem um de cenoura... um de baroa. A entrega é razoável... Cada época é uma mercadoria que tá em alta... Tem época que as vezes é bom fazer entrega e as vezes é bom fazer banca... O que define é a falta de mercadoria... Sempre tem que ter a mercadoria... Eu procuro manter... Eu não vendo em grande quantidade, sabe?... Por isso é bom... O atacado as vezes se você vende trinta, quarenta caixas pra uma pessoa só, aí ela te prende no preço... Aqui não, eu trabalho no varejo e no atacado... Trabalho no jeito que eu quero... Pra mim é muito bom... Eu tenho tudo aqui...<sup>58</sup>

Denominado pelos feirantes de “Boca de Feira”, o lugar onde ocorrem as trocas comerciais extrínsecas à feira, mas que, de certa maneira, pertencem a ela também, localiza-se após a “Ponte dos Poderes”, no mesmo local onde os meios de transporte utilizados para transmover as mercadorias e feirantes estão estacionados. Ali, o trânsito também é interditado, circulando apenas os carros de feirantes e mercadores. É de onde os produtos são transportados e as trocas comerciais são intensamente realizadas.

Investigar essa dimensão implica em ampliarmos o campo de análise, bem como os questionamentos a cerca dos sujeitos que compõem esse sistema comercial. Adiante, as indagações que passamos a ter são pautadas não somente na esfera das trocas, mas também para as práticas de comércio em que estes trabalhadores estão inseridos, quando os mesmos funcionam como um interlocutor, entrepostos entre as mercadorias e o consumidor. Neste cenário, compreender o feirante como uma alavanca existente entre o campo, onde a produção agrícola se faz presente, e a cidade, onde os alimentos oriundos desse processo de produção rural são escoados, é entendê-lo como um regulador das mercadorias.

---

<sup>58</sup> GONÇALVES, Mário. Entrevista I. [ago. 2014]. Entrevistadora: Daniela Pedrosa. Juiz de Fora, 2014.

Guimarães (2007) já nos alertava sobre as complexidades de analisarmos as relações comerciais existentes entre o vendedor, o consumidor e o fornecedor em um contexto citadino. A autora, que trata em seu artigo dos comerciantes do bairro Saco Grande, em Florianópolis, Santa Catarina, afirma que as relações existentes entre os atores que participam de alguma transação econômica nos grandes centros urbanos são pautadas, à primeira vista, na superficialidade e no anonimato. Contudo, ela busca estudar até que ponto as relações sociais influenciam o comportamento econômico. Neste ínterim, Ana Guimarães avalia a ação econômica como uma forma de ação social, nos termos de Weber, e não como dois elementos autônomos, e chega à conclusão de que a ação econômica não está delimitada apenas à esfera da racionalidade voltada para fins.

Nestes termos, a morfologia comercial existente na “Boca de feira” da Avenida Brasil pode ocorrer de cinco maneiras:

- a) Produtor → feirante/banca
- b) Feirante produtor e/ou feirante de banca → feirante banca não produtor
- c) Feirante produtor e/ou feirante de banca → atravessador → feirante banca não produtor
- d) Feirante produtor e/ou feirante de banca → atravessador → supermercado/mercearias locais
- e) Feirante produtor e/ou feirante de banca → supermercado/mercearias locais

Na primeira, os produtores que plantam em pequenas propriedades, deslocam-se de suas casas no domingo exclusivamente para “fazer a Boca de Feira”, isto é, comercializar sua produção com outros feirantes que, no decorrer do trabalho dominical, já venderam todos os produtos contidos em sua banca e procuram a “intera” para banca não ficar vazia. De acordo com os arcabouços teóricos de Fonseca e Brauna (2013), a venda direta de produtos agrícolas em uma feira é elemento crucial de toda a cadeia produtiva. É nesse local que o empenho para aumentar a produtividade e reduzir o custo da produção é consubstancializado.

Além disso, existe a possibilidade desses feirantes comprarem do produtor alimentos que estão acostumados a vender mas, por algum motivo, como, por exemplo, estiagem, problemas de transporte, atraso na colheita, não encontraram pra comprar no CEASA.

A segunda maneira de se “fazer a boca” é quando o feirante, que também é produtor rural, vende uma determinada quantidade de seu alimento para um segundo feirante (não produtor), a um preço abaixo do que comercializa em sua banca para que este consiga lucrar com a mercadoria vendida. Assim, embora o feirante produtor tenha sua margem de lucro

reduzida, e amplie a concorrência, ele consegue a saída para suas mercadorias, não tendo qualquer prejuízo.

Por conseguinte, temos a terceira maneira de se realizar transações econômicas paralelamente à feira livre dominical, que é a dinâmica comercial existente entre o feirante que faz banca e produz sua mercadoria, o atravessador e o feirante que faz banca, contudo não produz sua mercadoria. O quarto lugar é elencado pela tríade feirante produtor e/ou de banca, atravessador e supermercado/mercearia local. Nestas duas relações o atravessador funciona como um intermediário entre o pequeno (ou grande – quando este compra sua mercadoria nas Centrais de Abastecimento) produtor e o feirante da banca.

O atravessador é uma alavanca entre o produtor e o feirante. Ele geralmente é o elo entre o grande produtor e o varejista. Seu trabalho consiste em tentar comprar a mercadoria, direto do produtor rural, abaixo do preço de mercado e vendê-la na feira pelo mesmo preço que seria vendido caso o produtor tivesse realizado a transação sem a interferência de terceiros, no caso o atravessador. Como relata Marinho:

Ele joga o produtor pra baixo, pega e traz pra cá... O atravessador pega praticamente 30% do lucro... ele faz a cunha entre o produtor e o feirante... É melhor o produtor vim revender... fica com mais lucro... por isso que eu defendo não comprar do atravessador... não acho certo não... defendo mesmo... um falta tomate, o outro pimentão, a safra deu uma parada, as pessoas trazem e os feirantes vão lá comprar... Geralmente quem faz a boca é produtor... Tem alguns atravessadores, mas não são muitos.<sup>59</sup>

Outra opção encontrada pelo atravessador é comprar os produtos na Central de Abastecimento e vendê-los direto para o feirante. Essa venda pode ser realizada no dia da feira, direto na barraca ou pela “Boca” ou em dias anteriores. Em entrevista com um feirante, ao perguntá-lo sobre a origem de seus produtos, tive o seguinte relato: “Eu combino com o cara e ele me entrega tudo na quarta ou no sábado (dias de feiras em outros bairros). A gente fez uma parceria. Aí eu levo pra casa e no domingo trago tudo pra cá”<sup>60</sup>.

Neste contexto, percebemos que mesmo quando o atravessador detém a maior parte do lucro, ele facilita, de certa maneira, o trabalho do feirante, haja vista que este não tem que se preocupar em buscar o alimento na Central de Abastecimento, tendo um tempo maior para “fazer a feira” em outras localidades durante a semana.

Para além, ainda a cerca desse ator, cabe relatar que ele pouco se arrisca, isto é, o atravessador não se preocupa com as plantações, com a safra, com a terra seca, se está em

<sup>59</sup> GONÇALVES, op. cit.

<sup>60</sup> idem

tempo de estiagem, nem qualquer outro problema relacionado às plantações e ao campo, já que sua função é apenas revender o alimento, independente do valor que será agregado à mercadoria. Neste sentido, o atravessador é a figura, presente na feira que tem o maior lucro e o menor trabalho.

Por fim, temos a transação comercial direta que é realizada entre o pequeno produtor rural, que também pode ser feirante de banca, e o supermercado ou dono de mercearia local. Nesta última, os donos de alguns “*espaços fechados*” locais compram os hortifrutigranjeiros em maior quantidade para que possam abastecer seus mercados durante a semana com um produto de baixo custo e boa qualidade.

Azevedo e Faulin (2005), ao relatarem sobre as formas de comercialização empregadas por pequenos produtores rurais, afirmam que as vendas realizadas por estes comerciantes estão estritamente relacionadas ao que denominam de mercado *spot*, isto é, um mercado não físico, no qual a troca dos produtos é realizada mediante ao pagamento e entrega simultânea dos mesmos. Neste mercado, as trocas comerciais são feitas a partir de parcerias, além do estabelecimento de contratos formais e informais entre os feirantes. Desta feita, as relações comerciais realizadas de maneira direta, tanto na banca da feira quanto na “Boca” são formas de fortalecer esse tipo de produção, uma vez que garantem o retorno financeiro no ato das transações, como é o caso de Marinho.

## **2.9 No caminho da “Boca”: brincadeiras e jocosidades.**

No caminho percorrido entre a barraca de Marinho e a “Boca de feira” as brincadeiras dos feirantes com o feirante são constantes. O fato de Marinho transitar constantemente entre os corredores da feira livre e realizar diversas transações comerciais com os mercados locais, o faz dele um trabalhador conhecido entre os demais.

Cheguei por volta das 7h da manhã e fui direto para a barraca do Marinho. No domingo anterior já havia combinado de acompanhá-lo em suas transações comerciais paralelas à feira. Saímos de sua banca em torno das 7h30min. Marinho já me aguardava com o carrinho carregado de milho. No caminho até a “Boca” ele foi me contando um pouco mais sobre sua rotina dominical: as entregas na boca de feira, as vendas para outros feirantes e a banca. No decorrer deste percurso, a popularidade de Marinho me chamou atenção. O feirante era corriqueiramente chamado por seus companheiros. Percebi também que as brincadeiras eram marcantes entre eles. Acredito que estavam um pouco recatados com a minha presença, mas ainda assim, escutava um ou outro murmurinho... ora chamava-o pelo apelido, ora gritavam algo e depois riam. Um dos feirantes gritou:

- Olha ele aí... olha o boca ruim... Tu não tava preso?[pergunta um feirante]

- Ô boca ruim... fica quieto ai [responde Marinho sorrindo]

Perguntei a ele sobre a frequência dessas brincadeiras e Marinho me contou que elas são muito comuns entre os feirantes, bem mais do que entre feirantes e fregueses, e que o fato dele fazer muitas entregas na feira faz dele um cara conhecido entre os demais feirantes. (Diário de campo<sup>61</sup>)

Assim, as jocosidades (RADCLIFFE-BROWN, 1973) estreitam as relações existentes entre eles, dando um caráter de impessoalidade às mesmas. Essas brincadeiras se dão com mais intensidade quando feitas na relação feirante-feirante, embora em algumas circunstâncias sejam realizadas com os frequentadores do local. Neste sentido, o espaço da feira livre da Avenida Brasil, onde as diversas transações comerciais são realizadas, deixa de ser um local de uso da rua restrito ao trabalho e passa a se configurar, também, como um lugar de sociabilidade. Magnani (2002) utiliza-se da categoria de *pedaço* para definir esses espaços que, a princípio, são físicos, mas que, posteriormente, tornam-se um lugar de relações e/ou práticas simbólicas no contexto de apropriação do espaço urbano. Segundo o autor, as relações que ocorrem no *pedaço* fazem parte de uma rede de convívio pautadas nas simetrias dos grupos. Neste ponto, a feira é um espaço diversificado que não visa apenas o viés econômico, sendo voltado, também, para as relações de sociabilidade.

---

<sup>61</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

## Capítulo 3

### O COMÉRCIO VAREJISTA: ENTRE FEIRAS E MERCADOS.

#### 3.1 Relações de troca e o mercado.

A forma perene e temporária das feiras livres, caracterizada, principalmente, pelos diferentes territórios constituídos ao longo de sua existência, é singularizada pelas relações de reciprocidade (MAUSS, 2004) existentes nos atos de “fazer a feira” (VEDANA, 2004). Neste sentido, compreender a feira como local de trocas sociais, econômicas e simbólicas requer, além da abordagem etnográfica realizada com ênfase no capítulo anterior – abordagem essa que será retomada no decorrer deste trabalho –, uma revisão da literatura acerca desta temática. Braudel (1998) é um dos catedráticos que nos ajuda a pensar as relações de troca estabelecidas nas feiras.

Analisando a sociedade europeia entre os séculos XV e XVIII, com o objetivo de entender as relações econômicas dessas sociedades, o historiador versa sobre os circuitos de troca existentes nas feiras, mercados locais, lojas e bolsas. O que o Braudel coloca é a posição que estes centros comerciais adquiriram no decorrer dos séculos no espaço urbano.

Neste contexto, Braudel especifica, no andamento de seu trabalho, como se dá a formação desses locais de troca na cidade europeia. Ao tratar das feiras, o pensador assevera que estes espaços comerciais são locais elementares entre o campo e a cidade. Para tanto, ele atribui a importância da produção do campo para o abastecimento das feiras, enfatizando que a simplicidade deste comércio de rua é proveniente do frescor dos alimentos produzidos no campo e comercializados na cidade (BRAUDEL, 1998).

Ademais, ao falar destes comércios de troca imediata, isto é, as feiras, Braudel relata que estas se encontram no centro das cidades e, assim como os mercados, crescem paralelamente aos grandes centros. Nestas conjunturas, o catedrático ressalta que o aumento das trocas, proporcionado a partir do crescimento das cidades, gerou a necessidade da construção de mercados, ou seja, locais fechados destinados à realização de trocas comerciais. Cabe acrescentar que a criação destes locais não excluiu a existência das feiras. Como o próprio Braudel afirma, as feiras ao ar livre continuaram a persistir ao redor dos mercados.

Mas qual seria a grande diferença entre esses dois centros comerciais? Braudel salienta que ao contrário das feiras, os mercados são, em sua maioria, locais permanentes e especializados, que funcionam diariamente com trabalhadores fixos e uma “organização

complicada” (BRAUDEL, 1998, p.19). A construção dos mercados nos burgos e cidades foi crescente durante o século XVI, principalmente em Paris, que abarcava um grande número de mercados específicos como, por exemplo, o de trigo e o de couro. Contudo, Braudel relata que o crescimento das cidades e a necessidade do aumento de espaços de troca destinados ao abastecimento da população proporcionou um crescimento desordenado do comércio, o que facilitou a reapropriação das bancas nos espaços urbanos que, até então, se encontravam vagos. Neste ínterim, a proliferação dos vendedores ambulantes começa a se fazer presente nos grandes centros da Europa, principalmente em Londres, como o próprio autor salienta:

Com o crescimento demográfico e o desenvolvimento inglês dos séculos XVI e XVII, esse equipamento de mercados regulares revela-se inadequado, apesar da especialização, da concentração e da considerável contribuição das grandes feiras (...). O aumento das trocas favorece o recurso a novos canais de circulação, mais livres e mais diretos. O crescimento de Londres contribuiu para isso (...) Daí o sucesso do que Alan Everitt chama, na falta de melhor termo, de *private market*, que na realidade nada mais é senão uma forma de resolver os problemas do mercado público, o *open market*, rigorosamente vigiado. Aos agentes desses mercados privados são amiúde grandes mercadores ambulantes, até mesmo mascates, ou vendedores a domicílio: vão até as cozinhas dos sítios comprar antecipadamente o trigo, a cevada, os carneiros, a lã, as aves, as peles de coelho e de carneiro. Há, assim, uma extensão do mercado em direção às aldeias. (BRAUDEL, 1998, p.33)

A transformação de mercado citada por Braudel, paralelamente ao crescimento acelerado das cidades, suscitou no surgimento das primeiras concorrentes diretas das feiras, isto é, as lojas. Fundadas principalmente por artesãos, as lojas são mercados urbanos em que os lojistas são os intermediários entre o produtor e o consumidor (BRAUDEL, 1998).

Ao esmiuçarmos os locais de troca comerciais explicitados na perspectiva de Braudel, cabe acentuar o papel que as Bolsas ocupam na formação econômica da sociedade contemporânea segundo este autor. Essas superestruturas de trocas (BRAUDEL, 1998) estão localizadas acima das feiras, lojas, mercados e, até mesmo, das atividades de mascateagem. Dominadas por grandes atacadistas, as Bolsas, assim como as feiras, encontram-se no centro da vida mercantil. Neste sentido, Braudel ratifica que:

A Bolsa é, guardada as devidas proporções, o último andar de uma feira, mas de uma feira que não se interrompe. Graças aos encontros entre negociantes importantes e a uma multidão de intermediários, trata-se de tudo ao mesmo tempo, operações sobre mercadorias, câmbios, participações, seguros marítimos cujos riscos são partilhados entre inúmeros fiadores; é também um mercado monetário, um mercado financeiro, um mercado de valores. (BRAUDEL, 1998, p.81)

Neste ínterim, entre as feiras – comércio onde a troca é imediata; mercados locais – feiras cobertas construídas em decorrência do aumento das trocas realizadas nas cidades; lojas – as primeiras concorrentes das feiras que funcionam como locais contínuos de trocas; e bolsas – local que engloba muitas trocas que ocorrem paralelamente (BRAUDEL, 1998), o que o autor busca afirmar é o papel elementar que os mercados possuem nas sociedades. Desta forma, torna-se importante ressaltar a relevância das feiras como centros diretos e transparentes de trocas (BRAUDEL, 1998).

E como pensar a feira como centro direto de troca? Para Braudel, pensá-la como um comércio de troca imediata e direta é levar em consideração a compra e venda instantânea dos produtos e a pouca utilização de créditos, é o mercado de “mão na mão, olhos nos olhos” (BRAUDEL, 1998, p.15).

Braudel trata os comércios como locais físicos, de história não linear, voltado para as trocas de caráter econômico, social e/ou cultural, no qual o tradicional e o moderno se mesclam. Neste sentido, a natureza do mercado não está fundamentada apenas nas trocas que dependem da utilização da moeda<sup>62</sup>, mas também nas relações de sociabilidade que se fazem vivas neste ambiente. Como o autor salienta, a própria origem do capitalismo está ligada à troca. A partir do momento que a autossuficiência não basta e faz-se necessária a divisão do trabalho social, ou seja, a mão de obra de um terceiro, o homem está sentenciado à troca. Assim, o mercado nada mais é do que o lugar no qual a economia se firma. Sem ele o mundo seria pautado na autossuficiência.

Assim como Braudel, Karl Polanyi (2000) em seu livro intitulado “*A Grande Transformação*” discute sobre o papel dos sistemas econômicos nas sociedades. O que Polanyi aponta é a existência do mercado desde as sociedades arcaicas. Para ele, é a partir da imposição política mercantil e da origem do mercado autorregulável que ocorre o rompimento do tradicionalismo contido na sociedade<sup>63</sup>. Para tanto, o autor reflete sobre a formação do mercado e afirma que este, quando inserido no contexto das “sociedades primitivas”, assumia um importante papel dentro das relações sociais. Tal papel foi substituído no século XIX a partir do momento que estes se fixam dentro de um sistema social (POLANYI, 2000). Nessa perspectiva, Polanyi afirma ainda que foram quatro os pilares que garantiram essa transformação, a citar: o equilíbrio de poder, o padrão ouro, o Estado liberal e o mercado

---

<sup>62</sup> Braudel compreende por moeda tudo aquilo que acelera a troca, ela ainda funciona como um equivalente mundial das relações de troca estabelecidas entre as sociedades. (BRAUDEL, 1998)

<sup>63</sup> Polanyi entende por mercado autorregulável, ou economia de mercado, uma economia na qual os preços se autorregulam, ou seja, “uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado” (POLANYI, 2000, p.62)

autorregulável. Assim, o autor destaca que foram tais modificações, verificadas com intensidade no início da Revolução Industrial, proporcionada pelo desenvolvimento da tecnologia e de novos instrumentos de produção, que remodelaram a vida social da sociedade inglesa.

Karl Polanyi destaca ainda que as vicissitudes mais perceptíveis nesse processo foram a transformação da terra, da moeda e do trabalho em mercadoria, logo, a sociedade passou a ser conduzida por um novo sistema econômico, no qual o mercado, fundamentado no preço da produção, passa a reger nossas vidas. É nesse instante que a “motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p.60). Nessa acepção, a busca pelo enriquecimento individual resulta em uma sociedade de mercado. Desta feita, o antropólogo assevera que tais mutações geraram a submissão da sociedade ao mercado a partir do momento em que a própria atividade humana se tornou mercadoria. Como ele próprio relata:

A produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. Embora fantástica, a conclusão é inevitável – nada menos do que isto servirá seus propósitos. Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat. (POLANYI, 2000, p.61)

Cabe salientar que, segundo Polanyi, essas buscas só são possíveis com o surgimento dos mercados e pelo uso comercial das produções. Ao dissertar a relevância dos estudos das economias primitivas, Polanyi assevera sobre a impossibilidade da sobrevivência de qualquer sociedade sem economia e afirma que somente na nossa sociedade a economia é controlada por mercados. Nas palavras do antropólogo:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas. (POLANYI, 2000, p.65)

Neste cenário, ao advertir que o homem age em virtude das relações sociais e não das econômicas, o autor enfatiza o princípio de reciprocidade praticado pelas sociedades

tradicionais. Para ele, a economia engloba uma série de instituições, de ordem econômica ou não, que estão em constante transformação. Logo, a relação estabelecida entre os homens em um sistema econômico são originadas da vida social; elas representam uma relação de reciprocidade entre o homem e a sociedade.

Aproximando-se de Polanyi, o pensamento de Marcel Mauss (2011) corrobora ainda mais para a compreensão das relações econômicas nas sociedades, quando este afirma que o que está em questão nas relações de troca são a reciprocidade e a preservação dos laços sociais. Para ele, a conduta humana é motivada por interesses materiais e simbólicos, além, é claro, das regras formuladas em uma sociedade. A troca, então, possui motivadores econômicos, sociais, religiosos e políticos.

Mauss ainda versa sobre o que denomina de “sistema de prestação total”, isto é, as trocas de bens economicamente úteis, mas que, antes de tudo, envolvem bens não materiais – festas, feiras, ritos e danças – e utilizam o mercado para fazer essa circulação de bens. Segundo o autor, essas trocas são realizadas de maneira voluntária, porém obrigatórias, podendo gerar grande rivalidade, caso sejam negadas.

A questão da troca nas sociedades tradicionais ainda é analisada por Malinowski (1978) em sua tradicional obra “*Os Argonautas do Pacífico Sul*”. Ao fazer um relato sobre o *Kula*, sistema econômico em voga nas Ilhas Trobriandesas, o autor demonstra que, sobretudo, o *Kula* é um meio de socialização.

A análise do sistema econômico de comércio e troca intertribais dos nativos da Nova Guiné era baseado na circulação de objetos – braceletes e colares – que, na grande maioria das vezes, não eram utilizados por serem grandes ou pequenos demais. Tais objetos não possuíam valor monetário e sim sentimental. Além disso, esse sistema econômico possuía regras rígidas de circulação. Evidenciando um modelo funcional e conexo de bens, distinto daquele vivenciado no sistema capitalista, o autor constatou que a falta de uma moeda formal e da noção de lucro não significava uma ausência de transações comerciais, acumulações de bens, nem tão pouco cessavam a ideia de representações sociais a partir do prestígio (SERVILHA, 2008).

Desta feita, o legado antropológico deixado por Mauss (2011) e Malinowski (1978) ao analisarem os sistemas econômicos existentes nas sociedades tradicionais, já nos alertava sobre a possibilidade de estudar transações econômicas a partir da perspectiva da troca, distante da economia de mercado. Ao enfatizarem o aspecto afetivo desse sistema, citando que as transações comerciais desses povos eram baseadas nas relações de troca simbólicas,

materiais e ritualísticas, os autores evidenciam que o caráter das relações comerciais não dependem do uso de uma moeda formal, mas sim do reforço dos vínculos sociais e afetivos.

Pensando a partir dessa perspectiva, percebemos que Polanyi, Mauss e Malinowski examinam os mercados como componentes das relações sociais contidas na vida social. Assim, é a partir desses processos econômicos de transações das mercadorias expostos pelos autores citados que as relações de troca são fecundadas na feira livre da Avenida Brasil. Sejam de ordem econômica material, isto é, a compra e venda do produto com a utilização de uma moeda, sejam pelo arranjo social ou até mesmo pelo caráter simbólico, vertentes essas que não necessitam da moeda para serem concretizadas, é a partir da relação existente entre os atores que participam deste comércio de rua que as trocas são concretizadas. O trecho a seguir, nos dá uma ideia de como essas relações podem ser percebidas na feira livre da Avenida Brasil.

Como de costume, após andar pelos corredores da feira, comecei a fazer minhas compras semanais. [...] A “barraca de mel” está localizada no corredor central da feira, no lado esquerdo, bem próxima à Ponte da Amizade. Um pouco resfriada, resolvi comprar balas de mel com própolis ali. O que me chamou atenção nessa barraca foram as abelhas que ficam expostas dentro de uma caixa de vidro. O enxame produz o mel ali dentro e dois pequenos furos na parte superior da caixa faz com que elas sobrevivam ali. Segundo o feirante “é pra chamar a atenção” [confesso que comigo funcionou]. Enquanto eu separava o pacote de balas, tinha uma outra mulher fazendo compras nesta barraca, foi então que escutei o seguinte diálogo:

- Isso aqui é uma beleza pra gripe. Você pega o mel, esquento uma água morna com limão e coloca umas gotinhas de própolis e é batata... tem um xarope também... se a senhora quiser te passo a receita... pode levar o própolis que é garantido!

- E quanto é?

- É só cinco reais, senhora.

- Eu vou querer um [falou a senhora] (Diário de campo<sup>64</sup>)

O evento em questão chama atenção pelo fato de mesclar uma série de relações presentes na feira. A troca de saberes, conversas e, posteriormente, a troca econômica evidenciada a partir da compra da mercadoria demonstraram, mais uma vez, a relevância desse comércio de rua como local de edificação de laços de sociabilidades e transações econômicas. Neste sentido, a reciprocidade existente na troca de experiência encontrada no ato do feirante ao ensinar o freguês como se medicar com os produtos vendidos por ele e, posteriormente, a conduta do freguês ao comprar a mercadoria é novamente constatada no ambiente da feira livre da Avenida Brasil.

A verificação da existência das diferentes relações de troca, sejam elas de ordem simbólica, econômica ou social, presentes neste comércio de rua são percebidas a partir das

---

<sup>64</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

práticas mercanciais que ocorrem entre os atores que participam deste ambiente. Tais práticas são essenciais para a construção das relações de sociabilidade propiciadas, principalmente, pelo vínculo existente entre os atores sociais envolvidos nesse processo. Neste cenário, as contribuições para análise das relações de troca existentes no mercado, são fundamentais para compreendermos as dinâmicas desses “*espaços abertos*”<sup>65</sup> de transações comerciais que resistem até os dias atuais mesmo com a propagação e criação dos “*espaços fechados*”<sup>66,67</sup>.

A fim de que essas transações comerciais ocorram, é fundamental que exista, além das mercadorias, o encontro, a conversa, a troca de ideias e as negociações. Plattner (1989) afirma que existem dois tipos de mercados a citar: o agrícola e o urbano. Tais mercados podem ser de caráter fixo – como os shoppings – ou temporário – como é o caso das feiras. A partir dessa perspectiva, o autor assinala que os espaços de comercialização efêmeros, mercados públicos ou centros mercantis, que geralmente funcionam como elo de venda de produtos agrícolas, são locais de intensa integração social, que ocorrem com certa periodicidade. Neste sentido, o autor relata que nesses comércios itinerantes, a lealdade existente entre comerciantes e fregueses faz com que os vendedores visem ao lucro a longo prazo, haja vista que buscam preservar os laços sociais criados entre ambos.

Assim, no decorrer deste capítulo visou-se destacar as principais dicotomias entre esses dois tipos de espaços tendo como referência de espaço fechado os supermercados e as feiras como espaço aberto. Aqui, serão relatadas algumas bifurcações existentes entre essas duas formas de comércio, destacando a importância histórica, cultural e econômica de cada uma a partir de sua permanência e instalação no mundo moderno.

### **3.2 Os supermercados como centros de comércio varejista.**

O processo histórico da realização das trocas comerciais engloba uma gama de mercados consumidores que variam conforme os contextos econômicos, políticos e sociais em que estes se encontram. Ruben Oliven (1995) argumenta sobre a importância que a cidade adquiriu no final da Idade Média, bem como na Revolução Industrial. Neste sentido, as

---

<sup>65</sup> Chamo de “*espaço aberto*” os locais públicos, como ruas e praças, em que são realizados eventos destinados às trocas comerciais.

<sup>66</sup> Chamo de “*espaço fechado*” os locais privados, como supermercados, destinados às trocas comerciais.

<sup>67</sup> Uma terceira categoria de espaço seria o *espaço mesclado*. Tal espaço ocorre na intersecção dos *espaços abertos e fechados*. A citar como exemplo os mercados públicos: locais onde é possível verificar características típicas da feira como, por exemplo, a pechincha, contudo, não transformam o espaço da rua, visto que estão fixados no âmbito das cidades. Porém, cabe salientar que esta pauta não será objeto de análise no presente trabalho.

transformações industriais que ocorreram nos primórdios do século XX acarretaram uma série de mudanças estruturais no sistema de comercialização de bens nas sociedades contemporâneas. As cidades, que até então eram marcadas pela presença de estabelecimentos comerciais que possuíam uma localização estratégica e usufruíam de uma quantidade limitada de produtos, passaram a contar com amplos espaços de comercialização de bens.

Silva (2003) observa que as transformações no *metiê* comercial iniciaram-se a partir de 1900. Segundo o autor, os processos de produção em larga escala desencadeados pelo Fordismo<sup>68</sup> e Taylorismo<sup>69</sup> propiciaram uma ligeira acumulação de capital em virtude da utilização da intensa tecnologia, o que “possibilitou maior produção de mercadorias e um consequente consumo massificado, auxiliado pela distribuição, que passou a ser realizada também de forma generalizada” (SILVA, 2003, p.114)

Ainda no que concerne ao surgimento dos grandes comércios varejistas, Silva (2003) comenta que foi a partir da produção em massa, aliada à modernização dos centros urbanos no final do século XVIII, que se originaram os primeiros grandes centros comerciais.

Neste contexto, um dos primeiros indícios concretos da construção de supermercados do mundo é datado do ano de 1930, quando Michael Cullen fundou o “King Kullen Supermarket”. Inaugurado nos Estados Unidos, o supermercado – que funcionava em um amplo galpão – comercializava alimentos não perecíveis, carnes, frutas, verduras e laticínios. A estratégia pioneira, na qual os fregueses podiam se autosservir, diferenciava-se dos demais comércios existentes até então, como é o caso das mercearias em que o proprietário entregava o produto desejado ao consumidor.

Devido à crise econômica mundial de 1929, Cullen viu a necessidade de diminuir os custos obtidos nas pequenas redes de mercearias, evitando gastos com serviços, entregas em domicílio e pedidos por telefone. A ideia inovadora perpetuou-se e dissipou-se por vários países do mundo nos anos de 1950, sendo, atualmente, a principal forma de comercializar produtos de primeira necessidade.

---

<sup>68</sup> Entende-se por Fordismo o modelo de produção automobilística em massa. Criado pelo norte-americano Henry Ford, seu método consistia em aumentar a produção através do crescimento da eficiência, baixando, assim, o preço do produto. O resultado era o aumento das vendas, que por sua vez iam manter o preço do produto baixo.

<sup>69</sup> O Taylorismo pode ser considerado uma concepção de produção baseada em um método científico de organização do trabalho. Foi Frederick W. Taylor, um engenheiro americano, que em 1911 publicou “Os Princípios da Administração”. Nesta obra, Taylor expõe seu método tendo como algumas características: a racionalização da produção, a economia de mão de obra, o aumento da produtividade no trabalho, o corte de gastos desnecessários de energia e de comportamentos supérfluos e, principalmente, acabar com qualquer desperdício de tempo.

Cabe relatar que, ao surgirem nos Estados Unidos na década de 1930 e se propagarem no resto do mundo após a Segunda Guerra Mundial, esses mercados varejistas representaram uma nova forma de abastecimento do mundo moderno. Sendo um diferencial em relação às feiras e aos mercados públicos, os supermercados comercializam uma grande quantidade de produtos, com uma ampla variedade, em um mesmo espaço (SILVA, 2003). Nesses espaços, além do alimento perecível – produtos comercializados com abundância nas feiras – é comum a venda de produtos de higiene, alimentos enlatados, iogurtes, queijos entre outros gêneros não negociados nas feiras.

Funcionando em locais privados, sem proporcionar alterações nas vias públicas, os supermercados possuem um, ou poucos, proprietários, o que restringe a oportunidade das trocas comerciais, além de limitar a acumulação de bens a um número pequeno de pessoas. Neste contexto, as relações estabelecidas entre os trabalhadores deste ambiente são pautadas no poder, no distanciamento entre o proprietário e seu funcionário, sendo nítida a hierarquia. Nas feiras, por sua vez, essas relações são estreitadas. Embora exista o dono da barraca e os funcionários, ambos exercem a mesma função dentro do ambiente de trabalho. A relação entre eles é bem próxima. Ademais, é muito comum a presença de feirantes trabalhando em família. Desta feita, as feiras possuem uma “hierarquia reduzida”, como é o caso da barraca de Salomão:

Ainda fazendo minhas compras, parei para comprar limão em uma das barracas. O feirante ainda comercializa outras frutas como laranja e manga ubá, mas foram os limões que me chamaram a atenção. Eram “limões capeta”, os meus preferidos. Enquanto escolhia as frutas, pude escutar uma conversa entre Salomão, Adenilson e um freguês. Eles falavam sobre a comunidade rural que moravam. Estavam comentando sobre a vida de um dos moradores de lá. Após a partida do freguês, eu, muito curiosa, pedi a eles que me contassem um pouco sobre a rotina da localidade – foi um gancho para outras conversas – e no decorrer do nosso diálogo perguntei se havia algum tipo de parentesco entre eles e a resposta foi imediata: “Somos parentes só de coração”, me disse Salomão. O feirante me contou que conhecia Adenilson há muito tempo e que ao ter a oportunidade de ser feirante convidou o amigo para trabalhar com ele.

– A barraca é minha, sabe! Mas ele trabalha comigo já tem um tempo. Pago ele tudo certinho e a gente fica aqui, todo mundo trabalha igual aqui dentro. Se eu tiver que receber eu recebo, se tiver que pesar mercadoria eu peso... e ele a mesma coisa.<sup>70</sup>

### 3.2.1 *E no Brasil?*

Cabe salientar que antes da propagação desses estabelecimentos no Brasil, era comum, até meados das décadas de [19]50 e 60, a existência dos empórios comerciais, popularmente conhecidos como “Armazém de Secos e Molhados”, mercearias, bodegas, vendas ou

---

<sup>70</sup> PEDROSA, op. cit. passim.

vendinhas. Esses *espaços fechados* de transações econômicas comercializavam produtos de primeira necessidade, predominando os de gênero alimentício. Além disso, a relação entre os atores sociais que faziam parte desse sistema de trocas era uma relação de intimidade, sem muita formalidade, na qual, muitas vezes, as vendas eram realizadas a prazo e as anotações sobre os produtos comprados feitas em cadernetas, identificando os fregueses através de apelidos ou apenas pelo primeiro nome.

A troca dos bens comercializados, por sua vez, seguia a tendência das feiras, isto é, os produtos eram vendidos a granel, sem embalagens ou marcas e a aproximação do freguês com o comerciante era instantânea, possibilitando uma liberdade de escolha do cliente face ao produto por ele necessitado.

Mas também eram mercearias espaços de encontros, de sociabilidades, e marcavam a paisagem da cidade na época. Eram locais de início e final de muitas histórias, se alguém quisesse saber alguma notícia, era só dirigir-se à mercearia mais próxima que certamente voltaria para casa muito bem informado. (AMORIM, 2011, p.72)

Pontos de referência e de encontros para a população de um bairro, um distrito rural ou nos grandes centros urbanos nas décadas de 50 e 60, os armazéns secos e molhados ainda fazem parte do cotidiano das sociedades urbanas, porém, sua persistência e permanência na mesma vêm sendo cada vez mais ameaçada pelos grandes centros de comercialização de bens de primeira necessidade, isto é, os supermercados.

A respeito destes, em âmbito nacional, o primeiro supermercado a ser inaugurado foi o “Sirva-se”, instaurado na Rua da Consolação, na cidade de São Paulo, no ano de 1953, formando assim a primeira rede de supermercados do Brasil. Possuía onze lojas quando foi incorporada e vendida a outro grande grupo: o Pão de Açúcar. Porém, a disseminação desse tipo de comércio se deu apenas na década de 1960, haja vista que, até então, os supermercados não eram reconhecidos e isso gerava uma insegurança nos investidores. Além disso, o atendimento personalizado, esboçado pela relação de sociabilidade existente nas feiras e mercearias, e o crédito oferecido por esses comerciantes eram prioridades para os clientes. Para além, as despesas que os supermercados possuíam eram maiores do que nos comércios varejistas tradicionais, principalmente devido ao pagamento do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), maior fonte de receita do estado na época (FILHO, 2003).

Surgindo, nas terras tupiniquins, com o intuito de abastecer a população, possibilitando com que esta encontrasse os bens necessários para sobrevivência em um só lugar, estes estabelecimentos não conseguiram, a princípio, competir com os preços das

mercadorias nas feiras, tornando-se assim, locais frequentados apenas por uma camada privilegiada da população.

A fim de penetrar economicamente em outras esferas da sociedade, a alternativa encontrada pelos proprietários dos supermercados foi comprar os produtos direto do fornecedor, enquanto os donos de mercearia ainda tinham um intermediário entre as compras, desta maneira, o preço das mercadorias nos supermercados passou a ser o seu maior atrativo (AMORIM, 2011).

Na década de 1970, o “milagre econômico” imperava no Brasil. Obras de infraestrutura e políticas de desenvolvimento industrial foram implantadas em todo o território nacional. Foi assim que, no ano de 1972, o Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado pelo governo federal teve como um de seus principais objetivos amplificar as redes de autosserviço em relação às feiras livres, consideradas, por eles, uma forma arcaica de comércio (AMORIM, 2011).

Embora a consolidação dos supermercados no Brasil tenha passado por processos de significativas mudanças, como a crise inflacionária no início dos anos de 1990, a difusão desses estabelecimentos em nosso país foi concretizada com sucesso e atualmente, segundo dados da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)<sup>71</sup>, cerca de 40% do abastecimento de produtos hortícolas é realizado por essas instituições (SOUZA DE REZENDE & PRADO, 2001 apud SATO, 2007, p. 95).

O movimento histórico do comércio varejista de autosserviço em Juiz de fora teve o “Supermercado Canguru” como o primeiro supermercado instalado no município. Datado do ano de 1963, tal comércio surge, na cidade, cinco anos após a inauguração do primeiro supermercado mineiro: o “Serv Bem” de Belo Horizonte.

Pioneiro no interior mineiro, o Supermercado Canguru tinha como proprietários os irmãos Geraldo Mendes, Sérgio Vieira Mendes e Gudesteu Mendes. Donos de um pequeno armazém de secos e molhados, os irmãos Mendes decidiram seguir o modelo de comércio implantado pelas “Casas da Banha”, na cidade do Rio de Janeiro, e transformar seu armazém em um supermercado. Contudo, em 1964, um ano depois de sua inauguração, o supermercado foi vendido para a rede “Merci” do Rio de Janeiro.

---

<sup>71</sup> Criada em 11 de novembro de 1968, a Associação Brasileira de Supermercado (ABRAS) tem como missão representar, impulsionar, integrar, desenvolver e defender o setor supermercadista no país. Sua sede é na capital de São Paulo e mantém um escritório em Brasília, no Distrito Federal.

O supermercado “Merci” começou suas atividades no bairro de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1940, com um armazém de Secos e Molhados conhecido por “Venda do Pinho”. No início dos anos de 1950, com o seu crescimento passou a se chamar “Mercearias Nacionais”. Já nos anos de 1960 passou a se chamar Supermercados Merci. Em Juiz de Fora, funcionava na rua Marechal Deodoro, onde está funcionando atualmente o Garden Shopping.

Foi em 1965 que surgiu o primeiro concorrente local, o “Supermercado Panelão”. A proximidade com o Rio de Janeiro fez com que diversas redes de comércio varejista fossem instaladas na cidade como, por exemplo, os Supermercados “Disco” e “Paes Mendonça”. A distribuidora de comestíveis “Disco” S.A. foi a primeira rede de supermercados do Brasil. Até a década de 1980, foi considerada a maior rede de supermercados do Rio de Janeiro. Esta organização foi vendida no ano de 1990 para um outro grande grupo de supermercados: o “Paes Mendonça”. Sob nova tutela, este incorporou os seus estabelecimentos no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora. Neste momento, sob o nome de “J Paes Mendonça” seus pontos de comércio e vendas em Minas Gerais foram vendidos ao grupo Bretas. Em Juiz de Fora o “Disco” funcionava na rua Benjamim Constant, onde, atualmente, funciona o supermercado Bretas.

Contudo, foi somente na década de 1980, no ano de 1983, que o Supermercado Bahamas, que até então era uma mercearia de secos e molhados<sup>72</sup> localizada no bairro Santa Luzia e atualmente uma das maiores redes de comércio varejistas locais, fixa-se na cidade, tornando-se, nos anos 2000, uma das mais importantes lojas de autosserviço em âmbito nacional.

Além da rede de supermercados Bahamas, o comércio varejista de autosserviço juiz-forano conta atualmente, com outros grandes centros “*fechados*” de trocas comerciais: Os supermercados Bretas, Carrefour e Salles são exemplos de grandes estabelecimentos comerciais existentes no município.

### **3.3 Entre feiras e mercados: diferentes espaços de trocas.**

---

<sup>72</sup> O cenário juiz-forano também era constituído de outros armazéns de secos e molhados, a citar: a Casa Passarela (localizada no final da linha de Bondes São Mateus); a Casa América (que funcionava na Rua Halfeld) e a Casa do Compadre (localizada na congruência da Avenida Brasil com a Rio Branco, a Casa do Compadre foi fundada no ano de 1915 e mantinha seu funcionamento até o início dos anos 2000).

A ocupação de um espaço público, logo a rua, um “*espaço aberto*”, pelas feiras livres tiveram seu ápice na Idade Média, principalmente a partir do movimento das Cruzadas, no qual os mercados e o uso da moeda foram intensificados. No mesmo período, a expansão do comércio favorecia o crescimento e surgimento das cidades, principalmente no entroncamento das estradas, onde os viajantes de comércio se fixavam (PIRENNE, 2009).

Braudel (1998) aponta que as feiras se expandiram em espaços urbanos demasiadamente pequenos para mantê-los. Segundo este autor, estes locais de trocas, pontos de encontros mantidos no coração das cidades, eram espaços fundamentais de interação entre o campo e a cidade:

É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras. (BRAUDEL, 1998, p.16)

Fragmento do imenso aglomerado que caracteriza o cotidiano da vida urbana, seja como espaço comercial, seja como espaço cultural, a feira livre atravessou alguns séculos e se faz presente em meio às diversas modificações do mundo moderno. Braudel (1998) garante que dois fatores permitem sua permanência, são eles: o frescor dos alimentos e o preço baixo.

Perpetuando-se, atualmente as feiras ainda abrangem uma relevante quantidade de produtos, grande fluxo de pessoas e trocas culturais. Mascarenhas (2008) ressalta que a permanência da feira livre no espaço urbano depende exclusivamente da administração local. Segundo ele, a feira será mantida nos grandes centros à medida que acolher os anseios da população moderna. O autor observa ainda que este tipo de comércio será, aos poucos, substituído por “novas formas” de estabelecimentos que representem o progresso e a modernidade. Ainda assim:

No ambiente festivo e amistoso da feira livre, em que brincadeiras acontecem com frequência, é restituído um pouco do sentimento de solidariedade e simpatia perdida na sociedade moderna (...) mas, em contraposição ao ambiente frio e formal dos supermercados, as feiras constituirão um verdadeiro reduto comunitário da cidade de concreto (MASCARENHAS, 2008, p.81)

A pluralidade deste comércio de rua é destacada por diversos autores (BRAUDEL, 1998; MASCARENHAS, 2008; VEDANA, 2004; SERVILHA, 2008). Nesta mesma linha, Araújo e Moraes (2006) frisam que nas feiras são erguidas redes de sociabilidade, vivenciadas pelos agentes sociais no ambiente dos espaços construídos. Segundo elas, são as conversas,

tradições, encontros, experiências, transações comerciais, jocosidades, cores, sabores, odores e sonoridades que se mesclam neste ambiente, que possibilitam reproduções sociais e capitalistas existentes nesses espaços. Ainda de acordo com essas autoras é praticamente impossível que as feiras sobrevivam na sociedade moderna sem qualquer espécie de adequação. Contudo, ambas afirmam que, mesmo com o desenvolvimento acelerado do capitalismo, esse tipo de comércio continua a existir com suas múltiplas territorialidades, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais.

DaMatta (1987), ao fazer uma comparação entre a casa – lugar onde as relações são harmoniosas – e a rua – local marcado pelas mudanças de atitude – e analisá-las como entidades morais, relata que é nas vias públicas, isto é, nas ruas, que as relações comerciais adquirem códigos de ética diferentes daqueles existentes no ambiente familiar. Neste sentido, o antropólogo ressalta que, nas trocas comerciais presentes nas ruas, as relações sociais devem ser avaliadas de maneiras diferentes. Ademais, o autor também aponta a relação existente entre o crescimento das cidades Ocidentais e as trocas mercantis.

Nessa lógica, pensar a feira como um espaço público localizado na metrópole capitalista (ARAÚJO e MORAES, 2006) propício à construção de sociabilidade e laços afetivos (SERVILHA E DOULA, 2009) requer uma reflexão de como se dá a ocupação da rua e sua transformação para a realização deste comércio, logo, devemos pensar a feira como uma “experiência da rua” nos termos de Magnani (1999). Segundo este mesmo autor:

É a rua que resgata a experiência da diversidade, possibilitando a presença do forasteiro, o encontro entre desconhecidos, a troca entre os diferentes, o reconhecimento dos semelhantes, a multiplicidade de usos e olhares – tudo num espaço público e regulado por normas de usos e olhares. (MAGNANI, 1999, p.3)

Assim, a multiplicidade de usuários da rua (MAGNANI, 1999) revela-se com intensidade na feira. A ocupação das vias públicas por este comércio passa, então, a (re)significar este espaço. Deste modo, as feiras tornam-se “cidades por um dia” (LÉVI-STRAUSS, 2012). Mas como pensar a feira como uma cidade por um dia?

Weber (2004) caracteriza as cidades como um lugar de mercado. Segundo o autor, embora existam muitas definições de “cidade”, todas elas pactuam com o fato de serem constituídas por um “povoado” e não por moradias isoladas, logo, defini-las a partir do ponto de vista econômico é delinear-las como um povoado cujos habitantes dependem do comércio e não da autossuficiência. Seguindo essa tendência, o sociólogo assevera que:

Em princípio, uma cidade pode basear-se em dois fundamentos. Estes são: a) a existência de uma sede senhorial-territorial, sobretudo uma sede principesca, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias, como especialização da produção e o comércio adquire bens. (...) b) a realização de uma troca de bens não apenas ocasional mas regular, a localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um mercado. Mas nem todo “mercado” transforma o lugar em que se realiza em uma “cidade”. As feiras periódicas e aquelas do comércio a distância (feiras anuais), nas quais se reúnem em determinados momentos comerciantes que vêm de fora, para vender suas mercadorias em grandes ou pequenas quantidades entre si ou aos consumidores, ocorriam muitas vezes em localidades que chamamos de “aldeias”. Somente queremos falar de “cidade” no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população “local” satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população “local” dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (WEBER, 2004, p.409)

Cotidianamente constituída de eventos e manifestações oriundas da vida moderna ou até mesmo, herdados de nossos antepassados e transmitidos corriqueiramente, o ambiente citadino é cenário de manifestações que (re)significam seu espaço. Mascarenhas (2008) já nos alertava sobre essa ampla diversidade de usos que a metrópole aglutina na vida cotidiana. Seguindo essa mesma tendência, Lucena (2012) afirma que, o fato da feira estar localizada em via pública, propicia a realização de outras atividades, além das comerciais, tais como manifestações religiosas, políticas e artísticas, entre os corredores das barracas. Neste sentido, tratar a feira como um comércio de rua é pensá-la como local de encontro face a face (ASSIS, 2015), como instrumento de transformação do espaço citadino conveniente para as relações de sociabilidade, opondo-se, assim, aos grandes centros de comércio varejista.

Na contramão da tendência dos grandes centros de comércio varejistas, isto é, os supermercados, as Feiras Livres continuam arraigadas nos grandes centros, se perpetuando entre os tempos. Consolidando-se na economia capitalista do mundo moderno, como local de comercialização de produtos de primeira necessidade, a feira livre permanece ocupando seu espaço na urbe.

Como importante fomentador da atividade econômica urbana, as feiras trazem dinamicidade e agregam valor ao espaço urbano, dão suporte ao desenvolvimento da economia local, geram sucesso econômico a quem dela tira o sustento e, finalmente, são lugares onde se pode pechinchar e conseguir produtos com melhores preços. (MIRANDA, 2009, p. 42)

As Feiras, portanto, fogem do caráter convencional de comercialização de bens de primeira necessidade, devido a sua forma temporária e adaptável provocada, principalmente, pela arquitetura efêmera<sup>73</sup> das barracas que possibilita sua adaptação nas diferentes situações da vida urbana. Ocupando diversas localidades na urbe, elas visam atender a demanda de consumo local, com seu atendimento diferenciado e, muitas vezes, informal, se distinguindo, desta forma, de outros programas comerciais como, por exemplo, os supermercados e hortifrutigranjeiros.

A tensão (SOUZA, 2010) existente entre esses nichos comerciais dispostos nos *espaços abertos* e nos *espaços fechados*

não se restringiu às esferas econômicas e jurídico-políticas. No plano do imaginário, recriam-se as feiras livres como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, de barulho e sujeira nas ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do “american way of life”. (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p.79)

Como Knoke (1963) enfatiza, que diferentemente dos supermercados, que funcionam em locais fixos, a maioria das feiras levam uma ou duas vezes por semana as mercadorias às pessoas, em vez de exigir que estas se locomovam até os mercados estacionários. Seguindo essa linha de pensamento, Martins (2007) declara que os supermercados possuem um papel de fundamental importância na transformação do segmento varejista. Segundo o autor, o consumidor não está disposto a se deslocar em vários estabelecimentos com intuito de adquirir os bens alimentícios, desta forma, o supermercado possibilita ao freguês encontrar todos os produtos necessários em um único lugar. Nesse sentido

As compras no supermercado parecem não exigir um encontro com o horário marcado, num dia determinado da semana – vai-se ao supermercado conforme a necessidade de compras serem feitas – seguindo uma temporalidade diversa daquela estabelecida pela feira (...). Na feira, ao contrário, as compras são ritualizadas pela periodicidade de sua ocorrência na dinâmica urbana, ou seja, uma vez por semana o cenário destas interações é montado, abrindo uma brecha no cotidiano destes frequentadores dos espaços urbanos de feira-livre para viverem as situações sociais próprias deste ambiente. (VEDANA, 2004, p. 47)

Cabe salientar que o nomadismo característico da Feira Livre demanda a adequação do feirante de acordo com o ambiente social, econômico e cultural com que este se depara. Tal ambiente varia em decorrência da freguesia que se encontra no espaço ao qual a feira está

---

<sup>73</sup> É denominado de Arquitetura Efêmera tudo aquilo que é transitório, de curta duração.

instalada. É esse caráter de adaptação que forma (e transforma) as relações interpessoais e informais, típicos da atmosfera das feiras.

A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizador, baseado em acordos e negociações, em cooperações e competições e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de fazer a feira. (SATO, 2007, p. 99)

Os supermercados, por sua vez, mantêm seu ambiente formal, destacado pela presença do valor fixo do produto, pela relação impessoal do freguês com o comerciante, pelo fato do consumidor se autosservir. Como posto por Silva (2003), além de oferecerem uma gama diversificada de produtos e deterem uma concentração de capital, os supermercados modificaram o ambiente citadino, haja vista que estes criam novos polos de relação comercial no espaço urbano.

É importante salientar que, mesmo que as feiras sejam consideradas um tipo de comércio informal, elas, assim como os *espaços fechados* de comercialização, sofrem o controle do poder público, sendo obrigadas a seguir certas regras de organização, bem como instalação e permanência, tema este que será tratado no próximo tópico.

### **3.4 – A intervenção do Estado: o limite entre formal e informal.**

Como já relatado, o ambiente multifacetado das Feiras Livres define-se como um campo de comércio diferenciado no contexto da urbe. Em virtude de seu ritmo semanal, as feiras ocupam o espaço da rua, no mínimo, uma vez por semana, modificando assim o cotidiano dos habitantes no local em que se instalam, foram criadas políticas de manutenção, preservação e instalação das mesmas a partir da implementação de “regras”. Tais regras implicam em leis – adaptadas por cada município – que definem, por exemplo, o local e horário de montagem e desmontagem das barracas, a distância mínima que a feira deve ter em relação a alguns pontos como, por exemplo, as moradias e os mercados municipais, os produtos a serem comercializados, pagamentos de pequenas taxas de manutenção<sup>74</sup>, entre outros.

---

<sup>74</sup> As taxas de manutenção, geralmente, dizem respeito ao pagamento de luz para funcionamento das barracas e um pequeno “imposto” para garantir a licença como feirante. Os valores são baixos e variam de acordo com a cidade em que a feira se encontra.

Em âmbito nacional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) a partir do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)<sup>75</sup>, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), tem o incentivo da instalação de Feiras Livres em centros urbanos como um de seus projetos de combate a fome. Desde o ano de 2006, conforme a lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)<sup>76</sup> o estabelecimento de novas feiras é realizada com intuito de promover o direito humano à alimentação.

Através de editais de abertura de novas feiras ocorre a formalização de parcerias entre o governo – municipal, estadual e do distrito federal – e a sociedade civil. Para além, o programa também impulsiona financeiramente feiras já existentes. Os incentivos são realizados conforme editais lançados no site do MDS e cadastro prévio dos interessados em fazer parte do programa. Segundo o roteiro de implantação das Feiras Livres da Agricultura Familiar do MDS:

As Feiras Livres atuam, dentro dos Sistemas Locais de SAN, em duas vias: numa primeira, oferecem a oportunidade para que o pequeno agricultor familiar possa comercializar o excedente de sua produção, podendo assim adquirir independência sócio-econômica; e em uma segunda, busca oferecer o acesso a alimentos de qualidade provenientes da produção familiar e a consequente valorização deste produto. Desta forma, as Feiras Livres não possuem como público alvo consumidor grupos populacionais de baixa renda em situação de insegurança alimentar, já que os produtos devem ser comercializados e não oferecidos gratuitamente ou a preços baixos, como acontece nos outros equipamentos – Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos. (MDS, 2007, p. 6)

Neste contexto, a economia popular urbana (EPU), reconhecida nas feiras, configura-se “como uma solução popular de redução da pobreza e que fomenta uma melhoria econômica, pela possibilidade de geração de renda de uma camada expressiva da sociedade” (MIRANDA, 2009, p.38). Segundo Mascarenhas (2005), a EPU é um terceiro sistema da economia urbana, administrado pelo capital humano e apoiado por políticas públicas sociais de geração de renda e emprego, para sua sustentabilidade.

Mesmo com forte influência e intervenção do Poder Público, como constatado acima, podemos dizer que as feiras livres não são reconhecidas como constituintes do setor formal da economia, haja vista que os trabalhadores que exercem suas atividades comerciais nas feiras

---

<sup>75</sup> “Por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>. Acesso em: 07 nov. 2013

<sup>76</sup> Lei nº11.346 de 15 de setembro de 2006.

não pagam impostos. Elas fazem parte de um grupo de atividades limiares entre formalidade e informalidade, em que se envolvem os trabalhadores autônomos. A estes trabalhadores não há garantias de direito a férias, licença maternidade, aposentadoria, fundo de garantia, entre outros benefícios oriundos de um trabalho regulamentado. Neste sentido, a Feira Livre é tratada por muitos (MASCARENHAS, 2005; PACHECO, 2009; ARAÚJO, 2007) como uma forma de comércio informal. Machado (2004) define comércio informal como

um sistema estruturado de empregos, altamente hierarquizado e especializado que, embora reflita as relações de trabalho capitalistas, também possui sua lógica própria. Afinal, no momento em que esta cadeia encontra-se um tanto deslocada dos contratos formais e da regulamentação do Estado, acaba desenvolvendo suas próprias leis, regras” (MACHADO, 2004, p. 115)

Por outro lado, Mauela Cunha (2006) chama a atenção para o fato de que o conceito de informalidade pode, muitas vezes, se confundir com a noção de formalidade. Antes que termos estanques definem-se relativamente e, sobretudo, a partir de uma perspectiva “estadocêntrica”. A formalidade e a informalidade são modalidades que se interagem na tensa relação entre o agenciamento e a mobilização de recursos, sejam políticos, sejam econômicos, por parte dos indivíduos, e por outro, a sua regulação por parte do Estado.

Cabe notabilizar, ainda, as diversas perspectivas existentes acerca do conceito de trabalho informal e informalidade no encadeamento dos sistemas econômicos. Ferreira (2009) salienta que foi somente no final da década de 1960 e início dos anos de 1970 que ocorreram os primeiros esforços para a conceituação do tema. Desta feita, a pensadora ressalta que na esfera nacional duas vertentes analíticas sobre o conceito de informalidade merecem destaque. A primeira tendência engloba os trabalhadores informais que, embora tenham idade e condição ativa de trabalho, encontram uma dificuldade em conseguir um emprego no setor formal, logo, optam pela informalidade a fim de se sustentarem. Tal linha de raciocínio está associada ao pensamento marxista, no qual, segundo a autora, os trabalhadores estão totalmente disponíveis para serem explorados pela economia de mercado. A segunda linha de pensamento inclina-se em direção a um debate social, em que o trabalhador se insere no mercado informal de maneira racional, após sair espontaneamente do mercado formal.

Fazendo uma retrospectiva a respeito do setor informal no Brasil Theodoro (1998) parte de três princípios básicos para analisar as atividades informais, a citar: a desigualdade social – expressa nos aspectos da renda, escolaridade e oportunidade de emprego formal, a falta de um marco regulatório, em âmbito nacional e internacional, que sancione regras para o funcionamento do mercado de trabalho e, por fim, a possibilidade de articulação das

atividades informais. Desta feita, a informalidade, para o estudioso, nada mais é do que uma fração da cadeia produtiva nacional que abrange desde um moderno parque siderúrgico até as práticas de trabalho de rua.

O tema da economia informal também é abordado no pensamento de Cacciamali (2000), que reconhece como trabalho informal aquelas atividades cuja realização não leva em conta regras ou procedimentos proclamados a partir de leis, englobando fenômenos muito distintos como é o caso do comércio de rua.

As contribuições de Moretto e Capachi (2006) são de fundamental importância para a construção do debate que nos cerca. Ambas notabilizam a relevância social e econômica do setor informal da economia cidadina. Levando em conta que as atividades informais abarcam grande parte da produção de renda no Brasil, as autoras sublinham a necessidade de percebermos a importância desse setor, que constantemente é visto como marginal, mas que possui uma forma de organização e dinâmica própria na economia nacional.

Leslie Denise Beloque (2007) é outra autora que enfatiza os diversos horizontes assumidos pelo debate a respeito do conceito de trabalho informal. Em sua tese de doutorado, Beloque destaca que o setor da informalidade pode estar relacionado à economia de mercado – quando há o intuito da acumulação de capital –, ao sistema jurídico e a baixa geração de emprego. Paralelamente a isso, a cientista social, ao narrar sua experiência de convívio com trabalhadores informais, acentua o caráter relacional dos vínculos sociais e econômicos do sistema capitalista.

Avançando um pouco mais no debate a respeito das atividades trabalhistas no ambiente citadino, Beloque realça que tanto o setor formal quanto o setor informal fazem parte de uma totalidade: a economia capitalista. Esse fator torna-se, então, crucial para a perspectiva das atividades informais, haja vista que elas reestabelecem uma nova ótica na construção da economia excludente propiciada pelo excesso de mão de obra e a precariedade de empregos formais no mercado de trabalho.

As reflexões sobre o setor da informalidade expostas nas narrativas citadas demonstram algumas maneiras de pensarmos como atua esse segmento da sociedade. Porém, sob a ótica da feira livre, percebemos que a intervenção do Estado faz-se presente como forma reguladora de regras de funcionamento, não levando em conta a mão de obra do trabalhador, ou seja, o feirante.

Essas divergências entre formalidade e informalidade é uma temática habitual quando se trata de Feira Livre. Como afirma Vanessa Dourado (2010):

A questão normativa, que remete à esfera da legalidade/ilegalidade e da formalidade/informalidade, é inerente à natureza do mercado, sobretudo no que diz respeito aos contextos urbanos ocidentais, visto que as *feiras de rua* estão inseridas em espaços públicos garantidos pelo Estado. Trata-se, então, de uma tipologia de mercado cuja dinâmica é diretamente condicionada por políticas públicas. (DOURADO, 2010, p. 53)

Para discernir as questões desses dois campos do comércio, Braudel (1998), ao afirmar que tudo aquilo que é externo ao mercado possui somente valor de uso, ao passo que o que está inserido na dinâmica do mercado adquire valor de troca, observa que os mercados, lojas e os vendedores ambulantes se encontram no limite inferior da economia, marcando fronteiras existentes entre os nichos que compõem estes circuitos de troca. Por outro lado, as feiras e bolsas, com seu caráter mais abrangente, funcionando em dias fixos, com uma maior quantidade de mercadorias, constituem o limite superior da economia. Tal distinção é realizada, também, por Milton Santos (1979) que identifica no espaço urbano a coexistência de dois circuitos econômico que se integram: o “circuito superior” e o “circuito inferior”. O primeiro abrange as atividades econômicas ditas “modernas”, isto é, refere-se a grandes centros de acumulação de capital, que são altamente tecnológicos, exigem alto índice de escolarização e está voltado, principalmente, para classe média e alta. O segundo, por sua vez, que detém baixa tecnologia, os vínculos empregatícios são precários e está destinado a uma classe social menos favorecida que busca, através deste circuito, garantir sua sobrevivência. Santos retifica que ambos circuitos não são independentes entre si.

As contribuições de Santos para a compreensão do sistema econômico em países periféricos como o Brasil ainda leva em consideração a ineficiência do circuito inferior da economia. Denominado de “setor informal”, tal circuito é dito inferior e ineficiente face às regulamentações presentes no circuito superior. Segundo este pensador o circuito inferior – no qual as feiras estão inseridas – não deve ser reduzido apenas a um aspecto tributário, estabelecendo as normas determinadas pelo Estado. Neste contexto, Santos assevera que a formação das cidades depende de uma série de fatores sociais, tais como mercado, emprego, tecnologia, que são legados das transformações urbanas recorrentes ao longo da história.

De toda forma, o mercado vem se desenvolvendo ao longo dos tempos e sendo marcado por uma série de características peculiares. Rabossi (2004), em seu estudo sobre o mercado de rua existente na fronteira do Brasil com Paraguai, mais precisamente em Ciudad Del Este, nos alerta para o fato de que cada mercado está contido em um contexto diferente ao longo da história. Neste sentido, o autor afirma que as redes de intercâmbio e os sistemas de

produção existentes nos mercados, singularizam esses locais de trocas comerciais (RABOSSI, 2004), logo, o espaço onde o comércio se desenvolve:

É uma variável dos negócios e que, ali onde o espaço é o produto de sanções legais e intervenções institucionais, os negócios estão imbricados com essas sanções e intervenções em um duplo sentido: são regulados por elas e abrem um campo de possibilidades para quem tome o risco de excursionar além dos limites que essas regulamentações estabelecem. Esses limites não são unicamente aqueles inscritos espacialmente na figura da fronteira. Uma vez estabelecido um espaço regulado como mercado interno ou nacional, também é através de regulamentação que se estabelece a forma em que os negócios deveriam ser conduzidos, permanecendo do outro lado das definições aquilo que não se adéqua a elas, e que é reconhecido como "ilegal" ou, noutros casos, como "informal". O universo dos intercâmbios nas sociedades contemporâneas, longe de ser o resultado natural do funcionamento do mercado, é o produto das intervenções que o sancionam, o possibilitam e o regulam. (RABOSSI, 2004, p. 15)

A informalidade presente na Feira Livre não existe, apenas, em termos legais e trabalhistas, ela também pode ser percebida através da relação entre o feirante e o freguês. A aproximação informal existente entre ambos pode ser constatada, por exemplo, através das falas e conversas existentes entre esses atores nas relações de compra e venda dos produtos nas quais os mesmos trocam informações importantes como a maneira de preparar o alimento, receitas, dicas de conservação entre outros. Desta forma, no contexto da cidade contemporânea, feirante e freguês evocam relações de reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 2011), proporcionadas pelo comércio informal, a partir das ações de compra e venda dos alimentos, e a forma de manipulação do mesmo, demarcada pela possibilidade do freguês provar uma fruta, por exemplo, e a "obrigação" de compra-la depois, o que não ocorre em comércios formais como é o caso dos supermercados e hortifrutigranjeiros.

Como já observamos a atividade comercial tem, desde os primórdios, uma importante relevância no processo de desenvolvimento e formação da sociedade urbana. Desta maneira, a feira livre, como *lócus* do desenvolvimento econômico, constitui um elemento cidadão marcado pela intervenção do Estado e, ao mesmo tempo, pela sua maneira independente de organização, ficando, assim, no limiar entre a formalidade e a informalidade econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado no decorrer desta dissertação dedicou-se ao entendimento das relações de troca que envolve o ambiente festivo da principal feira livre de Juiz de Fora-MG. Digo festivo pelo fato da Feira Livre da Avenida Brasil, que é realizada todos os domingos, no período da manhã, reunir mais de 10.000 pessoas<sup>77</sup>, e englobar diferentes gostos e preferências em um único local. Muito embora tenha sido este o foco de minha etnografia, não poderia deixar de citar a “Feira das Muambas” como parte integrante deste grande mercado. Neste lado da feira, os gostos se misturam, ainda mais, em virtude da comercialização de antiguidades, CD’s piratas, brinquedos novos e usados, móveis e, até mesmo dentaduras já utilizadas, reforçando, assim, as peculiaridades deste espaço.

Ao longo do trabalho percebemos como este espaço é muito mais do que um local dedicado às transações comerciais. A história de vida de alguns feirantes, as predileções de alguns feiristas, os trajetos percorridos, a *Boca de feira*, os laços afetivos criados entre os que frequentam este trecho da Avenida Brasil todos os domingos de manhã, evidenciam as trocas sociais e simbólicas contidas na atmosfera da feira.

Como vimos, a existência deste comércio de rua em Juiz de Fora é centenária. Embora as feiras tenham sido regulamentadas no município apenas na década de 1920, elas transformam o espaço citadino juiz-forano desde o século XIX. A princípio, as feiras eram os principais locais de comercialização de produtos de primeira necessidade. Regulamentadas com o intuito de abastecer a classe menos favorecida, na época constituída principalmente pelos trabalhadores das fábricas têxteis abundantes no município, as feiras vem ocupando as ruas da cidade e (re)significando esse espaço que abriga diariamente o trânsito contínuo, o “comércio fechado”, os transeuntes que a utilizam como via de acesso, etc. Desta maneira, a ocupação da rua por este comércio a céu aberto proporciona uma série de modificações no cenário citadino, (trans)formando a vida dos atores que participam deste evento.

As transformações econômicas, até mesmo sociais e políticas, decorrentes das modificações do mundo contemporâneo, proporcionaram o aparecimento de novos locais destinados a mercantilização dos mesmos produtos vendidos nos mercados a céu aberto. Os “espaços fechados” de trocas comerciais, como por exemplo os supermercados, que em Juiz de Fora foram instalados na década de 1960, surgem como alternativa de vendagem dos bens

---

<sup>77</sup> Disponível em: <[www.acesa.com.br](http://www.acesa.com.br)>. Acesso em: 15 jul 2013.

de primeira necessidade. Neles, os consumidores passaram a usufruir de um espaço comercial que funciona diariamente com uma ampla variedade de produtos.

O ambiente formalizado desses locais gera um distanciamento entre os atores que fazem parte de sua dinâmica, isto é, proprietários, fregueses, funcionários e frequentadores. Tal distanciamento se afasta da natureza das feiras livres que persistem no espaço urbano, formando e transformando a rua. Ao contrário destes estabelecimentos, as feiras exigem do consumidor o compromisso em um dia fixo da semana, em local específico. Marcadas, principalmente, pelas relações de sociabilidade, as feiras abrigam o contato face-a-face, o “olho no olho”, perdidos nos grandes centros de comércio varejista. As formas aprazíveis presentes nas relações de troca estabelecidas entre feirantes e feiristas, a possibilidade da barganha, da prova, a troca de saberes, os laços afetivos manifestados no decorrer deste comércio de rua evidencia seu caráter descontraído.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Gustavo. Juiz de Fora: evolução urbana de uma cidade industrial desde o século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. SHCU, v.6, n.1, 2000. Disponível em: <<http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/735>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade – lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Ed. Terceiro nome, 2011.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro. *Fazendo a Feira: estudos da arte de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG*. Montes Claros, 2009, 136 f. Dissertação (Mestrado PPG em Desenvolvimento Social) - UNIMONTES, Montes Claros, 2009.

AMARAL, Aelson Faria. *Juiz de Fora – ontem e hoje*. Juiz de Fora: Ed. Funalfa, 2006.

AMORIM, Helder Remigo. *Entre a mercearia e o supermercado – memórias e práticas comerciais no portal do sertão*. Recife, 2011, 161 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História Social e Cultural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

ANDRADE, Maria Amélia; PINHEIRO, Maria Gilcélia; RONDINELLI, Saulo. Feiras Livres: um lugar democrático. *Revista Partes*, 2008.

AQUINO, Giovanna. *Uma discussão acerca do patrimônio cultural imaterial no Brasil e em Portugal tendo as feiras de Caruaru-PE (Brasil) e Barcelos (Portugal) como objeto de análise*. Disponível em: <[http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20\(14h30-16h00\)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino\\_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20(14h30-16h00)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf)>. Acesso em: jan. 2015

\_\_\_\_\_. As feiras nordestinas portuguesas e nordestinas brasileiras como lócus de trabalho informal e de bens simbólicos na contemporaneidade. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA – Maringá, Paraná, 2009.

ARAÚJO, Giovanna. Aspectos sociais do cotidiano das Feiras Livres: um estudos etnográfico em território português e em solo brasileiro. *Maringá Managemet: Revista de Ciências Empresariais*, v.9 , n. 2, p. 49-64, 2012.

ARAÚJO, Marco Antônio Alves. Espaços demarcados, territórios reproduzidos: as “artes de fazer” a feira na cidade de Caiacó – RN. II ENCONTRO DA ANPUHRN. *Anais*. Caiacó, 2006.

BARBOSA, Anézia Maria Fonseca e outros. Dinâmica espacial e a formação da Feira Livre em Demerval Lobão – Piauí – Brasil. *Revista geográfica de América Central*, nº especial EGAL, Costa rica, p. 1-15, 2011.

BECKER, Howard S. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994 p. 47-64.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996.

BRAUDEL, Fernand. Os jogos da troca. In: \_\_\_\_\_. *A Dinâmica do capitalismo*. p. 27-49. Disponível em: <[www.pdf4free.com](http://www.pdf4free.com)>. Acesso em: jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRUGGER, Aline Pandeló. Redefinição do território da Feira Livre: um estudo explanatório sobre apropriação do espaço na Avenida Brasil em Juiz de Fora- MG. *Revista GEONORTE*, Edição especial 3, v.7, n.1, 2013.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Campo Grande e sua feira livre central; conhecendo a cidade através da feira*. Dourados, 2010, 124 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Dourados, Dourados, 2010.

CANCLINI, Néstor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar (e em lugar) do método. *Série Antropologia*. Brasília: n.190, 1995.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

CLIFFORD, James. Sobre autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 17-62.

CUNHA, Manuela Ivone P. Formalidade e informalidade. *Questões e Perspectivas. Etnográfica*, vol X n.1, p. 219-231, 2006.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: E. O. NUNES (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. *Mercator, Revista de Geografia da UFC*, a. 7, v.13, p.87-100, 2008.

DE CERTAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Editora Vozes, 3ªed. Petrópolis, 1998.

DINIZ, Abilio. *O Brasil na era dos supermercados*. Disponível em: <<http://abiliodiniz.com.br/trajetoria/opiniaio/o-brasil-na-era-dos-supermercados/>>. Acesso em: jan. 2015

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo – ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sónia Pereira da Silva, Purity and Danger [1966]).

DOURADO, Vanessa. *Balôn: um mercado popular*. Curitiba, 2010. 188 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, UFPR, Curitiba, 2010.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o mercado central de Belo Horizonte*. CCIE/IPPUR, 2006.

FILHO, Antônio Colchete; BRAIDA, Frederico; CARDOSO, Carina Folena. *Cidade e comércio: relações em Juiz de Fora, MG*. *Oculum ens*. Campinas: v.11, n.1, p.155-165, 2014.

FONSECA, Walter. *Pequena Enciclopédia da Cidade de Juiz de Fora – Gente, Fatos e Coisas*. São Paulo: Ed. Ícone Editora LTDA, 1987.

FONTES, Carlos. *Feira Popular de Lisboa – diversão e poder*. Lisboa, 1999.

FOOTE WHITE, William. *Sobre a evolução de Sociedade de Esquina – Anexo A*. In: \_\_\_\_\_. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FORMAN, Shepard & RIEGELHAUPT, Joyce F. *Market place and marketing system: toward a theory of peasant economic integration*. In: *Comparative studies in society and history*, 12, v.2. Cambridge University Press, 1970, p.188-212.

GEERTZ, Clifford. *Descrição densa: por uma teoria interpretativa das culturas*. In: \_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 13-41.

\_\_\_\_\_. *Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico*. In: \_\_\_\_\_. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 85-107.

\_\_\_\_\_. *A luta pelo real*. In: \_\_\_\_\_. *Observando o Islã*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 98-124.

\_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. *Suq: the bazaar economy in Sefrou*. In: GEERTZ, Clifford et al. *Meaning and order in Moroccan society: three essays in cultural analysis*. New York: Cambridge University Press, 1979. p.123-313.

GODOY, Wilson Itamar. *As Feiras Livres de Pelotas, RS: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização*. Pelotas, 2005. 284 f. Tese (Doutorado) - Produção Vegetal. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GUIMARÃES, Ana Cristina Rodrigues. *O Lugar do comércio: um estudo antropológico sobre a sociabilidade no bairro*. Disponível em:

<<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/Premios/LeviStrauss/ana.pdf>>. Acesso em: fev, 2015.

GUIMARÃES, Camila Aude. A Feira Livre na celebração da cultura popular. USP CELACC, Gestão Cultural e Organização de Eventos, São Paulo, 2010.

HEILBRONER, Robert L. *A formação da sociedade econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Ed. Publifolha, 2000.

JORDÃO, Patrícia. A Antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.4, n.1, p. 35-48, 2004.

KNOKE, William. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confrontos e contrastes. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 9, 1963.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. São Paulo: EDUSC, 2002.

LACERDA, Sueli Pereira et al. O surgimento do comércio medieval. VII EPG – UNIVA, 2007.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, v. XXXIII n.148, p.871-883, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades – conversações com Jean Lebrum*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros – do Caminho Novo à proclamação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1985.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975 (1949).

\_\_\_\_\_. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p. 163-180, 2002.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Publifolha, 2000.

LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega de. *Feiras livres : cidades de um só dia, aprendizados para a vida inteira*. Natal, 2012. 48 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

\_\_\_\_\_. Quando o campo é cidade: fazendo Antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs) *Na Metrópole – textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. In: \_\_\_\_\_. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

MARTINS, Vagner Azarias; MARGARIDO, Mario Antônio; BUENO, Carlos Roberto Ferreira. Alteração no perfil de compra de frutas, legumes e verduras nos supermercados e feiras livres na cidade de São Paulo. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 37, n.2, fev. 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, Goiania, v.2 n.4, p. 72-87, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003, p.183-314.

MINNAERT, Ana Cláudia de S. Teles. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira; OLIVEIRA, Nilce de (orgs.) *Escritas e Narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.130-145.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. *A Feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)*. Recife, 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade federal de Pernambuco. Recife, 2008.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros – paralelo entre duas culturas*. 10.ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1973.

NAGEL, Bernard; GONÇALVES, Daniel; RANGEL, Pedro; PEÇANHA, Thiago. *Os bastidores de uma feira livre*. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.pucrio.br/media/13%20%20os%20bastidores%20de%20uma%20feira%20livre.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Juiz de Fora – história, texto e imagem*. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2004.

NÓBREGA, Dormevelly. *Reverendo o Passado – memória de Juiz de Fora 1ª série*. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Reverendo o Passado – memória de Juiz de Fora 2ª série*. 2.ed. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Reverendo o Passado – memória de Juiz de Fora 3ª série*. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 2001.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, Illegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS*, v.18, n.53, p. 111-126, 2003.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Graf. Com. e Ind. Ltda, 1966.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. 3 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

PANDOLFO, Maria Lúcia Martins. *Feira de São Cristóvão – a reconstrução do nordestino num mundo de paraíbas e nortistas*. Rio de Janeiro, 1987. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, v. 10, n.218, p. 81, 2006.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

PLATTNER, Stuart. *Economic Anthropology*. Stanford, CA: Ed. Stanford University Press, 1989.

POLANY, Karl. *A Grande Transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

RABINOW, Paul. Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. p. 71-107.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad Del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Rio de Janeiro, 2004. 318 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Nádia Oliveira Vizotto. *O novo olhar sobre a cidade: uma perspectiva histórica da Antropologia Urbana no Brasil*. Juiz de Fora, 2013. 45 f. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iluminuras* - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, v.4, n.7, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SANTOS, José Erimar dos. *Feira livre e circuitos da economia urbana: um estudo da feira da Pedra, em São Bento (PB)*. 2012. 305 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

\_\_\_\_\_. Feiras Livres: (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v.17, n. 2, p. 39-56. 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. USP, 2006.

SANTOS, Márcio Nicory Costa. *A teia da feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia*. Salvador, 2010. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) - UFBA, Salvador, 2010.

SATO, Leny. Processo cotidiano de organização do trabalho na feira Livre. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo: v.19, Ed. especial, p. 95-102, 2007.

SILVA, Carlos Henrique Costa. As Grandes Superfícies Comerciais: Os Hipermercados Carrefour no Brasil. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 14, p. 89-106, 2003.

SILVA, Grasiela Oliveira Santana. *A construção social da identidade de jovens na feira livre do município de Simão Dias/SE*. São Cristóvão, 2010. 143 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2010.

SILVA, Márcia Lázara Pinheiro Silva. O discurso do sujeito na Feira Livre: uma análise dos jogos de verdade nas relações sociais contemporâneas como construção de saberes. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Salvador, 2011.

SOUZA, Márcio Nicory Costa Souza. *A teia da Feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia*. Salvador, 2010. 254 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2010.

VALADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante (Resenha de FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 153-155. 2007.

VARGAS, Heliana Comin. Comércio e cidade: uma relação de origem. In: *Memórias do Comércio Paulista: Guia de Acervo*, produzido pelo Projeto Memórias do Comércio, idealizado pelo Sesc São Paulo e executado pelo Museu da Pessoa, 2012.

VEDANA, Viviane. *Fazer a Feira: estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2004. 251 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

\_\_\_\_\_. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n.39, p. 41-68, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: E. O. NUNES (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_, *O Desafio da Cidade – novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus LTDA, 1980.

VIANA, Moises dos Santos; FILHO, Odilon Pinto de Mesquita; MOREIRA, Jussara Tânia Silva. Fala aí freguês!:Estratégias de Comunicação na Feira Livre de Itapetinga – Bahia – *Caderno De Pesquisa Em Ciências Humanas*, Florianópolis: v.11, n.99, p.93-100, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O campo na selva, visto da praia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 170-190 vol. 5, n. 10, p. 170-190, 1992.

\_\_\_\_\_. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro: v.8, n.1, p. 113-148, 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol 1. Brasília: Ed. UNB, 2000.